



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GERCILENE TEIXEIRA DA COSTA

**AS RESERVAS EXTRATIVISTAS COMO AÇÃO PÚBLICA LOCAL:  
COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS SOCIOTERRITORIAIS DE FRECHAL E  
CURURUPU NA AMAZÔNIA MARANHENSE**

BELÉM  
2016

GERCILENE TEIXEIRA DA COSTA

**AS RESERVAS EXTRATIVISTAS COMO AÇÃO PÚBLICA LOCAL:  
COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS SOCIOTERRITORIAIS DE FRECHAL E  
CURURUPU NA AMAZÔNIA MARANHENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc

BELÉM

2016

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

---

Costa, Gercilene Teixeira da

As Reservas extrativistas como ação pública local: comparando as experiências socioterritoriais de Frechal e Cururupu na Amazônia maranhense/Gercilene Teixeira da Costa. – Belém, 2016.

243f.

Orientador (a): Maria José da Silva Aquino-Teisserenc.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

1. Reserva naturais – Maranhão. 2. Reserva naturais – participação do cidadão – Maranhão. 3. Extrativismo - Amazônia. 4. Política Pública. 5. Quilombos. I. Título.

CDD 22. ed. 333.72098121

---

GERCILENE TEIXEIRA DA COSTA

**AS RESERVAS EXTRATIVISTAS COMO AÇÃO PÚBLICA LOCAL:  
COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS SOCIOTERRITORIAIS DE FRECHAL E  
CURURUPU NA AMAZÔNIA MARANHENSE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais (Sociologia)

**BANCA EXAMINADORA**

Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc  
Orientadora – PPGSA/UFPA

Dra. Denise Cardoso  
Examinadora interna – PPGSA/UFPA

Dra. Madian Frazão Pereira  
Examinadora externa – PPGCsoc/UFMA

Dra. Maria Dolores Lima da Silva  
Examinadora externa – PPGCP/UFPA

Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto  
Examinador interno – PPGSA/UFPA

Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura  
Suplente interna – PPGSA/UFPA

Dr. Horácio Antunes de Sant'Anna Júnior  
Suplente externo – PPGCSOC/UFMA

Avaliado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Ao Manoel Goulart (*in memoriam*)

Aos moradores das Resex Quilombo de Frechal e  
Marinha de Cururupu, com gratidão, pelo tempo e  
saberes compartilhados.

## AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese exige um percurso que não se trilha sozinho. Por isso agradeço, imensamente, a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho e sem os quais este não seria possível. Com vocês compartilho o sucesso e as boas consequências que este estudo possa nos proporcionar, ao mesmo tempo que os isento dos possíveis erros ou falhas que ele possa apresentar.

À Cristina Maneschy, por ter me motivado a participar da seleção para o doutorado, por ter me acompanhado nos primeiros anos do doutoramento e, sobretudo, apresentado o Programa Colégio Doutoral Franco Brasileiro (CDFB), me incentivando a submeter meu projeto de pesquisa ao concurso Capes e auxiliado junto às “démarches” burocráticas para ir à França.

Ao Pierre Teisserenc, pela acolhida do projeto na França, no Centre de Recherche sur l’Action Local (Ceral), pela orientação inicial e pela linha teórica que norteou os caminhos trilhados por esta tese.

À Maria José, primeiramente, por ter estado presente desde os primeiros anos na construção desta tese, na sala de aula e na qualificação e, posteriormente, como orientadora oficial nos últimos anos de trabalho de tese. Um agradecimento especial pela acolhida, compreensão, competência, comprometimento, confiança e respeito.

À Denise Machado Cardoso, pela compreensão, pelos esclarecimentos e paciência que um percurso “outro” de tese pode engendrar.

Agradeço, especialmente, a todas as pessoas entrevistadas, moradores e lideranças locais das Reservas Extrativistas Marinhas de Cururupu e Quilombo de Frechal, pela disponibilidade e generosidade em compartilharem seu tempo e conhecimentos comigo. Sem estas acolhidas e depoimentos, esta tese não teria sido possível. Nesse sentido, não posso deixar de nomear aqueles que compartilharam comigo seus lares e seus preciosos tempos em família durante as temporadas de pesquisa de campo na baixada ocidental maranhense: Dona Jovina e seu Lúcio, em Frechal. Nilce e Jô, na comunidade de Rumo. Seu Caboco e esposa no bairro do Tungo. Dona Maria e seu Nivaldo, na sede do município de Mirinzal. Vaguinho e dona Helena, na ilha de Guajerutiua. Lailson, Renata e Pagé Maneco, na ilha de Lençóis. Rosa, Junior Benonil e Madian, na sede do município de Cururupu. Aos familiares do Pajé Maneco, na sede do município de Apicum-Açu.

Ao ICMBio pela licença para a realização do trabalho de campo. Aos técnicos do CNPT e do ICMBIO, especialmente, Kátia Aroucha, do CNPT, e o Superintendente Regional do ICMBio, Fabiano Costa. À Karina e ao Paulo Afonso, técnicos do ICMBio e gestores da Resex de Frechal. Ao Eduardo Borba e ao Marcelo, técnicos do ICMBio e gestores da Resex de Cururupu. As entrevistas concedidas, os apoios logísticos nas Resex, o compartilhamento de reuniões e eventos organizados pelo ICMBio e CNPT, muito contribuíram para os dados de pesquisa desta tese.

Às colegas Vanderlúcia Pontes, Elise Cepedron e Clément Pin, por terem representado fonte de diálogo e entusiasmo para a continuidade da pesquisa; por compartilharem ansiedades, dúvidas, angústias e alegrias. Agradeço especialmente pela confiança e incentivo com os quais vocês, cada um à sua maneira, sempre me brindaram nos momentos, eventos e bibliotecas compartilhadas.

À Edma e à Raquel, pelos esclarecimentos e o compartilhamento de experiências das “démarches” para a ida à França. Ao Bernado Curvelo, USP, pelos diálogos durante as sessões da BNF.

A todos aqueles, colegas e anônimos, que participaram com sugestões e questionamentos nos momentos de discussões e debates acadêmicos e que contribuíram, mesmo sem saber, na construção dos argumentos desta tese durante os seminários realizados no Ceral, no IHEAL, na APEB-Fr, no seminário Procad, assim como nas sessões e jornadas de reclusão na BNF.

À Eliane e ao Claudicélio Santos, pela disponibilização de materiais visuais. À Rose Ripoll, pelas transcrições das entrevistas.

À Capes, ao CNPq e ao Projeto Procad, pelas bolsas e auxílios nas viagens a campo.

## RESUMO

As Reservas Extrativistas (Resex) são unidades de conservação genuinamente brasileiras, de domínio público e concedidas às populações tradicionais para uso e extração sustentável dos recursos naturais. Neste trabalho, elas foram analisadas enquanto um instrumento da ação pública, construído a partir da interação de diversos atores sociais que atuaram num processo conflituoso de disputas agrárias na Amazônia brasileira e de uma arbitragem do governo que as adotou como instrumento de regulação territorial e ambiental. Partindo da hipótese de que as Resex são instrumentos da ação pública local, analisou-se, neste estudo, as experiências socioterritoriais de duas Resex situadas no Litoral Ocidental do Estado do Maranhão, na Amazônia brasileira, a Resex Quilombo de Frechal e a Resex Marinha de Cururupu, com o objetivo de conhecer as aplicações desse instrumento e as ações públicas que estão sendo construídas nesses territórios. O estudo, entre outros, apontou para apropriações e interpretações diferenciadas do instrumento, assim como para recomposições territoriais feitas com base em elementos identitários. Em Frechal, a recomposição territorial tem se dado via construção de uma identidade quilombola, diacrítica e ressemantizada, gerando tensões dentro do território. Em Cururupu, esta recomposição tem-se dado via um novo território turístico. A conclusão principal deste estudo é que o instrumento Resex detém uma força de ação que se desenvolve e se diferencia a partir das interações e interpretações dos atores sociais. Como instrumento de ação pública local, as Resex não são estáticas e redutíveis ao instrumento, ao contrário, produzem efeitos independentes dos objetivos que elas assinaram. Sendo a dinâmica e a apropriação pelos atores sociais, determinantes, na construção da ação públicas.

**Palavras-chave:** Resex de Cururupu e Frechal. Recomposição Territorial. Instrumento de Ação Pública. Política Pública Ambiental. Amazônia Brasileira.

## RÉSUMÉ

Les Réserves Extractivistes (Resex) sont des unités de conservation typiquement brésiliennes, de l'ordre du domaine public et concédées aux populations traditionnelles pour un usage et une extraction durable des ressources naturelles. Dans ce travail, elles ont été analysées en tant qu'instrument d'action publique, construit à partir de l'interaction entre divers acteurs sociaux qui agissent au sein d'un processus conflictuel de luttes agraires en Amazonie brésilienne, et de l'arbitrage du gouvernement qui les a adoptées en tant qu'instrument de régulation territoriale et environnementale. Partant de l'hypothèse que les Resex sont des instruments de l'action publique locale, cette étude a analysé les expériences socio-territoriales de deux Resex localisées en Amazonie brésilienne, la Resex Quilombo de Frechal et la Resex Marinha de Cururupu, dans le but de comprendre les applications de cet instrument et les actions publiques qui sont en construction sur ces territoires. L'étude, entre autres, a révélé des appropriations et des interprétations différenciées de l'instrument, ainsi que des recompositions territoriales faites sur la base d'éléments identitaires. À Frechal, la recomposition territoriale s'est faite par la construction d'une identité quilombola, diacritique et resémantisée, générant des tensions au sein du territoire. À Cururupu, cette reconstruction s'est faite par le biais d'un nouveau territoire touristique. L'une des conclusions de cette étude est que les Resex détiennent une force d'action qui se développe et se différencie à partir des interactions et des interprétations des acteurs sociaux. Comme instrument d'action publique locale, les Resex ne sont pas statiques et réductibles à l'instrument, mais au contraire produisent des effets indépendants des objectifs qui leur étaient fixés. La dynamique et l'appropriation par les acteurs sociaux sont ainsi déterminantes à la construction de l'action publique.

**Mots-clés:** Resex de Cururupu et Frechal. Recomposition Territoriale. Instrument d'Action Publique. Politique Publique Environnementale. Amazonie Brésilienne.

## ABSTRACT

The Extractivists Reserves (Resex) are typical conservation units from Brasil, belonging to the public domain and given to the traditional populations for the use and lengthy extraction of natural resources. In this study, they have been analyzed as a public action tool, built from the interaction between various social actors who work within a conflictual process of agricultural fights in Brazilian Amazonia, and the patronage of the government which adopted them as an environmental tool of territorial control. Considering that the Resex are tools of the local public action, that study analyzed the social and territorial experiences of two Resex located in Brazilian Amazonia, the Resex Quilombo of Frechal and the Resex Marinha of Cururupu, in order to better understand this tool's applications and ongoing public actions being conducted on these territories. Between other things, the study revealed different ownerships and interpretations of the tool, as well as territorial conceptions based on identity elements. In Frechal, the territorial recomposition entailed a new awareness of a quilombola identity, diacritical and given a new meaning, generating tensions within the territory. In Cururupu, this recomposition was achieved through a new touristic. The main conclusion of that study is that the Resex encompass a workforce which develops and shows its differences from the interactions and feelings of the social actors. As local public action tools, the Resex are not static and reduced to the tool, but instead, produce further and independent effects than those initially planned. The dynamic process and the new awareness of the social actors then become essential in the construction of public action.

**Keywords:** Resex of Frechal and Cururupu. Territorial Recomposition. Tool of Public Action. Public Environmental Policy. Brazilian Amazonia.

**LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Litoral ocidental do estado do Maranhão .....	37
Mapa 2 – Delimitação da área de pesquisa .....	38
Mapa 3 – Municípios da microrregião do litoral ocidental Maranhense .....	71
Mapa 4 – Áreas de Pesquisa de Campo.....	74
Mapa 5 – Amazônia brasileira .....	91
Mapa 6 – Amazônia maranhense .....	92
Mapa 7 – Unidades de conservação no estado do Maranhão .....	105
Mapa 8 – Resex Quilombo de Frechal e comunidades .....	110
Mapa 9 – Resex de Cururupu .....	160

## LISTA DE SIGLAS

Aconeruq -	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
Amremc -	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu
APA -	Área de Proteção Ambiental
Attfma -	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Mota e Adjacências
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCDRU -	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CCN -	Centro de Cultura Negra
CDFB -	Programa Colégio Doutoral Franco Brasileiro
Ceral -	Centre de Recherche sur les Actions Locales
CFB -	Código Florestal Brasileiro
CNPT -	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS -	Conselho Nacional dos Seringueiros
EHESS -	École des Hautes Études en Sciences Sociales
EUA -	Estados Unidos da América
GCT -	Grupo Comunitário do Tungo
Ibama -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio -	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDR -	<i>Institut de Recherche Pour Le Développement</i>
IDRC -	<i>International Development Research Center – Canadá</i>
IFCH -	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IHEAL -	<i>Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine</i>
Incra -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA -	Instituto Socioambiental

MMA -	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
ONG -	Organização Não Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
PPG-7 -	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
Pronaf -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Resex -	Reserva Extrativista
SNUC -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC -	Unidade de Conservação
UEMA -	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA -	Universidade Federal do Maranhão
UFPA -	Universidade Federal do Pará
UICN -	União Internacional Pela Conservação da Natureza
WCMC -	<i>World Conservation Monitoring Centre</i>
WCPA -	<i>World Conservation Union</i>
WDPA -	<i>World Database on Protected Areas</i>
WWF -	Fundo Mundial da Natureza
ZEE -	Zoneamento Ecológico Estadual

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
 <b>PARTE I - NA TERRA E NO MAR: OBJETO, TEORIA, ATORES E CAMPOS DE PESQUISA</b>	
<b>CAPÍTULO 1 - A RESEX COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>40</b>
1.1 A Resex enquanto ação pública.....	45
1.2 As Resex enquanto territórios da ação pública local .....	52
1.3 Instrumentos da ação pública .....	56
1.4 A Resex como instrumento da ação pública ambiental.....	62
 <b>CAPÍTULO 2 – A APROXIMAÇÃO COM OS ATORES SOCIAIS E SEUS TERRITÓRIOS MARINHOS E TERRESTRES .....</b>	
<b>70</b>	<b>70</b>
2.1 O campo de Frechal .....	75
2.2 O campo de Cururupu .....	84
2.3 Terra e mar enquanto territórios tradicionalmente ocupados .....	90
 <b>PARTE II - AS RESEX E OS ATORES, NA TERRA E NO MAR DA AMAZONIA MARANHENSE</b>	
<b>CAPÍTULO 3 - FRECHAL, O QUILOMBO QUE VIROU RESEX .....</b>	<b>108</b>
3.1 Da Fazenda Frechal à Terra dos pretos: doação senhorial e mito de origem .....	108
3.2 De terra de pretos a quilombo: a luta dos negros de Frechal num processo de territorialização .....	119
3.3 A Resex de Frechal e sua recomposição territorial .....	137
3.4 A questão dos “indiretos” e o poder local .....	151
<b>CAPÍTULO 4 - CURURUPU, RESEX DE ILHAS E DA MOBILIDADE .....</b>	<b>157</b>
4.1 A Resex como um encoberto: a história de sua implementação .....	168

<b>4.2 Aspectos da recomposição territorial .....</b>	<b>190</b>
<b>CAPITULO 5 - À GUISA DE COMPARAÇÃO .....</b>	<b>195</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>206</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>212</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>222</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>246</b>

## INTRODUÇÃO

**A** proposta de desenvolver um estudo sobre a temática da ação pública local em reservas extrativistas (Resex) surgiu da minha necessidade em conhecer o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu.

Durante os anos de 1998 e 1999, realizei pesquisa de campo no litoral ocidental do estado do Maranhão (Mapa 1) para um estudo de mestrado em Antropologia sobre a pesca tradicional e as relações de parentesco praticadas em Guajerutia, uma das ilhas que compõem o arquipélago de Maiaú.

Após a finalização do estudo, retornei ao campo, no ano de 2000, para realizar a restituição da pesquisa e depositar exemplares da dissertação nas escolas do município e das ilhas. Posteriormente, retornei em julho de 2004 e, para a minha surpresa, todo o arquipélago havia se transformado em uma Resex, cuja demanda foi feita em 1999, ano que eu havia encerrado a pesquisa de campo na região.

Em 2004, na ilha de Guajerutia, participei de um encontro realizado por técnicos do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que realizaram um trabalho de sensibilização e de formação de agentes colaboradores locais para a gestão territorial da nova Resex. Neste evento, participei relatando o estudo que havia realizado e me inseri em grupos de trabalho em colaboração com os técnicos do CNPT e do Ibama.

Foi durante este evento que o discurso e o engajamento de alguns informantes-chave da minha pesquisa anterior me revelaram uma mudança recente: a Resex parecia um fenômeno novo e discreto, que não fazia parte das aspirações das famílias de pescadores com as quais eu havia convivido durante o estudo anterior.

Como é que eu estive lá e não vi esta Resex nascer? Foi uma pergunta que me fiz de maneira inevitável. O fato de eu ter terminado minha pesquisa de mestrado sem ter tomado conhecimento da criação de uma Resex na área, me suscitou algumas questões, entre elas: como se deu aquela demanda? Em que grau a mesma foi legitimada pelos moradores? Quais eram as implicações dessa Resex na vida local dos pescadores e moradores da área? Como vinha sendo realizada a sua institucionalização? Interessava refletir a Resex como um fenômeno novo, dentro de um campo de pesquisa que possuía suas próprias dinâmicas e que me suscitava a continuação dos estudos. Percebi que o campo que havia deixado no ano de 2000 havia se transformado e me senti motivada a acompanhar aquela transformação.

No entanto, entre a motivação inicial em estudar um tema e a construção deste tema em uma problemática de pesquisa a ser integrada numa tese de doutorado, existe um percurso que, parafraseando Charles Write Mills, exige “imaginação sociológica” e “artesanato intelectual”. Neste sentido, faltava construir o problema, “fabricar” o objeto de estudo e, no caso de uma tese, realizar uma “combinação de ideias que ninguém supunha que fossem combináveis” (MILLS, 1965). Um trabalho de “artesão intelectual” que exige esforço artesanal de modelagem e tratamento da temática, hoje, materializado na redação desta tese.

Ainda durante a pesquisa de campo, realizada em 1999, fui convidada pelo prefeito do município de Cururupu a conhecer a Resex Quilombo de Frechal. Nesse período, eu não sabia, ainda, o que era uma Resex e parte da compreensão veio do contato direto com uma liderança local, seu Bié, que durante a visita nos recebeu<sup>1</sup> no casarão da antiga fazenda Frechal e que nos relatou, de maneira resumida, a luta dos

---

<sup>1</sup> Fui acompanhada do seu Afonso Celso Godinho, antigo gerente da Fazenda Frechal e de um motorista da Prefeitura de Cururupu.

“pretos” de Frechal e a conquista da terra (fazenda Frechal) por meio da demanda de uma Resex.

Havia a experiência de Frechal influenciado a demanda da Resex de Cururupu? Em quais aspectos a luta dos moradores de Frechal, pela conquista da terra, suscitaram outras demandas? Questões que somente me coloquei mais tarde, com a pesquisa de doutorado já em andamento.

As lembranças da visita à Resex de Frechal me fazem questionar os motivos que levaram os funcionários da Prefeitura de Cururupu a ocultar que a Prefeitura do município estava solicitando a criação de uma Resex no litoral. Hoje, após a finalização deste estudo, entendo que a solicitação estava em curso e que, naquela época, mesmo os funcionários da prefeitura não sabiam ao certo o que vinha a ser uma reserva extrativista. Talvez tenham me proposto conhecer a Resex de Frechal com o propósito de que eu decifrasse, por mim mesma, aquilo que eles próprios pareciam não compreender. No sentido: “vá, fale com eles e tire suas próprias conclusões”.

Naquela época, apesar da visita à Resex de Frechal, eu não compreendia que a história da luta dos negros de Frechal, tal como a dos seringueiros do Acre, fazia parte de um “movimento social” maior que ajudou a formular o que chamo nesta tese de Instrumento Reserva extrativista (IREX), baseando-me nas reflexões de Teisserenc et al. (2009) que dizem que a Resex enquanto instrumento foi formulado pelo movimento social dos seringueiros, posteriormente incorporado pelo Estado e “devolvido” e negociado em forma de política pública ambiental às populações extrativistas.

Foi revisando a literatura sobre as reservas extrativistas, entre outros, Allegretti (2002), Porto-Gonçalves (2003), Malighetti (2007) e Moreira (2008), que percebi que

em Frechal, tal como no estado do Acre, a implementação da Resex foi fruto de uma disputa acirrada entre a população local e o proprietário das terras. Mas a questão era ainda pensar o contexto de Cururupu. A vida tranquila dos moradores das ilhas, apesar da ameaça da pesca industrial no litoral, parecia longe de configurar um cenário de conflitos e mobilizações políticas, presente nos anos anteriores, em Xapuri e em Frechal e que, posteriormente, passaram a ser apreciados nas análises sobre a história das Resex.

Entre essas e outras questões e com a motivação de continuar estudando o campo de Cururupu, elaborei um projeto de pesquisa e me apresentei a seleção de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (IFCH/UFGA). O projeto concebia as reservas extrativistas dentro de um processo novo de ordenamento territorial vivenciado na Amazônia Legal e nele me propus a analisar a Resex de Cururupu, dentro de um contexto maior de políticas públicas ambientais para a Amazônia. Queria verificar as mudanças, as transformações ou a emergência de novas identidades e sociabilidades que se transformam com a criação de uma Resex.

A proposta inicial no doutorado foi de realizar um estudo comparativo da implementação de três reservas extrativistas marinhas localizadas na área costeira da Amazônia Legal. Queria, também, compreender os processos instituintes dessas Resex no contexto das denominadas “políticas de desenvolvimento ambientais participativas” ou “gestão ambiental democrática” e suas implicações. E saber porque, em Cururupu, a participação dos moradores das ilhas não ter sido expressiva.

De início, pensei em desenvolver o trabalho de campo em três reservas extrativistas, em Cururupu, no Maranhão, e em duas outras Resex no estado do Pará e compará-las. Porém, durante o meu exame de qualificação para o doutorado, foi

sugerido pela Professora Maria José Aquino-Teisserenc, presente como ouvinte, que eu incorporasse no estudo a Resex de Frechal, visto esta já aparecer nos meus dados e na construção do objeto de pesquisa. Deste modo, após revisão, optei pela exclusão das Resex do Pará e por focalizar o estudo na Amazônia maranhense, visto serem as reivindicações das populações negras do continente, em particular da baixada ocidental maranhense, com o episódio de Frechal, promotoras de visibilidade política das populações dessa região, que lutavam pela manutenção de seus territórios, sejam eles marinhos ou terrestres.

Com a incorporação da Resex de Frechal o campo de pesquisa estava delimitado (Mapa 2). Faltava escolher a abordagem teórica da tese. Essa escolha se deu após a apresentação do meu projeto ao Concurso Nacional de Projetos do Programa Colégio Doutoral Franco-Brasileiro, da Fundação Capes de Pesquisa, tendo sido este aprovado para a realização de um estágio doutoral em regime de Cotutela entre a Universidade Federal do Pará e a Université Paris 13, por meio da École Doctorale Érasme e do Centre de Recherche sur l'Action Locale (Ceral) durante o ano escolar de 2009/2010, na França, e sob a direção do Professor Pierre Teisserenc, que por meio do acordo de cotutela passou a ser nesta etapa orientador do meu projeto de tese.

O estágio doutoral que, inicialmente, visou um aprofundamento teórico, transformou-se numa verdadeira desconstrução analítica do objeto de pesquisa. No início, quando parti para a França, uma das leituras que havia realizado foi a de Lobão (2006), que analisava as reservas extrativistas em um contexto de tutela do Estado Brasileiro face às populações tradicionais. Espécie de “neocolonialismo”, onde o Estado, no exercício de um poder centralizador, continuava estabelecendo e aplicando políticas públicas “de cima para baixo”, à revelia dos interesses essenciais

das populações concernidas, gerando insatisfações ou “ressentimentos”, para utilizar os termos empregados pelo autor. Essa leitura me foi útil naquele momento, pois, a percepção que eu tinha da implementação da Resex de Cururupu parecia um exemplo concreto e confirmava o estudo de Lobão.

Os rumos da minha orientação de tese, sob a direção do Professor Pierre Teisserenc, o contato com a literatura francesa sobre temas relativos à ação pública, ação local e desenvolvimento territorial, bem como o acompanhamento dos seminários realizados no laboratório do Ceral, entre outras instituições de ensino superior francês que frequentei, como os seminários na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) e no Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine (IHEAL), me fizeram repensar essa perspectiva de análise sobre as reservas extrativistas.

A primeira comunicação oral que apresentei no laboratório do Ceral já colocava em suspenso essa possibilidade, dialogando mais com os trabalhos desenvolvidos por Pierre Teisserenc, para quem as reservas extrativistas representavam elementos na construção de “novos territórios” ou “territórios emergentes da ação local” (TEISSERENC et al., 2009). A partir de então, passei a conceber as Resex também sob a ótica dos “territórios emergentes da ação local, espécie de “novos territórios” que não necessariamente coincidem com os territórios tradicionais”. Territórios onde estão em curso novas ações, interações, sociabilidades, desafios de diversos tipos, vivenciados por atores sociais múltiplos e que resultam numa espécie de “recomposição territorial”. Esta perspectiva de análise me proporcionou, no início, um desconforto, visto ser uma nova abordagem que necessitava da desconstrução de muitos dos meus estereótipos sobre políticas públicas, reservas extrativistas e participação.

A direção da tese, os seminários no CERAL, cujo tema em 2011 foi “Pensar as instituições”, a realização de leituras já consagradas sobre o tema, como: Arocéna (1986), Thoenig (1996), Sainsaulieu (1997), Pecqueur (2008), Lascoumes (2004), Lascoumes e Le Galès (2010), entre outros, bem como os seminários seguidos na EHESS sobre ação local e desenvolvimento sustentável, me levavam ao aprofundamento dessa perspectiva de análise que tinha como foco as mudanças na gestão dos assuntos públicos, o processo de descentralização, a emergência de novos territórios, os desafios de seu desenvolvimento, bem como a complexificação e a diversificação dos instrumentos e dos atores sociais concernidos.

Para uma parte da literatura que entrei em contato, entre os quais, Arocéna (1986), Thoenig (1996) e Lascoumes (2004), o território constitui o lugar da definição dos problemas políticos e, o Estado, privado de sua centralidade do passado, foi desenvolvendo capacidades de negociações em meio a uma variedade de atores, figurando como um ator entre uma multiplicidade deles. Estes autores concebem a ação pública como largamente processual e interorganizacional, notadamente em matéria de gestão territorial, confrontada à existência de problemas cuja solução ultrapassa o âmbito de uma só organização e de um só ator principal.

Prosseguindo nessa linha de estudo, no início do ano de 2011, eu já havia feito a desconstrução da visão anterior que tinha e que era compartilhada em alguns trabalhos brasileiros sobre reservas extrativistas (LOBÃO, 2006; CUNHA, 2009; 2010) que concebem as Resex como resultantes de uma relação contraditória com o Estado Brasileiro, pós-abertura democrática, ainda presa a um passado ditatorial e centralista e que concedeu às populações tradicionais uma participação limitada, controlada ou “tutelada”.

Também já havia realizado leituras dos trabalhos que as concebem como resultados quase diretos dos movimentos sociais e das reivindicações dos extrativistas (ALLEGRETTI, 1989; PORTO-GONÇALVES 2003; ALMEIDA, 2004) trabalhos, estes, que possuem o grandioso mérito de contar a história das Resex a partir “de dentro”, do seu nascimento na floresta até constituírem-se em políticas públicas, de concertação ou de reforma agrária. Porém, em que pesem suas importâncias capitais para os estudos sobre reservas extrativistas, não me possibilitavam estender o olhar para além dos contextos regionais e nacionais e buscar outros fatores e contextos que, também, contribuíram na formulação das Resex. E deste modo, me possibilitar, a compreensão da demanda de Cururupu que parecia não se enquadrar em nenhum dos casos relatados.

Assim, revendo essa trajetória, um dos maiores desafios desse estudo foi a apropriação e a reconstrução do objeto a partir de um referencial novo, visto ser este referencial teórico, discutido e contextualizado, em um continente e país com características bem diferentes do Brasil. Sendo frequente que colegas aconselhavam que me colocasse “em guarda” quanto aos riscos das “teorias importadas” e suas aplicações à realidade brasileira.

A esse respeito, durante o processo de elaboração desta tese fui prevenida por colegas, que já haviam feito o mesmo percurso de mobilidade internacional que eu, de que “não foram à França para se apropriarem de nenhuma teoria francesa e aplicar à realidade brasileira, pois nós não precisávamos disso”. O me colocar “em guarda” sobre os riscos de “importação de teoria” era tão presente nos meus encontros com outros colegas brasileiros que um deles, após a exposição de meu tema de estudo durante um café, me fez uma pergunta intrigante: “você acha que no Brasil existe ação

pública local?” De todas as *mise en garde*, essa foi a que mais me intrigou no sentido da coerência e pertinência da análise que eu estava construindo.

Era fato que distintas eram as questões sociais e os objetos de estudo que as teorias da sociologia política francesa abordavam no continente europeu. Mas quanto ao contexto político e econômico das políticas públicas, seriam esses contextos tão distintos assim do contexto brasileiro? Ao ponto de tais análises correrem o risco de “importação de teoria”?

Foi contextualizando o nascimento do projeto Reserva Extrativista no Brasil, durante os anos 1990, que pude finalmente voltar a essa questão e medir o alcance da minha experiência internacional. Pois esta experiência me permitiu refletir as reservas extrativistas não mais dentro dos limites do seu contexto nacional, mas dentro de um contexto maior de mudanças de políticas públicas e econômicas internacionais. Fui percebendo que eu não poderia dissociar, por exemplo, o contexto de abertura democrática brasileira pós-1985, do contexto maior de políticas econômicas internacionais, sobretudo, da reforma administrativa que conheceu o Estado brasileiro durante e após a década de 1990, década em que o Estado assumiu a Resex como um instrumento de política ambiental.

Foi revendo a literatura sobre o assunto, que observei que em alguns trabalhos acadêmicos, entre eles, o de Chamy (2005) e o de Aloma (2010), quando contextualizavam o instrumento “reserva extrativista” o faziam, majoritariamente, relacionados a um contexto de democratização recente e participação, o que é pertinente, porém observei que nestes mesmos trabalhos eram minimizados o contexto internacional e o processo de reforma e descentralização da administração pública do Estado brasileiro, que se transformaram a partir dos anos 1990.

Não tenho a intenção aqui de aprofundar este tema, pois não é o objeto de estudo deste trabalho. Apenas gostaria de mencionar, de forma breve, o contexto internacional de reformas administrativas e de descentralização que influenciariam a adoção do instrumento reserva extrativista. Levar em consideração esse contexto de reformas me ajudou, de forma pontual, na construção do objeto de estudo. Não considerá-los, poderia acarretar em redução da análise do instrumento de ação pública que eu pretendo realizar.

A esse respeito, esclarecedoras foram as conferências proferidas por Le Galès<sup>2</sup> quando analisa o contexto, nos anos 1980, na Europa e no Reino Unido, em que disse que as elites dos Estados europeus desse período não conseguiam mais implementar políticas públicas e precisaram desenvolver a capacidade de mobilização de atores e de territórios. Havendo, segundo ele, necessidade de negociar, desenvolver cartas, acordos, contratos, programas. Negociar o que ele chama de “os objetivos e o fim da ação” com um conjunto de parceiros. Diz que o Estado não era mais capaz de impor, sozinho, a implantação de políticas públicas, e precisava de empresas, regiões, relações globais, transversais e parcerias, pois a legitimidade para fazer alguma coisa foi colocada em questão.

Neste período, segundo Le Galès, as pessoas protestavam, se organizavam e a sociedade se tornou mais complicada de governar. Era necessário desenvolver procedimentos de negociação, de consultação, fazer o que se chama na ciência política de “governança”, ou seja, definir objetivos com os atores, negociar com eles para não protestarem muito no processo de implementação, para que se colocassem, mais ou menos, de acordo para seguir na mesma direção e investirem recursos na

---

<sup>2</sup> Les Mercredis de Science Po. (nov. 2009).

implementação. Um verdadeiro problema de ação coletiva, segundo Le Galès, que estruturou muitas políticas públicas.

Informou, ainda, que para “o modelo Thatcher”, o novo modelo que vinha das empresas, foi inventado o contrato para acompanhar a descentralização, como outra maneira de reorganizar as políticas. Após anos de descentralização, uma das conclusões que se chegou nesse período foi que centralizar era em certo sentido bom, reestruturar o país, o que era o problema da Inglaterra naquele momento, sendo necessário retomar a capacidade de ação de decisão do Estado. Outra conclusão da época foi que “não se podia negociar com todo mundo o tempo todo”, ao contrário, colocar-se um pouco à distância e jogar as regras do jogo, dar vantagem de autonomia, mas com um sistema de coerção e administração mais restrita. Em vez de ministérios importantes, segundo ele, foram criadas agências especializadas, agências de auditoria, de controle e de avaliação.

Se considerado o contexto brasileiro, De Paula (2005) diz que a vertente da qual deriva a reforma da administração pública gerencial brasileira é quase indissociável do intenso debate internacional que ocorreu durante as décadas de 1980 e 1990, sobre a crise da governabilidade e da credibilidade do Estado, notadamente nos países da Europa ocidental. No centro deste debate mais amplo, segundo a autora, se encontrava o questionamento da capacidade e da responsabilidade que tinha o Estado-Nação de implementar políticas estatais e de garantir e ampliar os direitos sociais, tal como os conquistados nos países europeus.

Ainda segundo a autora, o ex-ministro, Luiz Carlos Bresser-Pereira, interessado pelas experiências gerencialistas internacionais, viajou para o Reino Unido a fim de estudá-las e formular uma proposta de adaptação do modelo gerencial de descentralização ao contexto nacional. No retorno dessa viagem, Bresser-Pereira

integrou esses estudos às suas análises sobre a crise do Estado brasileiro e, em janeiro de 1995, apresentou o Plano Diretor da Reforma do Estado que foi debatido nas reuniões do Conselho da Reforma do Estado e integrou a pauta de discussões da reforma constitucional no Congresso Nacional (DE PAULA, 2005).

Ora, se o modelo das reformas que guiaram os primeiros passos na implementação das ações públicas no Brasil (em geral) e das ações públicas ambientais (em particular), se este modelo foi “importado” da Europa, mais particularmente do Reino Unido, me parecia então óbvio que as teorias mais adequadas para analisar essas ações públicas seriam as que vinham sendo estudadas no continente onde este modelo nasceu. E com isto, a “mise en garde” de meus colegas brasileiros a respeito da apropriação de uma teoria exógena, importada, passou a ser injustificada e *naïve*.

Tal como nos países europeus, o modelo de reforma adotado no Brasil decorria da necessidade do Estado brasileiro de garantir e ampliar direitos sociais, porém, a segmentos sociais e territórios com características bem distintas das daquele continente que já haviam sido contempladas durante o período de consolidação do que lá ficou conhecido como Estado-Providência.

No Brasil, parte da população havia, como sabemos, durante séculos, ficado de fora das políticas públicas até então implantadas e, após a abertura democrática, se organizaram e “emergiram” como novas categoriais sociais, entre elas as de “seringueiros”, “ribeirinhos”, “quebradeiras de coco” e “quilombolas”, tendo sido os seringueiros e os quilombolas umas das categoriais sociais que mais contestaram o modelo territorial desenvolvimentista e centralista do Estado, que o novíssimo processo democrático não comportava mais.

No contexto brasileiro, como mobilizar atores e territórios de segmentos sociais até então “desconhecidos”, posto que estavam “alijados” das políticas públicas implementadas? Ou seja, ao adotar um modelo de reforma alinhado ao contexto internacional de descentralização pública, a questão era como negociar, estabelecer acordos, contratos, disponibilizar instrumentos, instituir programas com tais segmentos sociais?

Colocar-me essas questões, ao revisitar Michel Foucault e seus estudos sobre governabilidade para entender que no caso do Brasil, se fazia necessário para “começar do começo”. Quer dizer, tal como os governos europeus fizeram no século XVIII, diante de desafios e de crise de governabilidade. Havendo necessidade de primeiro “nomear”, “conhecer” e com isso proceder ao que Foucault (2001) chama de “invenção da população”. E aqui, me permito uma pequena digressão em forma de pergunta: não seria o caso no governo brasileiro da adoção do polêmico termo “populações tradicionais”? Termo controverso, porém, necessário naquele momento às novas técnicas de governo? Visto que, tal como nos diz Foucault, “não se pode governar o que não se conhece, o que não tem nome, o que não existe”, ou ainda, o que é complexo, havendo necessidade de simplificá-lo. Não teria sido este o caso frente à diversidade dos “novos” segmentos sociais que “emergiram” e foram genericamente nomeados como “populações tradicionais” ou “extrativistas”? Não teriam sido estes termos genéricos adotados ou inventados diante dos desafios e das necessidades da nova governabilidade?

Gostaria de um dia poder abordar essas questões com a profundidade que elas exigem, o que por si só resultaria em outro estudo. Neste estudo, não faço desconstrução do termo “populações tradicionais” e parto do “já dito”. No entanto, gostaria apenas de ainda assinalar que essa e outras questões somente foram

possíveis de serem formuladas a partir da relatividade de um contexto outro que não o Brasil, da minha experiência de estágio doutoral na França, revisitando formas de governabilidade já trilhadas por aquele país.

Mas digressões como estas são amplas demais, necessitava restringir meu foco de análise e foram os contatos com teorias da sociologia política francesa, entre elas a de ação pública e desenvolvimento territorial, que me ajudaram a delimitar e focar as reservas extrativistas em um contexto e processo maior. Mais do que analisar as reservas extrativistas como resultado das reivindicações do movimento dos seringueiros e de outros segmentos rurais na Amazônia brasileira, que marcaram os primeiros estudos sobre reservas extrativistas aqui já citados, era necessário, sobretudo, compreendê-las no contexto atual das ações públicas ambientais.

Necessitava de referências que dessem conta do contexto de mudanças onde o local passa a ter um novo papel no processo da administração pública ambiental, onde o desenvolvimento social passa a se construir via ações no território, num contexto maior, onde vários países buscam modelos alternativos de desenvolvimento pautados nos princípios da sustentabilidade, fato que justifica a importância de estudos desse caráter para se conhecer como este processo vem se dando no Brasil.

A necessidade de uma nova abordagem me levou a formular a tese no campo teórico das discussões da Sociologia Política, sem perder de vista o diálogo com outras disciplinas afins como a Ciência Política, a Antropologia (minha formação de base) e em menor grau com a Geografia, a Economia e o Direito, na tentativa de um diálogo interdisciplinar “imperativo” nas análises das temáticas ambientais.

Predominantemente no campo da Sociologia Política, a tese parte de uma perspectiva de análise em construção e ainda não plenamente desenvolvida no Brasil que concebe as reservas extrativistas como instrumento da ação pública ambiental

particularmente dos estudos sobre “instrumentos” e “ação pública” e se fundamenta na afirmação de Teisserenc (2009) que diz que Reservas Extrativistas no Brasil são um tipo de Instrumento da Ação Pública Ambiental em processo de institucionalização e a serviço do desenvolvimento sustentável (TEISSERENC, 2009). Esta afirmação foi retomada, primeiramente, como hipótese central e foi aprofundada e testada a partir de um estudo comparativo da implementação de duas Resex situadas na Amazônia maranhense, as Resex Quilombo de Frechal e Marinha de Cururupu.

Analisadas na perspectiva dos instrumentos, as reservas extrativistas são concebidas neste estudo como um instrumento de regulação territorial e ambiental ainda em fase de experimentação no país. Assim, as Resex são vistas como um instrumento que permitiu materializar, operacionalizar uma ação governamental para resolver conflitos territoriais na Amazônia e no Brasil, ao mesmo tempo em que é um instrumento de ação local no território com ambições de atender os desafios ambientais do mundo contemporâneo (TEISSERENC, 2009).

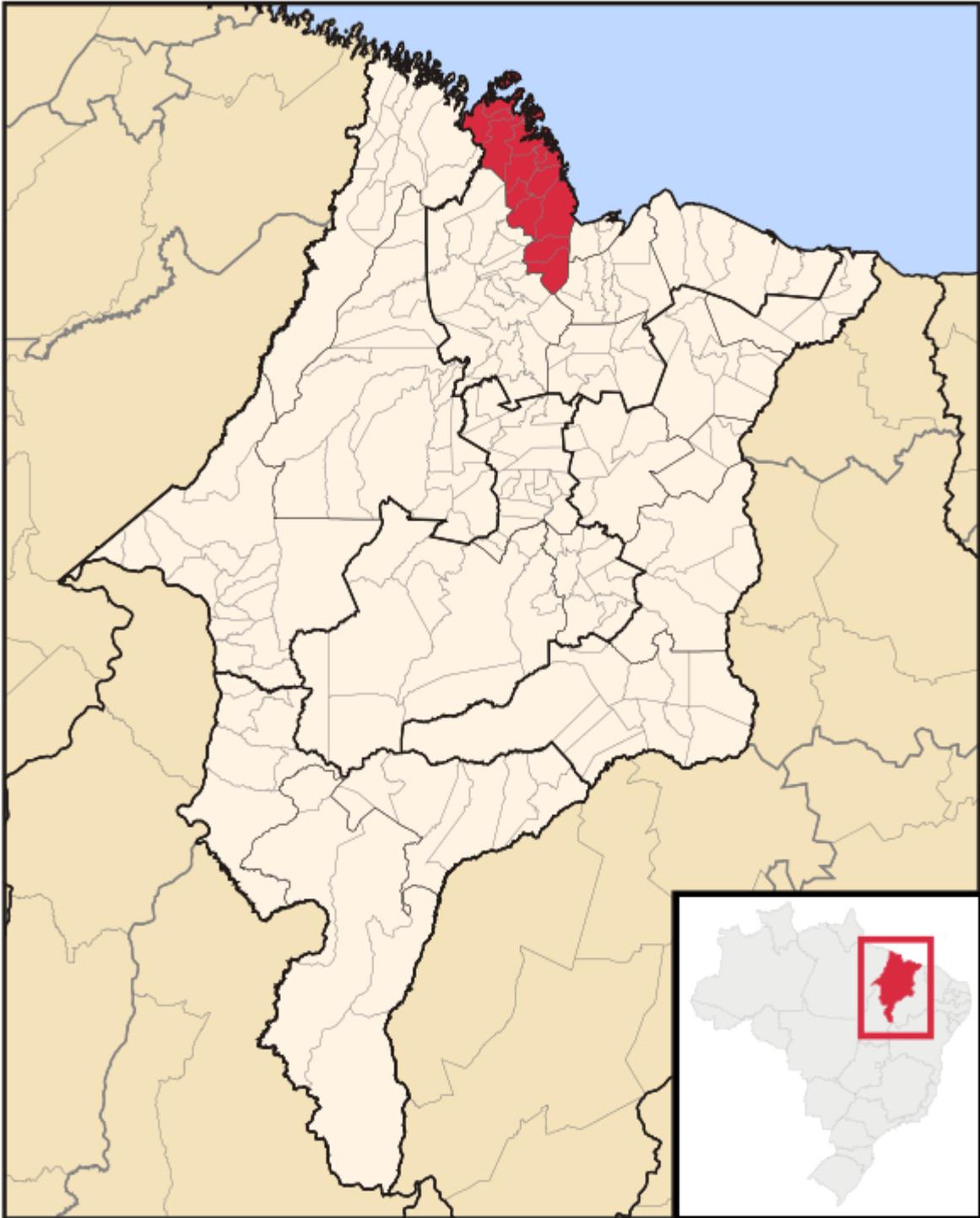
Vistas em uma perspectiva da ação pública, as reservas extrativistas se configuram em um campo privilegiado para observações e análises, uma vez que possuem as características de ser ao mesmo tempo um “território tradicional” e um “novo território da ação pública local”, que enquanto tal, exige, da parte dos moradores um processo de recomposição territorial.

Partindo da assertiva que as reservas extrativistas são instrumentos da ação pública ambiental, buscou-se nos dados de campo as “interpretações” que os diversos atores, entre eles, extrativistas, membros das associações, técnicos ambientais do governo, representantes do poder local, sindicatos, moradores do entorno, entre outros, fazem desse “instrumento”. Como o concebem? Como o interpretam? Quais apropriações fazem desse “instrumento”? Tratando-se de um “instrumento de ação

pública, como ele é vivenciado, materializado e construído nas ações e interações dos atores sociais? Essas são algumas das questões respondidas neste estudo. Para tanto, priorizou-se um recorte temporal com ênfase no contexto de nascimento das duas Resex, Quilombo de Frechal e Marinha de Cururupu, ambas localizadas na Amazônia Maranhense. De um período específico que vai de suas respectivas demandas até o ano de 2011, data da última pesquisa de campo. Não tendo este estudo a intenção de se apropriar em suas análises da totalidade temporal das duas Resex, mas da história que ambas comportam do instrumento Reserva Extrativista, por meio de suas demandas e implementações.

O trabalho está dividido em duas partes: a primeira parte denominada, “Na terra e no mar: objeto, teoria, atores e campos de pesquisa”, tem como objetivo apresentar as teorias que sustentam este estudo e sua hipótese, bem como situar os campos de pesquisa, as aproximações com os interlocutores, com o objeto e o tema de estudo. A segunda parte, “As Resex e os atores, na terra e no mar da Amazônia Maranhense”, analisa as relações sociais que vêm construindo a ação pública, na terra e no mar, por meio da apropriação e da interpretação do instrumento Resex, tendo como material de análise as experiências socioterritoriais dos atores sociais.

**Mapa 1 - Litoral ocidental do estado do Maranhão**



Fonte: Adaptação, IBGE (2013)

Mapa 2 - Delimitação da área de pesquisa



Fonte: adaptação a partir de <http://www.ma.gov.br/>

**PARTE I**

**NA TERRA E NO MAR: OBJETO, TEORIA, ATORES E OS CAMPOS  
DE PESQUISA**

## CAPÍTULO 1 - A RESEX COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PÚBLICA

**A**s Resex no Brasil representam um tipo de unidade de conservação ambiental de desenvolvimento sustentável formulado pelo Movimento dos Seringueiros na Amazônia Brasileira, durante a década de 1980, e que foi incorporada como política pública ambiental no Brasil a partir de 1990. De modo geral, a formulação do modelo de “reserva extrativista”, enquanto proposta dos seringueiros, decorreu dos conflitos sociais territoriais amazônicos que eclodiram, sistematicamente, a partir de 1970, no contexto de uma nova abertura de ocupação territorial, política e econômica da Amazônia brasileira ao mercado nacional e internacional (ALLEGRETTI, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2003; BORGES, 2007; MOREIRA, 2008).

De maneira geral, podemos dizer que as políticas governamentais desse período (e podemos dizer mesmo atualmente) priorizaram projetos de infraestrutura para investimentos de capitais nacionais e estrangeiros, entre eles a abertura de rodovias e a criação de hidroelétricas (como o atual caso da barragem de Belo Monte) que foram (e continuam sendo) implantadas de forma alheia ao modo de vida tradicional das populações locais amazônicas. A implantação dessas políticas teve como um dos resultados inesperados a resistência e a oposição das populações locais, entre elas, a mais emblemática desse período que viviam da extração do látex, da espécie arbórea *Hevea brasiliensis*, conhecida na Amazônia brasileira como “seringueira”, árvore e atividade que dá nome a categoria social e política autorrepresentada masculinamente como “seringueiros”.

Os seringueiros se reuniram e fundaram um movimento celebrenemente conhecido como “movimento dos seringueiros”, liderado pelo sindicalista Chico Mendes e seus companheiros, que por sua vez se associaram a outros movimentos

sociais amazônicos, entre eles indígenas e quilombolas que, juntos, transformaram o conflito pela terra e pelos recursos naturais em um conflito público, étnico e político, que dominou o cenário nacional e internacional na década de 1980, estudados por autores como Allegretti (1989; 2002), Cavalcanti (2002), Porto-Gonçalves (2003), Almeida (2004), Borges (2007) e Moreira (2008).

A principal reivindicação do movimento dos seringueiros, bem como dos movimentos sociais amazônicos do período, foi a implementação de uma reforma agrária que pudesse lhes garantir o direito de permanecerem na floresta e viver do extrativismo e do uso dos recursos naturais. Nesse sentido, o movimento dos seringueiros propôs um modelo de reforma agrária compatível com o seu modo de vida e organização social, acenando para uma inovação no campo de uma reforma agrária que incorporasse a propriedade coletiva da terra e possibilitasse o uso e a exploração dos recursos naturais pela população local, numa perspectiva de “conservação ambiental” ou de uso racional desses recursos, preceitos formulados na proposta de criação das Resex (ALLEGRETTI, 1989; PORTO-GONÇALVES, 2003).

No decorrer da década de 1980, diante do acirramento dos conflitos fundiários que resultaram na morte do sindicalista Chico Mendes, em 1988, e do crescimento em rede dos movimentos sociais amazônicos (MOREIRA, 2008), das pressões do movimento ambientalista nacional e internacional, bem como a suspensão pelo Banco Mundial dos recursos financeiros aos projetos de infraestrutura para a Amazônia, o governo federal brasileiro, já em um contexto de retomada do regime democrático participativo (iniciado em 1984), se vê obrigado a atuar como árbitro dos conflitos e passa a discutir com o movimento dos seringueiros a proposta de criação das Resex, instituídas juridicamente por meio do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

Passados quase 26 anos da criação das primeiras reservas extrativistas e aproximadamente 40 anos de luta dos seringueiros na Amazônia, as Resex fazem parte de uma ambiciosa e inovadora política pública ambiental constituindo-se em espaços territoriais protegidos pelo poder público brasileiro, destinados à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por populações locais, chamadas “tradicionais” ou extrativistas.

De forma que existem literaturas, brasileira e francesa, sobre estudos em Resex, de importância capital para a compreensão da temática, entre outros, entre os quais os já citados, Allegretti (2002), Porto-Gonçalves (2003), Aubertin (2000), Almeida (2004) e Borges (2007). Nesses trabalhos, como mencionado há pouco, as Resex aparecem enquanto temática ligada à luta do movimento social dos seringueiros por reforma agrária, num contexto de tensão entre as políticas nacionais desenvolvimentistas de modernização e integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional.

Após a concessão de diversas reservas extrativistas localizadas, majoritariamente, na Amazônia brasileira, sobretudo a partir do ano de 2000, multiplicaram-se os estudos que saem da esfera dos antropólogos e cientistas sociais e incorporam os estudos de biólogos, economistas e engenheiros agrônomos, que se interessam pelos aspectos da gestão ambiental, dos planos de manejo, das associações cooperativas e da viabilidade econômica ou não do extrativismo, entre outros: Aubertin (1995), Aubertin e Pinton (2000), Chamy (2005) e Calvacanti (2002).

Uma questão que se coloca no início de um trabalho de tese é quanto às possibilidades de uma nova análise. Em que sentido esta tese será capaz de avançar nas reflexões. Analisando a literatura sobre as Resex, observei que estes trabalhos, em sua maioria, analisavam a influência dos movimentos sociais, em particular do

movimento dos seringueiros e de diversos segmentos sociais locais amazônicos, no processo de criação das reservas extrativistas. Observei, também, que analisavam o contexto sociopolítico de abertura democrática vivenciada no Brasil, a partir de 1984, como um fator importante na formulação das Resex, situando-as dentro da vertente participativa da conservação. Constatei que, em menor grau, analisavam a temática em um contexto de globalização e descentralização ou de políticas públicas alinhadas as transformações internacionais da gestão dos assuntos públicos e, decidi ir nesta direção. Tomar este contexto como um contexto também importante em meio aos outros que já haviam sido bem trabalhados.

Uma das pistas que me levaram a priorizar este contexto como pano de fundo foi a constatação, via leitura de alguns trabalhos, entre eles Antoni (2010) e Cunha (2010), que em suas análises apresentam dados sobre os recursos advindos de programas de ajuda financeira internacional, como o PPG-7, importantes na implementação e na institucionalização das Resex. Assim como, a meu ver, também, no processo, posterior, de descentralização e desconcentração das instituições responsáveis pela execução das de políticas ambientais brasileiras, no caso das Resex, inicialmente, o Ibama e, posteriormente, o CNPT e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ambos criados a partir da desconcentração daquele.

A exemplo da importância de recursos financeiros advindos de programas como o PPG7, Cunha (2010), analisando a implementação das Resex nos anos de 1990, demonstra que o PPG-7 constituiu uma das principais intervenções na implementação das Resex, tendo sido o Projeto "Reservas Extrativistas" do PPG-7, o primeiro projeto executado dentro do IBAMA. Esta autora demonstra, ainda, por meio dos recursos administrados pelo CNPT, no período de 1994-2000, que, a partir de

1990, os principais recursos obtidos para a gestão das Resex foram advindos deste Programa, do qual também dependeu o funcionamento do CNPT neste período<sup>3</sup>.

Ainda a respeito do PPG-7, Antoni (2010) informa que o Programa Piloto se tornou operacional em 1994 e, após uma primeira fase concluída em 1999, continuou a funcionar até 2009, para confluir definitivamente no Programa Amazônia. Avaliando os resultados parciais e globais, relativos ao PPG7, aponta entre os efeitos positivos a criação de mais de 100 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia e na Mata Atlântica, nos quais estavam incluídos 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas (ANTONI, 2010)

Recupero essas informações, pois durante a realização de pesquisa de campo para este estudo, pude consultar em documentos e realizar entrevistas<sup>4</sup> onde se constatou que a Resex de Cururupu, por meio da Agenda 21 local, foi formulada com recursos de fundações alemãs, como a Adenauer e implementada com recursos do PPG7, via CNPT, sendo, também, as primeiras ações implementadas com recursos da IUCN, como, também, consta no diagnóstico socioeconômico (IBAMA, 2002).

De forma que essas informações corroboram para pensar, por intermédio desses programas de ajudas financeiras internacionais, a entrada desses territórios no processo de globalização, via a adequação a uma intervenção que visava a

---

<sup>3</sup> Outro exemplo da intervenção do PPG7 na execução de políticas ambientais brasileiras se deu por meio da ajuda financeira ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia, o Arpa, que se consolidou como o maior programa de conservação da biodiversidade de florestas tropicais do mundo e se firmou nacionalmente como política de Estado, em outros, via recursos e parceiros provenientes do PPG7. O Arpa tem origem em 1998, na aliança entre o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Banco Mundial. Depois foi incorporado pelo governo brasileiro no âmbito do PPG7 (criado em 1992), quando passou a ter como parceiros e doadores o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o governo da Alemanha, por meio do Entwicklungsbank (KfW – Banco de desenvolvimento alemão), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Fonte: Publicação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, Brasília, Nov, 2014.

<sup>4</sup> De acordo com entrevistas concedidas em 04.06.2011 por José dos Santos Amado, ex-prefeito do município de Cururupu e, em 30.11.2011, por Fabiano Costa, ex-coordenador da Regional IV do ICMBio.

responder a um problema considerado de escala planetária, tal como analisa Antoni (2010), tratando especificamente da Amazônia.

Pierre Teisserenc (2013), ao analisar as transformações que conhecem os territórios (entre eles as Resex), por meio do papel da ação local enquanto ação pública dentro dessas transformações, aponta três processos que contribuem para a mudança do contexto geral no qual evoluem esses territórios: 1. o processo de globalização; 2. o aumento das exigências do desenvolvimento sustentável e; 3. um processo de reequilibragem institucional via transferências de competências, de recursos e de poderes (TEISSERENC, 2013, p. 16-19) necessários à construção da ação pública, como veremos a seguir. Começando pela definição de ação pública, depois pela abordagem das Resex na perspectiva de territórios da ação pública local e, finalizando, com a abordagem das Resex como um instrumento da ação pública ambiental.

### **1.1 A Resex enquanto ação pública**

Como vimos há pouco, enquanto demanda, as Resex têm seus fundamentos na organização política dos seringueiros e de outros segmentos das populações ditas tradicionais da Amazônia, tendo sido formuladas dentro de um movimento social como proposta de um projeto de política pública ambiental, de caráter territorial, a ser implementado pelo Estado brasileiro. Enquanto política pública ambiental, as Resex nasceram da convergência de fatores ligados ao contexto de reabertura democrática do país, por meio da organização política e da participação de diversos segmentos da sociedade brasileira e da necessidade do governo brasileiro de se alinhar com as

políticas socioeconômicas e ambientais internacionais que contribuíram para a implementação das mesmas, por meio de ajudas financeiras.

No sentido adotado neste estudo, as políticas públicas são ações que participam da criação de novas interações sociais e políticas e da regulação de suas tensões, da integração de grupos e atores e em certa medida da resolução de conflitos (LASCOUMES; LE GALÈS, 2009).

Remontando ao conceito de ação pública, de acordo com Lascoumes e Le Galès (2009), a definição de ação pública foi inicialmente definida por Henry Laswell em 1936. No entanto, a noção tal como é entendida nos dias de hoje deriva do conceito de política pública e de sua não adequabilidade face à descentralização do Estado e às mudanças sociais contemporâneas.

De acordo com os autores, o termo política pública foi colocado em causa a partir de 1970 quando se passou a questionar o papel do Estado na sua capacidade de dirigir a sociedade. Fato que se deu a partir de três fatores principais: o aumento das demandas por políticas sociais em função da redução de recursos financeiros decorrente da crise econômica do petróleo; a aparição dos problemas ecológicos que ganham importância na ordem do dia; as críticas, tanto marxistas, quanto neoliberais, ao Estado Capitalista que se vê em ruínas naquele momento (LASCOUMES; LE GALÈS, 2009).

Pouco a pouco, segundo esses autores, a perspectiva autocentrada das políticas públicas, de um Estado dominante e centralizado, vai perdendo força dentro de uma sociedade cada vez mais fragmentada, cujas relações complexas se dão em vários níveis, e vão se tornando cada vez mais difíceis de serem governadas por governos autoritários e centralizados. E é em função da reestruturação do Estado contemporâneo que a perspectiva Estado-centrada das políticas públicas se

enfraqueceu enquanto categoria analítica e passou a dar lugar ao que a Sociologia e a Ciência Política passaram a chamar de “ação pública”.

O conceito de “política pública” foi, paulatinamente, substituído pelo de “ação pública”, em função da necessidade de análises mais precisas da sociedade contemporânea. A mistura dos múltiplos atores públicos e privados, a interdependência entre os níveis, dão margem à revisão de conceitos estadistas de intervenção pública e cedem espaço a análises mais abertas, como o conceito de ação pública.

A revisão do conceito de política pública, e a adoção de uma nova abordagem em termos de ações públicas, resultou, segundo Hassenteufel (2011), de uma mudança nas representações da realidade e de uma mudança de percepção da realidade pelas Ciências Sociais relacionados com o refinamento dos seus instrumentos de observação e análise. Uma vez que não foram somente os objetos tradicionais da ciência política (poder, o governo, instituições do Estado, políticos e forças partidárias, entre outros) que foram colocados em causa, mas a perspectiva de análise, haja vista não ser um projeto em termos de produção do Estado, mas do que acontece dentro das empresas, nos territórios, nas múltiplas interações, de forma diversa e complexa, em termos de construção coletiva da ação pública.

Para Commaille (2010), o uso do termo “ação pública” marca uma perspectiva de mudança no campo da “política pública”. Essa reversão é indicada pela escolha de uma abordagem em que são levadas em conta tanto as ações de instituições públicas, como a pluralidade de atores, públicos e privados, tanto da sociedade civil, como da esfera do Estado, agindo em conjunto, em múltiplas interdependências, em nível supranacional, nacional, mas também local, para produzir formas de regulação.

Ao fazer um apanhado histórico do nascimento das políticas públicas, Sousa (2006) diz que política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasceu nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da Ciência Política, abre o caminho trilhado pela Ciência Política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público nos anos de 1950. Sousa (2006) ressalta que os trabalhos nesta época foram marcados por uma forte articulação entre análise e prática, tendo sido os primeiros analistas das políticas públicas frequentemente consultores da administração pública, notadamente Charles Merriam e seu aluno, Lasswell, considerado como um dos pais fundadores da disciplina (HASSENTEUFEL, 2011).

Ao trabalhar as diferentes fases da análise das políticas públicas, Hassenteufel (2011) identifica, no período de 1950, a primeira fase desses estudos que, segundo ele, corresponde, então, a um projeto simultaneamente político e científico da racionalização da ação pública formalizada pelo modelo que ficou conhecido como modelo sequencial. Na perspectiva do modelo sequencial, as políticas públicas se focalizam sobre a decisão pública, mais precisamente sobre as ferramentas da decisão, com o objetivo de fundamentá-lo cientificamente. E se apoia em dois

postulados: o da racionalidade da decisão e da característica não problemática da implementação. Não é o propósito aqui descrever esse modelo de análise, visto não ser este o que será priorizado na análise dos dados deste estudo, porém, cabe ressaltar, que será a crítica a esses dois postulados, resumidos na ideia de que “se a decisão é boa, quer dizer ‘racional’, esta pode ser aplicada sem dificuldades” que irá fazer avançar a análise das políticas públicas em outros campos como o da Sociologia das Organizações e da Sociologia Política, sendo as análises dessa última que nos interessa mais de perto.

Caminhando no sentido de identificar outras fases das análises das políticas públicas, Hassenteufel (2011) aponta que, antes da Sociologia Política, foi a Sociologia das Organizações que primeiro criticou o modelo sequencial. E que no decorrer dos anos de 1960, autores como Lindblom, March, nos EUA, Scharpt e Myntz, na Alemanha, e Michel Crozier, na França, vão identificar os múltiplos disfuncionamentos da ação do Estado ao destacarem em suas análises, entre outros, a diversidade das lógicas dos atores que intervêm na decisão, as contradições dentro dos objetivos das políticas públicas, as imperfeições das decisões, criticando e divulgando o que ficou conhecido como “mito da racionalidade da decisão pública” (HASSENTEUFEL, 2011).

São essas críticas da Sociologia das Organizações que vão abrir caminho para uma nova teorização das políticas públicas no campo da Sociologia Política e que, ainda, segundo Hassenteufel (2011), se caracteriza pela atenção dada aos atores das políticas públicas e aos seus modos de interação, apreendidas dentro de uma dupla perspectiva: estratégica e cognitiva. Esta fase, chamada por este autor de terceira fase, configura-se em uma ultrapassagem do modelo racional por meio de tentativas de explicações das políticas públicas fundadas sobre características estruturais das

interações dos atores, quer elas sejam públicas ou privadas e que, portanto, será a perspectiva analítica majoritariamente adotada nesta tese.

Elementos como o peso dos grupos de interesse, o papel dos *lobbies* nas competições abertas pelo poder político, o papel da mobilização dos atores sociais e dos grupos de interesse na construção e implementação das políticas públicas vão, aos poucos, ao longo da década de 1970, estruturando um novo paradigma de análise. Coincidindo com outra mudança que se generaliza nos anos 1980, a que o Estado não passa a ser mais o centro das análises (THOENIG, 1996; HASSENTEUFEL, 2011).

Estas mudanças de perspectivas analíticas conduziram ao desenvolvimento de noções que permitiram, por sua vez, apreender as interações dos atores públicos e privados, interações em termo de relações de poder ligado aos recursos de diferentes atores, e ao contexto político e institucional no qual eles se inscrevem. Assim, a análise das políticas públicas passou, de maneira crescente, a levar em consideração a diversidade dos atores políticos, entre eles os partidos políticos e os políticos eleitos, que haviam sido negligenciados ao lado dos recursos e de lógicas de ação.

Esta nova abordagem da Sociologia Política, ainda segundo Hassenteufel (2011), contribui para que as análises das políticas públicas se constituíssem em uma subdisciplina a parte inteira da Ciência Política, chamada sociologia da ação pública. Que, marcadamente, no caso francês vai, progressivamente, se desligar da ciência administrativa, do marxismo e da sociologia das organizações, acentuando a dimensão cognitiva e o papel dos atores, tal como procedem em suas análises Leca e Miller (2008).

Assim, diante de uma monocêntrica visão, hierárquica tipo *top-down* de decisão pública como instrumento de um Estado que planeja, que incentiva e determina os

objetivos e desenha as regras, gradualmente começa a se impor a ideia de uma ação pública multinível envolvendo múltiplos atores e em que o Estado é mais um entre os parceiros que participam na sua construção coletiva (LASCOUMES; LE GALES, 2010; HASSENTEUFEL, 2011). Ou um componente entre outros desta ação pública processual, cujo papel específico do Estado tornou-se ainda mais difícil de análise, visto que ele mesmo age pela complexidade e diferenciação de suas organizações pelo fato de que a diversidade de suas características e de suas instituições produzem contradições. Dessa constatação decorre uma mudança que vai de uma regulação centralizada a uma regulação multipolar, marcado pela alavancagem em níveis de ação policêntricas, uma poliarquia institucional, com fortes interdependências entre os diversos atores, diferenciada, com interesses diferentes, se não antagônicos, a exemplo das reservas extrativistas.

Assim, ocorre o que Gaudin (1999) vai chamar de “proceduralização” da ação pública, que passa pelo estabelecimento de contratos, o que significa que esta última não reduz a aplicação de regras elaboradas *a priori*, mas que estas regras são nascidas de discussões, deliberações e negociações, no caso deste estudo na construção dos Planos de Uso e na formação dos Conselhos Deliberativos que conjuga os atores em diferentes níveis. Ou ainda, a ênfase sobre o papel das normas na ação pública, concebidas em termos de “regras em um jogo aberto” tal como fazem referências (LASCOUMES; LE GALÈS, 2010).

Nesse sentido, a ação pública sobre o meio ambiente é, particularmente, ilustrativa dessas novas configurações, pois necessita da cooperação em nível local com outras instâncias governamentais, para negociar com as autoridades. Elaboram estratégias diferenciadas para lidar com uma pluralidade de associações que surgem como parceiros ativos. Assim essa ação pública, entendida numa perspectiva

estratégica e cognitiva, participa da operação de um Estado regulador (HASSENTEUFEL, 2011) e é o resultado de múltiplas configurações, interdependências, emaranhados e estratégias dos atores, de redes de ação pública e sistemas de ação, operada por uma acumulação de regulamentações negociadas e inscritas em transversalidade, horizontalidade e circularidade (LASCOUMES e SIMARD, 2011; HASSENTEUFEL, 2011).

Nesta perspectiva, a ação pública é também construída no coração de interações sociais e não apenas no topo do Estado, e, portanto, é susceptível de ser fragmentada, complexa e flexível cabendo à Sociologia contribuir na sua observação, ultrapassando as dicotomias entre governo e administração, público e privado, nacional e local, para dar um lugar de destaque às ações e às estratégias dos atores.

Feitas essas aproximações teóricas sobre as concepções de ação pública, cabe detalhá-la a partir do enfoque territorial e do conceito de instrumento, capitais para a análise da ação pública nas reservas extrativistas que se pretende realizar aqui.

## **1.2 As Resex enquanto territórios da ação pública local**

Behar (2000) diz que, mesmo que a questão do território esteja longe de ser uma novidade, foi no decorrer dos anos 1980 e, sobretudo nos anos 1990, que o uso da palavra “território” se multiplicou dentro das Ciências Sociais e passou a aparecer, em primeiro plano, como um meio para estas introduzirem as lógicas dos atores dentro da análise da espacialização do social.

A abordagem “territorial”, segundo Vasconcellos e Vasconcellos (2009), começa a ser empregada pelos gestores e planejadores do desenvolvimento como o lugar da ação e interação dos indivíduos entre si e entre os indivíduos e o ambiente

onde estão inseridos, isso porque o “território” se forma em função de uma lógica de identidade própria formada a partir dessas relações que podem contar com a presença ou ausência do Estado planejador.

De acordo com esses autores, a proeminência do conceito de “território” emergiu com o desgaste da noção de “região”, e de “planejamento regional”. Desgaste que se deu pela incapacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado no Brasil e em diversos países do mundo, sobretudo a partir da década de 1970 e durante os anos 1980.

Neste período, os Estados, cujas ações eram tomadas como indutoras e intervencionistas, deixam de ter na concepção de “região” uma unidade de análise segura e capaz de garantir resultados eficientes. E, diante desse limite, emergiu a concepção de “território” como um processo vinculado à globalização e cuja nova dinâmica econômica e produtiva passa a depender das decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2009).

Fragoso (2005), analisando o desenvolvimento participativo, atesta que até a década de 1970 o território não era considerado uma unidade de análise no campo do desenvolvimento. A ideia de que o território, o local, poderia constituir uma unidade de planejamento do desenvolvimento e deixar de ser apenas o seu objeto tomou corpo, entre outros, com os acontecimentos proporcionados pela crise do paradigma da modernização. Atesta ainda que com o esgotamento do Estado-Nação, no final do século XX, começou a se operacionalizar a concepção do desenvolvimento endógeno local, com um crescente número de experiências de desenvolvimento territorial.

Esta redefinição dos territórios da ação pública parece se acompanhar de uma mutação radical da regulação territorial que verá, enfim, uma lógica ascendente, emanando dos territórios e reconhecedora de sua diversidade. Melhor ainda esta transformação dos territórios em pontos de apoio da ação pública e da regulação territorial constituíram um retorno de um potente fator de modernização da ação pública. Para Behar (2000), se o território está dessa maneira no coração das marchas de modernização das políticas públicas, é porque ele supõe oferecer a estas últimas duas virtudes maiores, o da proximidade e a da transversalidade. A aproximação territorial tornaria ultrapassadas as lógicas verticais setoriais ao proveito de uma transversalidade da ação (BEHAR, 2000).

De acordo com Duran e Thoenig (1996), somente depois de alguns anos, de um longo momento de lado é que se percebeu uma nova atualidade do território para ação pública. Segundo esses autores, foi preciso esperar os anos 1980 para que as categorias territoriais da ação pública evoluíssem significativamente se acompanhando de uma mutação radical da regulação territorial e que terminam por uma busca de um território pertinente, quer dizer adaptado aos desafios econômicos e sociais (DURAN; THOENIG, 1996).

De acordo com Behar (2000) e Teisserenc (2009), o processo de descentralização e globalização está na origem de “novos territórios” que se apresentam como “territórios pertinentes” para a ação local. No sentido atribuído por esses autores, o território deve ser, pensado e construído, em cogestão com diferentes parceiros públicos e locais. Esta perspectiva vai ao encontro da formulada por Pecqueur (2005) para quem o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não está postulado *a priori*, resulta de um processo de elaboração, é um “território construído”.

Pierre Teisserenc, analisando ações locais na França e no Brasil, por sua vez, ressalta que essas transformações e de um lado a outro do Atlântico procedem de um forte trabalho de delimitação dos territórios de intervenção a partir de critérios socioeconômicos e ambientais e, por uma oferta, da parte do Estado, de dispositivos, de instrumentos para permitir a esses novos territórios melhor responder aos desafios do desenvolvimento sustentável (TEISSERENC, 2013).

Assim, dentro dos dois contextos, europeu e brasileiro, se assiste, pouco a pouco, a emergência de novos territórios que se apresentam como sendo os territórios em recomposição pelo fato que sua recomposição se justifica em função de sua capacidade de intervenção, se apresentando ao mesmo tempo como territórios de ações públicas que o autor nomeia de “territórios da ação local” (TEISSERENC, 2013).

Na concepção de Teisserenc (2013), o território informa ações públicas que levam à produção de novos territórios, de territórios que se definem em função de sua capacidade de responder aos efeitos da globalização e dos desafios ambientais, que o autor, também, qualifica como “territórios em recomposição” (TEISSERENC, 2013), como demonstra ser as Resex por exemplo, sendo esta a perspectiva analítica adotada neste trabalho.

Em contexto de ambientalização de territórios e de conflitos socioambientais territoriais (TEISSERENC; AQUINO-TEISSERENC, 2014), as Resex podem também ser analisadas como “território reivindicado”, sendo, este, primordialmente, um território concreto e físico que inspira novos projetos coletivos iniciados pelas comunidades, ao mesmo tempo em que é imaterial e guarda um valor simbólico (TEISSERENC; AQUINO-TEISSERENC, 2014).

Passemos agora a tratar a reflexão sobre o conceito de instrumento necessário à argumentação da tese que concebe as Resex como um instrumento de ação pública ambiental.

### **1.3 Instrumentos da ação pública**

De acordo com Lascoumes e Simard (2011), os trabalhos sobre instrumentos da ação pública, se fazem presentes, de maneira contínua, depois de mais 40 anos, sobretudo nos EUA e na Inglaterra. Nos últimos anos, observa-se um interesse renovado pelo estudo dos instrumentos da ação pública, enquanto um subcampo de análise das políticas públicas, que segundo Christopher Hood (2007 apud LASCOUMES e SIMARD, 2011) podem se explicar por três fenômenos: primeiro, a emergência de desafios novos de política pública como meio ambiente, urbanismo, ou a reorientação dos mais antigos temas como segurança e saúde, que suscitaram novos questionamentos sobre as formas de conduzir as políticas públicas demandando numerosas reformas e mudanças. Segundo, em ligação estreita com esses questionamentos, observa-se nos países desenvolvidos uma referência crescente dos modelos neoliberal e gerencial que se inspiram nas regulações pelo mercado. Combinados com o desenvolvimento de novas tecnologias de conhecimento. Essas mudanças produziram condições favoráveis à difusão dos modos de “pilotagem” da ação pública fundado sobre as medidas dos desempenhos e performances. Terceiro e como reação ao fator precedente, a retomada de abordagens críticas denunciando os desdobramentos de uma “sociedade de vigilância” ou de menos riscos potenciais de proliferação de novas modalidades de controle e de normalização dos fenômenos sociais (LASCOUMES; SIMARD, 2011).

Ainda segundo esses autores, o desenvolvimento no novo ordenamento público de um lado e a emergência de novos desafios sociais do outro, como a questão ambiental, por exemplo, reforçaram o interesse pela inovação instrumental.

A abordagem pelos instrumentos incita a apreensão da ação pública na sua materialidade. Entre os fatores que permitem caracterizar a ação pública, os instrumentos constituem uma variável relativamente independente e explicativa da ação pública, mesmo que ela resulte de uma história ou de mobilizações, como tem sido o caso das Resex.

Neste sentido, a abordagem pelos instrumentos constitui uma nova perspectiva metodológica para o estudo da ação pública e dá acesso a uma porta de entrada para observação. Oferece um campo renovado para apreender os fenômenos de circulação de ideias e modelos, mas também das dinâmicas de apropriação e reinterpretação, como demonstrou ser o caso do instrumento Resex, analisado neste trabalho.

Segundo Lascoumes e Simard (2011), durante várias décadas as questões sobre os instrumentos foram pensadas como uma dimensão secundária em relação às abordagens em termos de atores, de projetos políticos, de instituições ou de crenças. Os instrumentos foram primeiro estudados numa perspectiva funcionalista ou técnica. Seu lugar dentro das decisões políticas foi considerado como subentendida. Governar era legislar, taxar, informar etc., ou seja, mobilizar instrumentos prontos a serem aplicados em função dos objetivos que se dava o governo ou sobre os “problemas” sobre os quais ele decide agir.

Os instrumentos da ação pública fizeram novamente objeto de uma fascinação à condição que fossem inovadores. As críticas crescentes dirigidas ao modelo intervencionista “comando e controle” conduziram os governantes a multiplicar “novos

instrumentos” de regulação, cujo “contrato” e “reparação” são as formas mais invocadas.

A obra de B. Doern e V. S. Wilson (1974 apud LASCOUMES E LE GALÈS 2004) foi a primeira a introduzir formalmente a noção de instrumento e a estruturar um questionamento sobre essa dimensão. Os primeiros trabalhos vão insistir sobre a necessidade de uma tomada de distância em relação às teorias clássicas do Estado e do desenvolvimento autônomo dos estudos das políticas públicas, afim de compreender suas condições de formulação e de implementação. Os primeiros trabalhos são de análises de políticas setoriais dentro das quais uma atenção particular é dada sobre as técnicas de intervenção como taxaço, nacionalizaço, persuasão etc. Esses trabalhos também refletiram sobre o grau de coerço dos instrumentos e a adequaço entre os instrumentos e seus públicos-alvo. Para R. Simeon, os instrumentos são uma das três dimensões de análise das políticas públicas na medida em que estão concernidos os meios da açõ, dimensão que se situa entre, de um lado, o objeto e sua compreensõ e do outro lado, os efeitos, os custos e os benefícios.

No início de 1980, dentro de um contexto favorável à desregularaço, um estudo foi encomendado pelo Conselho Econômico do Canadá, trabalho dirigido por M. J. Trebilcock. O autor fez referênça à contribuiço da teoria das escolhas racionais que dentro das *policy analysis* tornou-se também “escolhas públicas”. Ressalta os interesses dos políticos e as consideraçoes eleitorais a curto prazo como determinante principal das escolhas dos instrumentos. E coloca em segundo plano a eficiênça técnica como principal critério de seleço.

A maior parte desses trabalhos, que marcam a primeira geraço (1970 a 1985) de estudos dos instrumentos em Ciência Política e Economia, tratam de instrumentos

específicos relativos à regulação econômica, capacidade de gastar e taxar a informação, a sensibilização e a persuasão.

Estes primeiros trabalhos sobre os instrumentos fizeram hipótese implícita da existência de um alto nível de coordenação dentro dos processos de tomada de decisão no seio do aparelho do Estado. O contexto desses instrumentos, a ligação, por exemplo, com o tipo de Estado, o papel dos atores, as ideias e as características culturais foram pouco desenvolvidas. Entretanto, algumas hipóteses emergiram e estruturaram trabalhos posteriores. E possibilitaram, de modo geral, a consideração dos instrumentos como uma variável dependente ao evidenciarem as pressões que pesam sobre as escolhas dos instrumentos, a diversidade dos motivos de se recorrer a um mesmo instrumento, ou a atração súbita, a voga de certos instrumentos (LASCOUMES; LE GALÈS, 2004).

Foi também durante esse período que começaram a ser formuladas as críticas mais ou menos diretas do novo ordenamento público. Eles colocaram em evidência dois problemas principais. De um lado aqueles colocados por justaposição de uma diversidade de instrumentos no seio de muitas políticas setoriais, o que revela a pluralidade, mesmo a heterogeneidade dos objetivos perseguidos. De fato, é excepcional encontrar políticas monoinstrumentais. De outro lado, a ausência de reflexão sobre as misturas dos modos de regulação simultâneas (regulação, medidas econômicas, incitativas) e os problemas de superposição e coordenação que deles decorrem, começam a serem formulados.

Fazendo um balanço de 20 anos de trabalho, Lascoumes e Simard (2011) apontam que existem, hoje, três abordagens principais sobre os instrumentos. A primeira está ligada à instrumentação no sentido de *politics of tools*, ou seja, aos problemas da escolha e da adequação entre um objetivo de política pública e os meios

suscetíveis de alcançá-la. A segunda é de natureza tipológica e se focaliza sobre a diversificação constante dos instrumentos e dos problemas de coordenação que deles decorrem. A terceira concebe os instrumentos como instituições sociológicas e centra-se sobre as dinâmicas de construção permanente e de apropriação pelos atores. Esta abordagem se configura como o enfoque deste estudo.

A primeira, a instrumentação, no sentido de *politics of tools*, é uma abordagem que se inscreve em continuidade com a tradição funcionalista do *policy analysis* e da *public choice* e assumem uma dimensão normativa. Ela coloca no centro dos seus questionamentos os processos e os critérios de escolhas dos instrumentos que definem o estilo de uma política pública. Essa perspectiva de ação pública é abordada a partir de três questões principais: 1. Quais são os fatores institucionais ou políticos que conduziram a escolha de tal ou qual instrumento de regulação? 2. Quais são as propriedades dos modos de ação adotados, sobretudo, os caracteres que eles são portadores e que influenciam de maneira central a implantação de um programa? 3. É possível, a partir da observação comparada entre as políticas e, sobretudo entre países, de emitir estilos nacionais dentro das escolhas e dos conjuntos de instrumentos?

A segunda, de natureza tipológica como o nome indica, objetiva por meio de estudos, classificar e hierarquizar, os diversos modos da regulação.

A terceira abordagem é a que concebe os instrumentos como “instituições sociológicas” Esta abordagem está, por sua vez, centrada sobre a análise de duas dinâmicas: de uma parte, o da construção-adaptação dos instrumentos, de inserção nos dispositivos setoriais de ação pública e de justificações desta escolha; de outra parte, a sua apropriação pelos atores e os diferentes tipos de efeitos que dele decorrem, tanto sobre as redes de atores concernidos, como sobre os desafios

regulados e do instrumento em si mesmo. Perspectiva adotada por Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès.

Se as primeiras abordagens conhecem a dimensão política da escolha dos instrumentos, a abordagem sociológica vê os instrumentos como instituições, nas suas dimensões mais informais, simbólicas e cognitivas. O instrumento como instituição é também abordado numa perspectiva de análise de poder e de fatos sociais que ele implica, mas também de ações de pedagogia, de enquadramento e, às vezes, de manipulação que ele suscita. Nessa abordagem, a ação pública é um espaço sociopolítico construído tanto por instrumentos e técnicas como pelas crenças e estratégias dos atores.

Segundo Lascoumes e Les Galès (2004) e Lascoumes e Simard (2011), a abordagem que concebe os instrumentos como “instituições sociológicas” se inscreve na tradição de Max Weber, Norbert Elias e Michel Foucault. E foi a atenção dada por Michel Foucault sobre a governabilidade que colocaram em evidência o papel dos instrumentos.

Passemos agora a verificar alguns estudos realizados no Brasil para em seguida apresentar em que medida concebemos as Resex como um instrumento da ação pública ambiental.

#### **1.4 A Resex como instrumento da ação pública ambiental**

Foucault (2011) continua atual quando diz que vivemos na era da “governamentalidade”, num processo de “governamentalização” que nasceu no ocidente, no século XVIII. A partir desse período, se conhecerá, segundo ele, por meio da invenção e da mobilização de instrumentos, técnicas de governo, verdadeiras tecnologias que contribuem para a renovação da governabilidade.

Mesmo que vivamos na era da “governamentalidade” como preconiza Foucault, os estudos dos instrumentos, enquanto técnicas de governo têm ficado relativamente “de fora” de alguns estudos brasileiros que analisam as ações públicas aplicadas ao campo das políticas territoriais, sobretudo, no domínio da Sociologia Política.

Se tomado como foco de estudo as Resex, essa literatura apresenta-se, ainda mais rara, com pequenas exceções como, por exemplo, no campo da Economia Ecológica, Cavalcanti (2002) e Calvalcanti e Maciel (2008) que possuem o mérito de associar, pela primeira vez, a Resex como um instrumento. Em seus trabalhos, esses autores concebem as Resex como uma possibilidade de um paradigma novo de regulação ambiental, capaz de deter o desmatamento na Amazônia.

Apesar de associarem Resex e instrumento, os autores não discutem o conceito teórico de “instrumento” não chegando a formular, de maneira clara, como as Resex podem ser vistas como um instrumento de regulação ambiental no âmbito da economia ecológica.

O diálogo sobre a concepção de instrumento que estes autores fazem toma de empréstimo e adapta as definições de instrumentos de regulação ambiental provenientes dos problemas de poluição industrial urbana e, portanto, da chamada “agenda marrom”. Os autores utilizam como referência um documento do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), num estudo publicado em 1996, denominado “Regulamentação ambiental: instrumentos e implantação”<sup>5</sup>. Tomam de empréstimo e aplicam às reservas extrativistas dois instrumentos reguladores: o de comando e controle (C&C) e de instrumento econômico (IE), os instrumentos mais referenciados no campo da regulação ambiental. E concebem as Resex, no final de seus trabalhos, como uma política passível de regulação e não como um instrumento, a parte inteira, como passaremos a adotar a seguir.

Em outra perspectiva, também inovadora, já no campo da sociologia política, Pierre Teisserenc (2009) aborda as Resex como um instrumento a serviço das políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. No artigo *Resex: un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne*, o autor utiliza o conceito de instrumento de política pública para abordar as condições de implementação das reservas extrativistas na Amazônia e analisa a história deste instrumento com a finalidade de compreender a complexidade de sua aplicação.

No início do artigo, tal como figura no título do trabalho, o autor concebe as Resex como um instrumento “a serviço de políticas territoriais de desenvolvimento sustentável”. No decorrer do trabalho, estabelece relações mais diretas e passa a conceber as reservas extrativistas como um instrumento de uma política pública. Toma como referência a definição de instrumento proposta por Lascoumes e Les Galès (2004), que por sua vez definem instrumento como “um dispositivo técnico de vocação genérica, portador de uma concepção específica da relação

---

<sup>5</sup> A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação. Textos para Discussão IPEA: Rio de Janeiro, n. 437, 1996.

política/sociedade e sustentado por uma concepção de regulação” (LASCOUMES; LE GALES, 2004, p.14).

Para Teisserenc (2009), as Resex representam um tipo particular de instrumento de característica complexa” e de “aplicação sofisticada”, além de “inovador”, pois foi “um instrumento concebido pelo movimento social” e “imposto” ao governo, o que lhe atribui uma certa originalidade, visto serem os instrumentos, em geral, resultados de formulações do governo, o que não é o caso das reservas extrativistas, fato que lhe gera uma “delicadeza” e que lhe comporta “desafios”.

Na linha de Lascoumes e Les Galès (2004), os autores concebem os instrumentos como um tipo de “instituição” e, portanto, portador de uma história. Até-se em boa parte do texto a demonstrar como a história da “reserva extrativista” permite a compreensão da complexidade de sua aplicação ao serviço das políticas territoriais de desenvolvimento sustentável. Ao final do artigo, toma como exemplo a Reserva “Verde para Sempre”, em Porto de Moz (PA), e reflete as dificuldades para a nova instituição de acompanhar o processo de ambientalização das problemáticas locais concernentes à questão agrária, ao estatuto das populações tradicionais, tanto quanto ao reconhecimento da qualificação dessas ações em matéria de gestão da biodiversidade, aspectos que retomará como análise em artigos posteriores<sup>6</sup>.

É partindo dessa concepção de Pierre Teisserenc, que se apoia no referencial da Ciência Política e da Sociologia Política, que pretendo, nesta tese, continuar a análise das Resex como um instrumento da ação pública ambiental. Partindo da assertiva que as reservas extrativistas são instrumentos da ação pública ambiental, buscou-se demonstrar neste estudo as apropriações e as interpretações e que os

---

<sup>6</sup> Especificamente em “Reconhecimento de Saberes Locais em contexto de ambientalização, in: Novos Cadernos NAEA, v. 13, n. 2, dez. 2010. E “Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira”, in: Revista Antropolítica, n. 29, jul-dez. 2010.

atores sociais implicados nas Resex de Frechal e Cururupu fazem desse “instrumento”. Como foram implementados? Como os interpretam? Como se apropriam desse “instrumento”? Tratando-se de um “instrumento de ação pública, como ele é vivenciado, materializado e construído nas ações e interações dos atores sociais?

Feitas as apresentações das abordagens e dos estudos e situada a linha que adotei na construção desta tese, que é a das “instituições”, passo, então, a considerar alguns aspectos principais na análise dos instrumentos de ação pública, na tentativa de validar a aplicabilidade dessa abordagem às reservas extrativistas.

Com esse propósito partirei de quatro características dos instrumentos, apresentadas por Lascoumes e Les Galès (2004) e Lacoumes e Simard (2011)<sup>7</sup> e que norteiam as análises ao longo deste estudo: 1 – Os instrumentos da ação pública local não são monoinstrumentais, mas efetivados a partir de uma pluralidade de instrumentos; 2 – Os instrumentos não são neutros e sim portadores de valores e passíveis de interpretações; 3 – Os instrumentos são um tipo particular de instituição no sentido sociológico do termo e, tal como as instituições sociais, estabelecem um conjunto de normas e procedimentos que estruturam a conduta dos atores e das organizações; 4 - Os instrumentos geram efeitos nas relações de poder que eles organizam.

1) De acordo com Lascoumes e Le Galès (2004), os instrumentos não monoinstrumentais, mas efetivados a partir de uma pluralidade de instrumentos, são portadores de um senso largo, generalista, e com vocação para se aplicar a problemas setoriais diversos, podendo, nesse sentido, ser mobilizados dentro de políticas diferentes tanto na forma como no fundamento. No caso das Resex, nascidas de um

---

<sup>7</sup> Lascoumes e Le Galès (2004), obra citada.

amplo movimento social amazônico, com diversas categorias sociais e étnicas concernidas, que no processo de mobilização política “ambientalizaram os conflitos”, esses fatos atribuem um caráter “generalista” ao instrumento. As Resex apareceram como uma solução para problemas territoriais fundiários, mas também ambientais e étnicos. Exigindo a aplicação de instrumentos já consolidados como os de regulação fundiária, através de dispositivos de desapropriação e de titulação de terras, de dispositivos disciplinares relativos à preservação do meio ambiente e gestão do território.

2) “O caráter generalista dos instrumentos lhe tornam passíveis de novas interpretações”. Não sendo axiologicamente neutros, eles são portadores de valores e são nutridos de interpretação social e de concepções precisas do modo de regulação que se objetiva.

Um exemplo nesse sentido concerne às populações quilombolas que fizeram a leitura desse instrumento com base em suas necessidades de preservação de seu território étnico e acionam esse instrumento diante da inaplicabilidade do Artigo 68 da Constituição Federal. Da mesma forma, uma nova interpretação foi feita pelo movimento dos pescadores artesanais que redimensionaram os conflitos territoriais, expandindo a abrangência do instrumento aos conflitos territoriais marinhos e demandaram a criação de Resex marinhas para resolver conflitos entre a pesca artesanal e a pesca industrial.

3) Os instrumentos são um tipo particular de instituição no sentido sociológico do termo e, tal como as instituições sociais, estabelecem um conjunto de normas e procedimentos que estruturam a conduta dos atores e das organizações. Agregam

valores, crenças e práticas e fornecem um quadro estável de antecipações que reduzem as incertezas e estruturam a ação coletiva.

No caso das Resex, o caráter “instituição” está em curso e, portanto, em vias de “institucionalização”, onde as normas e os procedimentos configuram um processo maior de ambientalização. Na perspectiva das Resex enquanto movimento social, o processo de ambientalização, entre outros, se deu por meio de uma percepção ambiental dos conflitos, no entendimento de que os territórios e seus recursos naturais preservados eram essenciais para a sobrevivência física e cultural do grupo. Na perspectiva das Resex enquanto um instrumento incorporado às políticas ambientais, o processo de ambientalização se dá via um processo maior de ambientalização em curso no planeta. É por meio da Convenção para a Diversidade Biológica (CDB)<sup>8</sup>, por sua vez, incorporada ao SNUC<sup>9</sup>, que são aqui, também, considerados como elementos estruturadores desse processo de ambientalização, ao formalizarem o papel das populações tradicionais no manejo de ecossistemas e na preservação da bio e da sociodiversidade.

Nesse sentido, o SNUC é considerado como um marco institucional importante na trajetória do instrumento Resex, figurando como um dispositivo essencial para a incorporação de normas e procedimentos que passaram a estruturar as condutas dos atores dentro do “território emergente”. Exemplos dessas normas podem ser encontrados nos planos de gestão, planos de manejo, bem como em instruções normativas que possuem, entre outros, um caráter disciplinar.

---

<sup>8</sup> A CDB foi assinada pelo governo brasileiro durante a Eco-92, ratificada em 1994 e promulgada em 1998, por meio do Decreto nº 2.519.

<sup>9</sup> O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado pela Lei Federal nº 9.985, em 18 de julho de 2000. O SNUC regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal Brasileira. Foi apresentado em forma de projeto de lei em 1992, passou por oito anos de debate até ser aprovado no ano de 2000. O texto do SNUC foi redigido em consonância com a CDB, adotando textualmente alguns conceitos da Convenção, representa, em certo sentido, uma das formas de aplicação da CDB no Brasil.

4) “Os instrumentos geram efeitos nas relações de poder que eles organizam”.

No caso das Resex os efeitos gerados nas relações de poder devem ser compreendidos, também, no contexto de retomada do regime democrático no Brasil e de reformas na gestão pública brasileira, assim como em um contexto maior de descentralização e transferências de competências. O princípio de participação democrática, pontuada na Constituição de 1988, como um novo canal de expressão, atuou, juntamente com os outros elementos mencionados, como um elemento construtor da historicidade do instrumento. Por meio desse princípio, foi possível fazer valer a incorporação de outros atores sociais e políticos, especialmente os movimentos sociais, na agenda de decisão pública e, a partir daí, tornar possível a criação de reservas extrativistas.

No formato “instrumento”, as reservas vieram acompanhadas de outros mecanismos de ajustamento entre os grupos de interesses. Uma reserva extrativista é de domínio público com uso concedido às populações extrativistas e deve ser gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão do governo responsável por sua administração, atualmente o ICMBio, e constituído por representantes de órgão públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área. O conselho deliberativo, mais do que um mecanismo de gestão, é aqui, também, concebido como uma forma de organizar o poder dentro do território. Por intermédio do conselho deliberativo, as Resex devem ser cogeadas com diferentes parceiros públicos e locais, fazendo jus à Constituição Federal Brasileira que atribui ao Poder Público e à coletividade o dever de preservar e defender o meio ambiente e, no âmbito da ação pública, o desenvolvimento territorial.

O caráter genérico dos instrumentos, portadores de interpretações, que se configuram em um tipo particular de instituição e que geram efeitos nas relações de poder são algumas entre outras características passíveis de análise que instrumentos inovadores como as Resex podem comportar. Entre essas análises, o objetivo, neste primeiro momento, foi demonstrar que a perspectiva dos instrumentos é uma entre as múltiplas análises possíveis, que o caráter complexo e instituinte das Resex comporta.

Analisadas na perspectiva dos instrumentos, as Resex são concebidas neste estudo como um instrumento de ação pública, de caráter territorial e ambiental, ainda em fase de experimentação no país. A partir do instrumento Resex, neste estudo, tentou-se apreender a ação pública em dois sentidos. Primeiro, como uma abordagem nova de análise no sentido teórico, como se tentou demonstrar neste capítulo. Segundo, como uma construção/uma ação concreta que se passa nos territórios, a partir das múltiplas interações dos atores sociais que a engendram. Ou seja, o que eles fazem daquilo que o instrumento e a ação pública fazem com eles<sup>10</sup>, abordada na segunda parte deste trabalho, que analisa o instrumento Resex e as experiências socioterritoriais construídas a partir dele, em Cururupu e em Frechal.

---

<sup>10</sup> Recuperando a fala da minha orientadora que, parafraseando Sartre, me disse em comunicação escrita: “aquilo que as pessoas fazem daquilo que a história faz com elas”.

## CAPÍTULO 2 – A APROXIMAÇÃO COM OS ATORES SOCIAIS E SEUS TERRITÓRIOS MARINHOS E TERRESTRES

**C**omo dito na introdução deste trabalho, a minha aproximação com os lugares e as pessoas que compõem as Resex onde incidiram este estudo se deu antes mesmo da criação da Resex de Cururupu e nos primeiros anos após a criação da Resex de Frechal.

A minha primeira incursão na Baixada Ocidental Maranhense (Mapa 1) se deu no ano de 1997, durante uma missão de reconhecimento de área<sup>11</sup> para um projeto financiado pela Fundação Ford de Pesquisa denominado “Vivências da cor em Belém: cor, raça e etnicidade”, no qual atuei como colaboradora<sup>12</sup>. Esta missão durou vinte dias e foi realizada primeiro no continente, por meio de incursões nos municípios de Cururupu, Bacuri, Serrano, Mirinzal, e, posteriormente, no litoral, na ilha de Guajerutiua, em áreas de terra-firme e mar, localizadas na microrregião do Litoral Ocidental da Baixada Maranhense (Mapa 3).

A experiência desta missão, via contato estabelecido com alguns moradores do município de Cururupu e da ilha de Guajerutiua, me possibilitou formular uma proposta de estudo que resultou na dissertação de mestrado denominada “Na Rota do Camarão: um estudo antropológico sobre pesca e comércio do camarão em zona costeira”<sup>13</sup>, desenvolvida no Programa de Mestrado em Antropologia da UFPA, entre

---

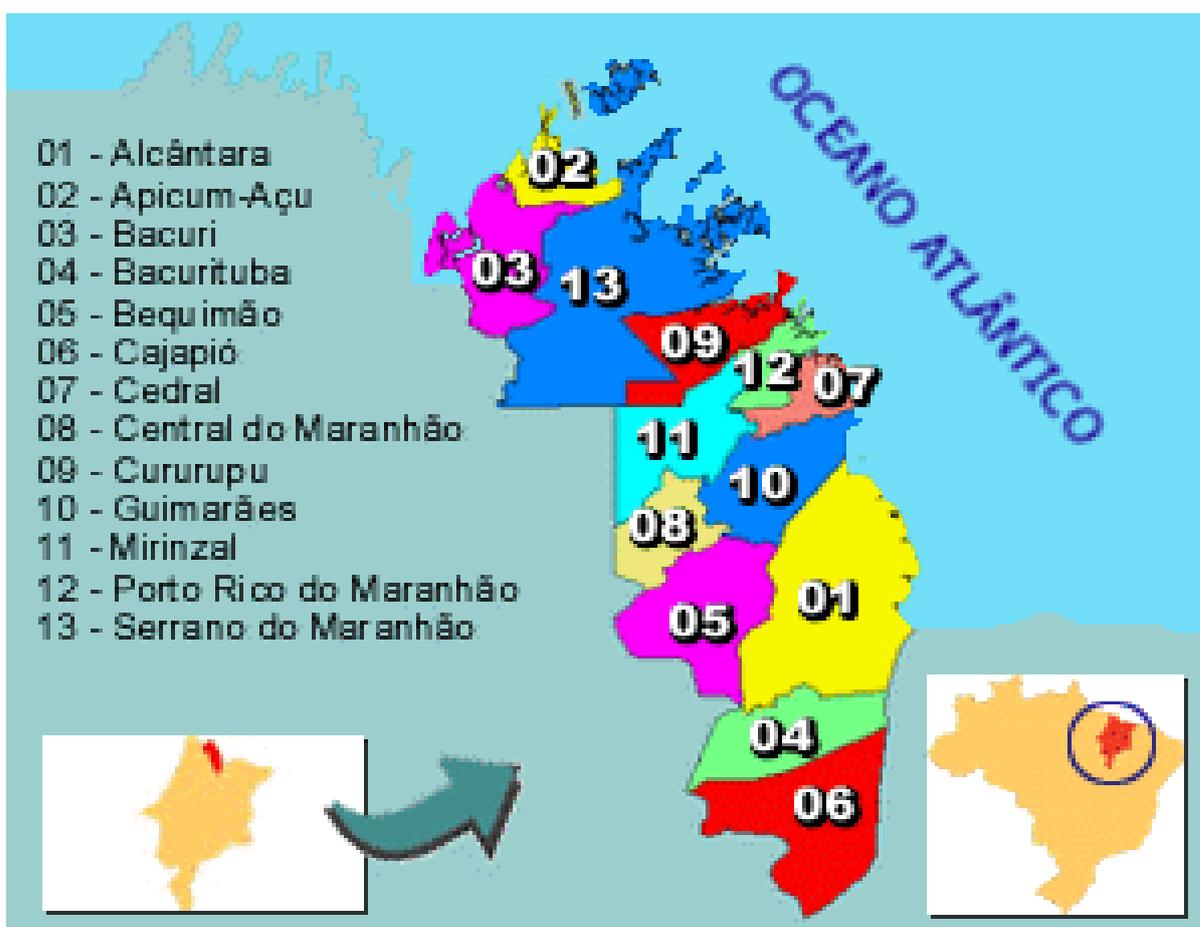
<sup>11</sup> O objetivo da missão era fazer um reconhecimento dos municípios de procedência de um grupo de imigrantes provenientes do estado do Maranhão e que residiam no “bairro dos pretos”, uma área de ocupação espontânea localizado no bairro de Canudos em Belém do Pará.

<sup>12</sup> Projeto financiado pela Fundação Ford de Pesquisa e sediado no Museu Paraense Emilio Goeldi sob coordenação de Souza e Luis Forline.

<sup>13</sup> Este estudo analisou a pesca e a rota comercial das espécies de camarão marinho (*Litopaeneus Schmitti*, *Litopaeneus Subtilis* e *Xiphopenaeus Kroyeri*) realizado pelas populações insulares do litoral ocidental do estado do Maranhão e demonstrou que o comércio em questão possuía mais de um século de existência e que utilizava, entre outros, a mesma rota marítima de navegação e comércio estabelecidos no período colonial, realizada na costa dos estados do Pará e Maranhão. O projeto contou com a orientação da Professora Dra. Lourdes Furtado e foi incorporou ao projeto Renas -Projeto

os anos de 1998 e 2000. Após, finalizado o referido estudo, retornei a campo no ano de 2000 para depositar cópia da dissertação de mestrado na escola de Guajerutiua e, posteriormente, retornei em 2004, ano em que foi criada a Resex Marinha de Cururupu.

**Mapa 3 – Municípios da microrregião do litoral ocidental Maranhense**



Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/ma/bequimao/l1.php?micro=1>

---

Recursos naturais e antropologia das sociedades marítimas e ribeirinhas e estuarinas da Amazônia, viabilizado através de recursos do Museu Paraense Emílio Goeldi e do IDRC – Canadá.

A estadia de 2004 me permitiu o contato com técnicos do CNPT e do Ibama que continuaram sendo mantidos, esporadicamente, com Katia Barros, técnica que trabalhou no processo de criação da Resex.

Após, retornei em 2008 para reestabelecer contatos visando um projeto de estudo de doutorado. E, em 2010, durante os meses de outubro a dezembro, realizei a primeira etapa de campo em fase de doutoramento, no município de Cururupu e em duas ilhas que compõem a Resex: Guajerutiua e Lençóis.

Uma segunda etapa de campo para pesquisa de doutorado foi realizada durante os meses de abril, maio, junho de 2011, na sede do município de Cururupu, na Resex de Cururupu, precisamente, nas ilhas de São Lucas, Guajerutiua e Lençóis, na sede do município de Apicum-Açu e de Mirinzal, na Resex de Frechal, precisamente, nas comunidades de Frechal, Rumo e Deserto e, com curta temporada na cidade de São Luís (Mapa 4).

Uma terceira etapa de campo foi necessária e foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2011. Nesta etapa foi priorizada a Resex, nas comunidades de Frechal, Rumo e Deserto, a sede do município de Mirinzal, particularmente, o bairro “Tungo”, a sede do município de Cururupu e reuniões e encontros na cidade de São Luís.

As estadias de campo em São Luís tiveram, a cada vez, o objetivo de participar de encontros acadêmicos, consultar fontes documentais na sede do ICMBio, estabelecer contatos, realizar entrevistas com técnicos e gestores das Resex e participar de reuniões e eventos relacionados às Resex. Durante a primeira etapa de campo participei do “Festival Manguezais do Brasil – intercâmbio de saberes e fazeres”, realizado entre os dias 23 a 26 de novembro de 2010. E na terceira etapa de campo, do Seminário “Ecoturismo de Base Comunitária nas Reservas Extrativistas”,

entre os dias 29.11.2010 a 02.12.2010. Ambos os eventos foram realizados pelo ICMBio.

As participações nestes eventos foram fundamentais para a realização de entrevistas, pois concentravam atores sociais diversos, entre eles, usuários das Resex, técnicos do ICMBio, representantes de entidades sindicais, prefeitos, usuários das Resex de outros estados, representando ocasião única para a realização de entrevistas e observação direta das ações públicas que estão sendo construídas dentro dos territórios.

Passo, em seguida, a detalhar alguns aspectos da pesquisa de campo, da metodologia e da aproximação com os atores sociais de cada uma das Resex estudadas. Uma situada no continente, que aqui chamo figurativamente de “terra” de Frechal, e outra localizada no litoral, na região insular de Cururupu, denominado abaixo de “mar” de Cururupu.

**Mapa 4 – Areas de pesquisa de campo**



Fonte: captura e adaptação a partir de Word Database Protected Areas, 2015.

## 2.1 O campo de Frechal

Como já relatado, o contato com a Resex de Frechal se deu pela primeira vez, em 1999, quando colhia alguns dados na sede da Prefeitura de Cururupu e fui, a convite do Prefeito da época<sup>14</sup>, conhecer a “terra” e o quilombo transformado em Resex. Nesta visita fui acompanhada por um secretário da prefeitura, Afonso Goldinho, que havia sido gerente da fazenda durante sete anos.

Em 1999 eu desconhecia toda a história envolvendo o confito territorial de Frechal e não podia imaginar que o funcionário da prefeitura que me acompanhava representava a classe social que durante anos foi alvo das oposições e lutas dos negros (Fotografia 1). Parte dos dados sobre a história de Frechal que passarei a relatar no próximo capítulo, foram extraídas de uma entrevista que realizei, nesta ocasião, com uma das principais lideranças locais, o seu Bié (Fotografia 1).



---

<sup>14</sup> José dos Santos Amado.

Fotografia 1 - Ex-gerente da fazenda e liderança local (Seu Bié) durante entrevista e visita à Resex Frechal (Pesquisa de campo, 1999)

Passado esse encontro emblemático, no ano de 2011, para a pesquisa de campo do estudo de doutorado, a minha reintrodução na Resex de Frechal se deu, primeiramente, por meio de solicitação legal ao ICMBio (vide anexo) e, posteriormente, por uma apresentação formal aos moradores da Resex, pela gestora da Resex, Karina Soares, durante suas atividades realizadas pelo ICMBio, na ocasião de uma oficina de fabricação de artesanatos sediada na comunidade de Rumo.

Esta apresentação por intermédio da técnica do ICMBio precisou depois ser desconstruída para que a minha presença na Resex não fosse associada ao Instituto. Para tal, de grande valia foi um álbum de registros fotográficos da minha primeira estadia, em 1999, que levei comigo nesta nova etapa de campo e que permitiu o estabelecimento de contatos com pessoas e famílias que figuravam no álbum e que identificavam parentes e vizinhos (Fotografia 2), me dando a oportunidade de remontar aos fatos do passado, identificar pessoas-chave e ouvir as histórias de Frechal.

Seu Bié, figurava entre as pessoas fotografadas, o que me conferiu, no dia da minha chegada, certa “credibilidade” frente às novas lideranças. Reforçado pela apresentação de seu Bié que, ao me convidar para um café em sua casa, utilizou o termo “uma veterana”, fazendo alusão aos presentes que eu não era uma “recém-chegada”, mas alguém que “já conhecia a história de Frechal”.

Este aval de seu Bié me possibilitou, também no primeiro dia, encontrar e conversar com dona Duzinha, uma das personagens-chave da história de Frechal, como teremos oportunidade de apresentar mais à frente. Essa pequena reunião na casa do seu Bié me valeu mais do que qualquer apresentação oficial feita pelos

técnicos do ICMBio, sobretudo, porque, à esta época, a gestora da Resex desfrutava de relativa legitimidade como, também, abordaremos mais à frente.



Fotografia 2 - Moradora de Frechal folheando álbum de fotos (Resex de Frechal, 2011)

Apresentações como a de seu Bié são importantes nas introduções de trabalho de campo, eu apenas havia chegado à Resex e já me encontrava face aos personagens ilustres. No entanto, diferente de 1999, estes personagens e “antigas lideranças” ocupavam outros lugares e papéis dentro da comunidade e da história de Frechal, cabendo ir ao encontro das pessoas que passei a nomear de “novas lideranças”. Estas, porém, reservadas e de difícil acesso, sobretudo as lideranças locais que ganharam projeções externas à Resex, como os que faziam parte do Centro de Cultura Negra (CCN) e da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Aconeruq (Fotografia 3).



Fotografia 3 - Lideranças da Aconeruq e do CCN em evento na Resex (Frechal, 2011)

O acesso às novas lideranças se deu via presidente da associação da Resex a quem fui apresentada, oficialmente, pela gestora do ICMBio. A presidente da Resex é membro da família que, naquela época, ocupava os cargos de “poder” dentro da comunidade, a qual me alojou, por sua vez, na casa de seus pais, Dona Jovina e Seu Lucio.

Na Resex de Frechal a gestão da associação dos moradores é uma questão de família. E, em 2011, a família cujos membros ocupavam alguns cargos administrativos e de “poder” dentro da associação pertenciam à família de Dona Jovina e Seu Lucio. Membros desta família haviam vencido os membros da família de

seu Bié, nas eleições de 2010. Na comunidade de Frechal nenhum membro das novas lideranças ocupa cargos sem o aval e a legitimidade das antigas lideranças, da mesma forma que nenhuma decisão importante é tomada sem que sejam ouvidos os mais velhos e que, de certa forma, continuam no “poder” por intermédio dos filhos.

De forma que fui alojada na casa de Dona Jovina, uma das lideranças femininas mais importantes de Frechal, a quem muito devo minha inserção na comunidade, e ao seu marido Seu Lucio, que igualmente contribuiu com valiosas informações sobre aspectos da cultura material de Frechal, bem como com explicações sobre os recursos naturais disponíveis na Resex. Foi por meio da família deste casal que eu pude aceder aos campos de plantações de arroz, ir aos roçados, participar de colheitas, visitar os campos inundados, observar a fabricação de instrumentos da cultura material, bem como vivenciar outros espaços coletivos da reserva, como a casa de farinha, o casarão, a rádio comunitária, áreas de pesca, além de aceder as histórias do quilombo de Frechal e conviver com os filhos que ocupavam os postos-chave na administração da Associação da Resex.

A permanência na comunidade de Frechal me permitiu participar da primeira Conferência Temática dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, realizada na Resex, em 13 e 14 de maio de 2011, onde pude ter contato com várias entidades locais e lideranças estaduais, podendo entrevistar algumas delas (Fotografia 4).

A pesquisa de campo na Resex de Frechal foi dividida em pequenas temporadas na comunidade de Rumo onde, da mesma forma, fiquei alojada na casa de membros da Associação da Resex, Dona Nilce e seu Jô, podendo facilmente me deslocar e realizar visitas na comunidade de Deserto, única comunidade onde não fiquei alojada, porém realizava visitas e entrevistas durante o dia.

A pesquisa de campo, dividida entre os povoados de Frechal, Rumo e Deserto

(Mapa 8), foi motivada pela técnica do ICMBio, Karina Soares, que, na primeira etapa de campo, me apresentou aos membros das três comunidades que compõem a Resex. Pois diferente de outros gestores da Resex, esta técnica vinha realizando um trabalho de aproximação das três comunidades, que tinham sido afetadas durante a disputa territorial com o fazendeiro Tomaz, aspectos que abordaremos em momento oportuno.



Lideranças de Frechal e representante do poder local em evento municipal realizado na Resex (Frechal, 2011)

Alternar estadias nas três comunidades me proporcionou acompanhar a dinâmica das relações sociais dentro da Resex de Frechal e me exigiu certa discrição face aos eventos cotidianos, assim como uma credibilidade frente às pessoas que me alojavam e que aceitavam a minha alternância entre uma residência e outra. Esta experiência da alternância dos espaços e territorialidades da Resex foi rica para captar as sutilezas de cada uma das comunidades, perceber as zonas de atritos e a

participação de cada uma na ação local que era o objeto de estudo.

A alternância dos lugares, também, me foi proporcionada pelos dias que passei na sede do município de Mirinzal, alojada na residência de seu Nivaldo e Dona Maria, que muito contribuiu para o olhar “distanciado” que eu pude dirigir à Resex de Frechal. Este lugar funcionou, a cada etapa de campo, como ponto de apoio, de partida e chegada. Antes, durante e após as estadias de pesquisa de campo dentro da Resex, onde pude entrevistar moradores do entorno, membros e lideranças do poder local, assim do entorno da Resex denominados “indiretos” que utilizam o território da Resex como lugar de trabalho e de extração dos recursos naturais.



(Fotografia 5) – Bairro Tungo, rua limítrofe com a Resex ao fundo.

Os indiretos constituem uma categoria à parte, assim denominados em oposição aos extrativistas ou usuários “diretos”, ou seja, aos moradores e usuários legais da Resex. A questão dos indiretos me exigiu diversas idas ao bairro chamado

Tungo (Fotografia 5), bairro limítrofe com a Resex, onde moram, para realizar entrevistas e acompanhar reuniões, que me foram primordiais para a compreensão das interações sociais dentro e fora da Resex, das lideranças locais, das disputas, conflitos e inserção no poder local.

A pesquisa de campo, realizada a partir de duas estadias no ano de 2011 na Resex de Frechal, me permitiu aplicar questionários e realizar entrevistas junto aos moradores das três comunidades e do entorno da Resex, assim como realizar entrevistas com representantes e membros das seguintes entidades: presidente da Associação dos Moradores da Resex Quilombo de Frechal, presidente da Associação dos Moradores da Comunidade de Rumo, presidente da Associação dos Moradores da Comunidade de Deserto, chefe de gabinete da Prefeitura Municipal, Moradores da sede do Município de Mirinzal, moradores do bairro de Tungo, presidente da Associação dos Moradores do bairro Tungo, presidente da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Mota, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ex-funcionários do fazendeiro, antigas lideranças, entre elas, Seu Bié, Dona Joviana, Seu Inácio, Dona Duzinha, o coordenador do Centro de Cultura Negra (CCN), o presidente do Sindicato dos Pescadores de Mirinzal, membros do Grupo de Jovens, presidente e membros do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), diretora da Escola da Resex, presidente da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Aconeruq), vice-presidente do Sindicato dos Pescadores de Mirinzal, e membros do Conselho Deliberativo da Resex.

Durante essas entrevistas pude recolher depoimentos diferenciados sobre a Resex, identificar atores heterogêneos que participam direta e indiretamente da gestão da Resex, parceiros, mediadores, colaboradores, opositores, participar de reuniões, de eventos, de festas e aceder a aspectos das relações sociais, do passado

e do presente, que foram sendo construídas no decorrer da história da Resex. O objetivo das entrevistas com atores diversos foi o de dar conta do caráter coletivamente construído da ação pública, a partir de três dimensões de análise: os atores, os contextos e suas interações, tal como propostas por Hassenteufel (2011), como ruptura ao modelo clássico de análise estatal das políticas públicas que focam a análise nos atores estatais e não na diversidade de atores, como requer a análise das ações públicas contemporâneas.



Crianças de Frechal após apresentação de dança do Congo  
(Resex de Frechal, 2011)

## 2.2 O campo de Cururupu

Como mencionado, no início deste capítulo, a minha aproximação com o a região insular de Cururupu iniciou-se em 1997 e, ultrapassa, em tempo e espaço, a pesquisa de campo realizada na Resex Marinha de Cururupu, uma vez que tem início antes da criação desta.

Durante os primeiros anos de pesquisa de campo, ainda no programa de mestrado (1998-2000), o campo de Cururupu representou o desconhecido completo, o outro, o exótico e o meu rito de passagem de antropóloga. As ilhas do litoral de Cururupu foram a minha primeira experiência acadêmica da alteridade e do contato com aspectos “tradicionais” de uma população. O difícil acesso, o tipo de construção das casas, o relativo isolamento e os aspectos do modo vida local colocavam este lugar e as pessoas que ali moravam como o exótico encontro com uma população tradicional. Um dos elementos marcantes dessa tradicionalidade é o imaginário regional e local sobre o Sebastianismo e a convicção dos moradores de ser a Ilha de Lençóis a morada do Rei Sebastião.



Quadro Rei Sebastião, acervo do Memorial Rei Sebastião, Ilha de Lençóis, 2011.

O nome Cururupu é, também, um nome que invoca uma tradicionalidade. A origem do nome Cururupu está relacionada a fatos históricos que remontam o contato dos colonizadores com os índios Tupinambá que habitavam o litoral da região. De acordo com o memorável pesquisador autodidata de Cururupu, Sr. Manuel Goulart, já falecido, em depoimento concedido em 1999, assim me esclareceu sobre a origem do nome:

Cururupu foi classificado como Terceiro Distrito de Cabelo de velha, porque habitavam nas terras do município uma tribo de índio Tupinambá e cujo chefe chamava-se cabelo de Velha. Mas esse não era o nome indígena, esse foi o apelido que os portugueses botaram nele, quando passaram aqui em viagem de reconhecimento, o nome do cacique era Juruçu e Cururu era o filho dele. Foi o capitão Vidal Maciel Parente, em viagem de reconhecimento quem abateu Cururu a tiro de arcabuz, que já era arma de fogo sofisticada. Quando uma parte dos índios se encontrou com o restante da tribo disseram: Cururu Pu!, Cururu Pu! Pu eles entendiam o estrondo, que a designação de estrondo é pum e eles já conheciam a arma e diziam pu. Até hoje mesmo esse é o nosso gênero de linguagem. Então eles entenderam que o Cururu morreu à tiros, diziam Pu e daí veio o nome Cururupu (informação verbal).<sup>15</sup>

Cururupu foi criado no ano de 1835 como um distrito subordinado ao município de Guimarães. Foi desmembrado e elevado à categoria de município em 1841 e localiza-se a 451 quilômetros de São Luís. Possui seus limites ao norte com o município de Bacuri e o oceano Atlântico, ao sul com os municípios de Mirinzal e Santa Helena, a leste com o município de Cedral e o oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Bacuri e Turiaçu.

A retomada da pesquisa de campo nas ilhas que compõem a Resex se deu durante os meses de novembro e dezembro de 2010, e abril, maio, junho, novembro e dezembro de 2011. Durante essas estadias foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com os moradores das reservas extrativistas, moradores do

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Manuel Goulart, pesquisador de Cururupu.

entorno das reservas, técnicos do ICMBio, membros dos sindicatos locais de pesca e trabalhadores rurais, secretários, prefeitos e ex-prefeitos de Cururupu e secretários da Prefeitura de Apicum-Açu.

Uma das dificuldades da pesquisa de campo na Resex de Cururupu foi a relacionada à sua extensão territorial. A Resex possui 185.046 hectares, é composta por 15 ilhas habitadas e é, até a presente data, a maior Resex marinha do Brasil. Desse modo, por este motivo a pesquisa de campo foi concentrada em três ilhas: Guajerutua Lençóis e São Lucas. Porém, esta dificuldade foi compensada durante as reuniões e os encontros que pude participar, entre eles os já citados, no início deste capítulo, ocasião em que pude realizar entrevistas com moradores das outras ilhas.



Embarcação em dia de transporte de passageiros à sede do município de Cururupu (Resex de Cururupu, 2011)

Esta dificuldade de acesso exigiu, em algumas situações, deslocamentos realizados em cooperação com os técnicos do ICMBio, quando desenvolviam ações

na área, como as discussões que resultaram na elaboração do Plano de Uso da Resex, na ilha de São Lucas. Do mesmo modo, retribui presidindo e secretariando uma reunião extraordinária, na ilha de Lençóis, para a eleição de um membro do Conselho Deliberativo da Resex, formalizado em ata, evitando deslocamentos dos técnicos do ICMBio.

Tal como relatado para o campo de Frechal, curtas temporadas de pesquisa também foram necessárias na cidade de São Luís, particularmente na sede do ICMBio, onde pude entrevistar técnicos, participar de reuniões e eventos relacionados à Resex, assim como realizar levantamentos bibliográficos na sede da UFMA.



Reunião escolha de membro para o Conselho Deliberativo da Resex  
(Ilha de Lençóis, 2011)

As estadias de campo, em São Luís, mesmo que breves, foram de fundamental importância para estabelecer o distanciamento da reserva e apreender o “olhar” e o “discurso” dos técnicos, as relações de poder entre as instituições, assim como para

observar durante os eventos a maneira como líderes e usuários das Resex atuavam e qual discurso acionavam nas ocasiões em que eram chamados a representar a Resex.

A opção pela análise comparativa se deu por sugestão de Pierre Teisserenc. A análise comparativa tem sido comumente utilizada em estudos e análises das ações públicas francesas e tem se mostrado eficaz para demonstrar e explicar as diferenças e os pontos comuns entre os objetivos, os atores, os processos e a maneira como as ações públicas são constituídas nos territórios.

Neste estudo, como se tratam de Resex com tempos, histórias, trajetórias e organizações sociopolíticas particulares, a comparação demonstrou-se salutar para a análise dos pontos comuns e das diferenças e priorizou os seguintes aspectos: origem ou procedência da população local, trajetória sociopolítica do grupo, história da criação da reserva, demanda e aspectos de sua implementação, relações com o poder local, relações com os técnicos do governo federal e das instituições governamentais, relações com o entorno da reserva, aspectos da gestão territorial, elementos da identidade, apropriação e interpretações que fazem do instrumento reserva.



Crianças brincando nas dunas (Ilha de Lençóis, 2010)



Rancho de pescadores – Comunidade de Peru (2010)

### 2.3 Terra e mar enquanto territórios tradicionalmente ocupados

A área onde incidiu o estudo abrange as Resex Quilombo de Frechal e a Marinha de Cururupu, ambas localizadas no estado do Maranhão, Brasil, precisamente na microrregião do litoral ocidental maranhense (Mapa 2), uma das microrregiões do estado que também faz parte da Baixada Ocidental Maranhense.

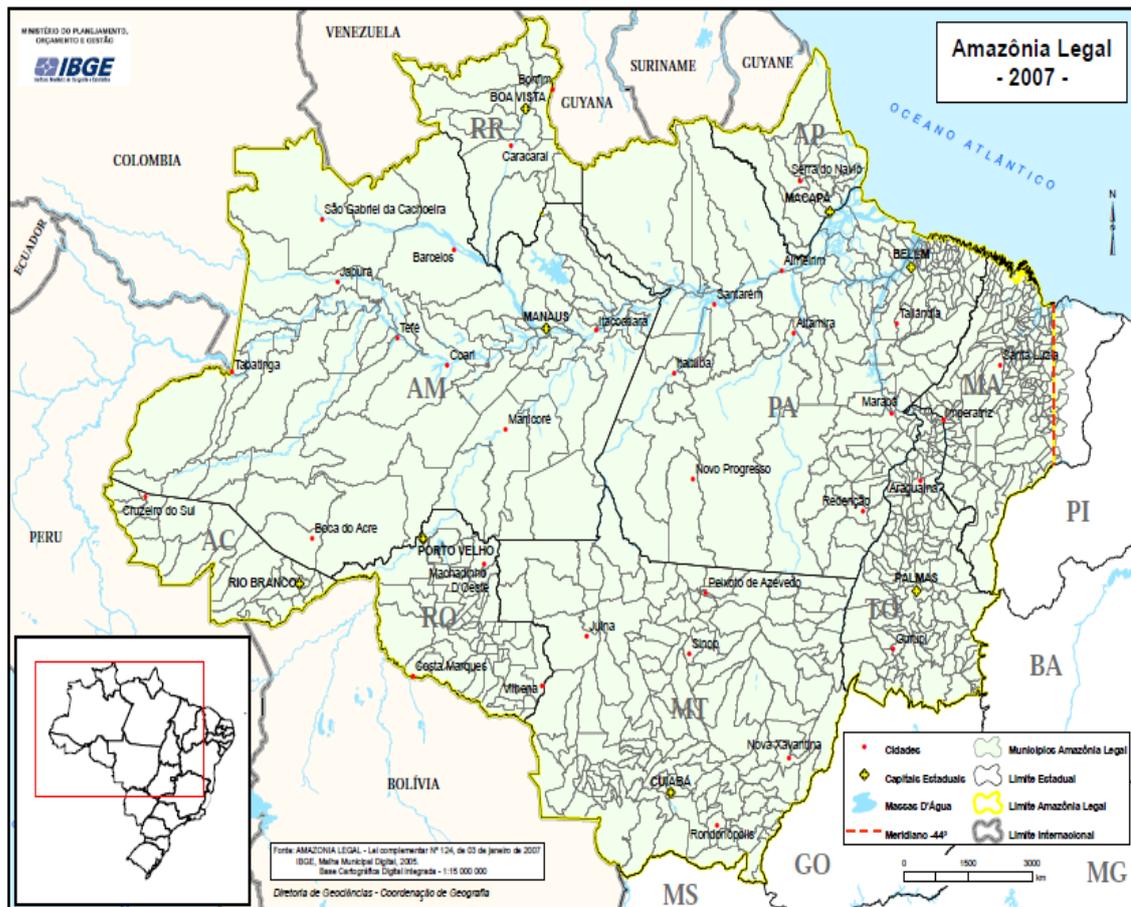
Em termos geográficos, políticos, ecológicos e jurídicos, a região onde estão localizadas as Resex, também, faz parte da Amazônia Brasileira<sup>16</sup> (Mapa 5), sendo classificada pelo IBGE como fazendo parte do Bioma Amazônico, ou ainda Amazônia Maranhense (Mapa 6). Estando, ambas, situadas dentro da zona oeste do meridiano 44º, área do estado do Maranhão que em 1953, por meio da Lei nº 1.806 de 06.01.1953, foi incorporada à Amazônia Brasileira.

De acordo com Martins e Oliveira (2011), a Amazônia maranhense é uma área de transição entre o Nordeste brasileiro e a região amazônica e representa 34% do território do estado do Maranhão. Abriga uma rica biodiversidade ocupando 26% do bioma amazônico, distribuídos em 62 municípios (dos 217 que compõem o estado) entre os quais fazem parte os municípios de Mirinzal e Cururupu, campo da pesquisa, onde estão, respectivamente, localizadas as duas Resex.

---

<sup>16</sup> Estados que compõem a Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44º).

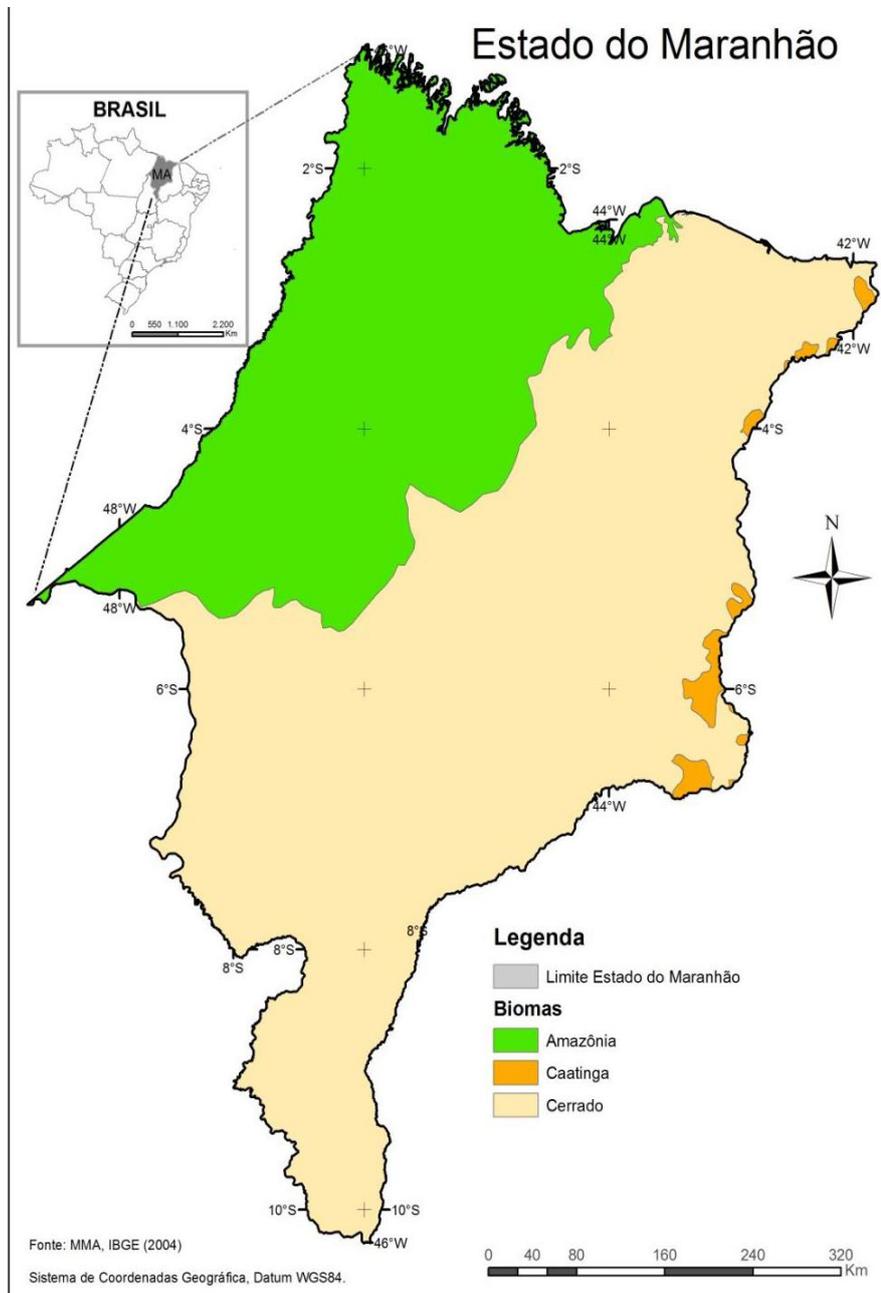
## Mapa 5 – Amazonia brasileira



Fonte: IBGE

Nos aspectos que interessam ao estudo desta tese, em termos de mudança econômica e organização territorial, até o início da década de 1970, predominavam no estado do Maranhão atividades econômicas tradicionais, especialmente a indústria têxtil e o extrativismo vegetal, com destaque para a produção de óleo de babaçu. O novo ciclo de modernização, que se inicia em meados da década de 1970, deu início a uma gradual diversificação da base produtiva, além de ampliar o processo de ocupação do território maranhense.

Mapa 6 – Amazônia maranhense



Fonte: MMA/IBGE (2004)

No que diz respeito aos antecedentes históricos, esta área foi ocupada, primordialmente, pelos índios Tupinambá e, posteriormente, recebeu incursões exploratórias de europeus que intervieram, por sua vez, no povoamento da região com a transposição de escravos africanos.

Presume-se que as primeiras incursões nesta área datam do final do século XVI, quando foi construído um forte na baía de Cumã para vigiar o possível movimento de invasores em direção a Alcântara e São Luís. No entanto, de forma efetiva, as primeiras missões exploratórias foram realizadas por franceses entre os anos de 1612 e 1614 e, posteriormente, por conquistadores portugueses, em 1619, chefiados por Bento Maciel Parente, que subjogou os índios Tupinambá ali aldeados matando um importante cacique deste território, denominado pelos não índios de “Cabelo de Velha”. Após a morte deste cacique, houve um êxodo de indígenas que sobretudo entre os anos de 1816 e 1835 abandonaram a terra, pela impossibilidade de convivência pacífica.

No século XVIII essa região já figurava como uma das principais áreas colonizadas do Brasil, com destaque para o distrito de Guimarães, fundado em 1758 e que durante o século XIX obteve prosperidade econômica e administrativa tornando-se um dos principais núcleos da agricultura provincial atraindo comerciantes e militares portugueses.

O município de Guimarães durante o século XVIII ocupava um vasto território abrangendo os distritos de Cururupu, Mirinzal, Cedral, Santa Helena e Pinheiro. A prosperidade desse município foi favorecida pelas atividades da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão<sup>17</sup>, particularmente pelo cultivo de cana-de-

---

<sup>17</sup> A Companhia do Comércio do Maranhão foi uma empresa de carácter monopolista criada sob o reinado de D. Pedro II e fundada em 1682 em carácter de exclusivo comercial, destinava-se a fomentar a agromanufatura de açúcar e o cultivo de algodão por meio do fornecimento de crédito e de escravos

acúcar, introduzida em 1847, e pela introdução de negros como força de trabalho escravo. Em 1860, o número de engenhos de açúcar era de 410 e o município de Guimarães ocupava o segundo lugar na produção de açúcar no estado do Maranhão e primeiro lugar na comercialização de farinha de mandioca e peixe seco.

Em função da produção de cana-de açúcar, a introdução de negros como força de trabalho escravo passa ser significativa e vai caracterizar a população dessa região da baixada ocidental maranhense até os dias de hoje. Cabe lembrar que o Maranhão foi um dos estados brasileiros que mais fez uso do sistema de escravatura. Segundo Oliveira (1984), em 1822 dos 200.000 habitantes do estado do Maranhão 66% eram escravos, o percentual mais elevado do Brasil. Cabendo ressaltar que no ano de 1845, o município de Guimarães já contava com 5.000 negros escravos<sup>18</sup>.

A queda do preço do algodão face à competição dos Estados Unidos que passou a utilizar máquinas, a má qualidade do arroz e da mandioca, e o altíssimo preço dos escravos, determinado pela concorrência das fazendas de café na região Sul do Brasil contribuíram para marcar o declínio econômico do estado do Maranhão. Em 1882 o Maranhão produzia cerca de 16.000 toneladas de açúcar em 500 fazendas, já em 1917 importava quase metade desse produto e em 1930 a produção cessou completamente.

A flutuação de preços do açúcar e do algodão no mercado externo é unanimemente apontada como um dos principais fatores que levaram à

---

africanos aos produtores da região, assegurando o transporte em segurança daqueles gêneros para a Europa. A criação da primeira Companhia do Comércio do Maranhão em 1682 é considerada o início oficial da introdução de escravos no Maranhão, em cujo contrato explicitava-se o projeto de introduzir 10.000 escravos em 20 anos. Esse tráfico intensificou-se no século seguinte com a nova Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) que monopolizou o comércio pelos vinte anos de sua duração.

<sup>18</sup> Ainda sobre a introdução de escravos no Brasil, segundo Oliveira (1984) o Brasil recebeu da África algo em torno de 18 milhões de escravos. E foi o último país do mundo a promover a abolição da escravatura. O carregamento inicial que inaugura o tráfico negreiro no Brasil é realizado em 1538, continuou por três séculos, cessando após a Lei Euzébio de Queiroz, que aumenta medidas repressivas em 1850. Oficialmente a abolição da escravatura no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888.

desorganização de grandes fazendas monocultoras. As transformações do sistema capitalista em nível internacional, na segunda metade do século XIX, abalaram profundamente o regime escravocrata e enfraqueceram os mecanismos de repressão da força de trabalho. A economia maranhense passou por uma desorganização de consequências irreversíveis e vários engenhos conheceram a derrocada. Muitos proprietários endividados foram forçados a vender seus escravos e abandonar suas terras. Tal situação possibilitou a muitas famílias de escravos e ex-escravos se apropriarem de terras incultas e abandonadas, cujos preços encontravam-se em descenso. De acordo com Berno de Almeida (1989), esta crise também foi vivida pelos escravos fugidos, cujos “mocambos” se dispunham nas proximidades das grandes plantações, e por muitas outras famílias de escravos que ainda trabalhavam nas fazendas, como um meio de acesso à terra. Acrescenta-se que muitas das formas de desagregação das grandes propriedades ocorreram com a instituição da cobrança de foro, enquanto que outras não implantaram forma de aforamento ou reconhecimento explícito da propriedade de terceiros, estando os trabalhadores em liberdade para morar e cultivar.

Todas essas situações configuram o que Berno de Almeida (2006) denomina de “terras de preto”, de acordo com essa definição as “terras de preto compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por parte da família de ex-escravos. [...] Os descendentes dessas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas apoderarem individualmente” (p. 113).

As “terras de preto” constituem, por sua vez, uma gama mais ampla de apropriações dominiais coletivas, academicamente chamadas de “terras tradicionalmente ocupadas” (BERNO DE ALMEIDA, 2006; DIEGUES, 2001; LITTLE,

2001). “Aqueles áreas de uso comum voltadas para o extrativismo, a pesca, a pequena agricultura, o pastoreio” (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 28). Que se constituem em uma variedade de formas comunais de acesso a espaços e recursos naturais existentes no Brasil, desde seus primórdios, que passaram e passam por um processo de desestruturação e resistência frente à expansão capitalista, seja a partir de sua incorporação como terras públicas, seja pela transferência ou avanço da propriedade privada.

Nas terras tradicionalmente ocupadas predominam as modalidades de “uso comum da terra”, que de acordo com Berno de Almeida (2006, P. 101)

[...] elas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quanto evidenciam formas relativamente transitórias intrínsecas às regiões de ocupação recente.

No estado do Maranhão, em particular na Baixada Ocidental Maranhense, bem como ocorreu em outras regiões do Nordeste brasileiro, os sistemas de uso comum emergiram do processo de desagregação e decadência das “plantations” algodozeiras da cana-de-açúcar e da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho (escravidão e peonagem da dívida). Segundo Berno de Almeida (2006, p. 34), “compreendem situações em que os próprios proprietários entregaram, doaram formalmente ou abandonaram seus domínios face à derrocada”. O autor

ressalta que parte dessas terras já eram consideradas “devolutas” e, portanto, em um contexto posterior à Lei de Terra nº 601, de 1850<sup>19</sup>.

Esta forma de posse e uso comum da terra, por assentar-se num tipo de organização social que reforça a indivisibilidade do patrimônio<sup>20</sup>, foram e ainda são interpretados como um obstáculo à apropriação individual e a sua disposição no mercado de terras (BERNO DE ALMEIDA, 2006; DIEGUES, 2001; OSTROM, 2010). No mesmo sentido foram por muito tempo entendidas “[...] como imobilizando a terra, enquanto mercadoria no sentido pleno, e impedindo que se constitua num fator de produção livremente utilizado” (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 104).

As terras tradicionalmente ocupadas, nas suas modalidades de posse e uso comum, configuram o cenário da Baixada Ocidental Maranhense, bem como de áreas da Amazônia Legal e do território brasileiro. No entanto, foram desconsideradas, de maneira constante, desde os primeiros esforços nacionais de formalização e codificação de direitos de propriedade, que passaram a ser adotados no Brasil com a independência e formação do Estado Nacional, a partir de 1822. Também sofreram pressões e dominação durante todo o processo de expansão territorial do Brasil, ainda perceptível nos dias de hoje. Mas que no passado resultou de diferentes movimentos de interiorização, como as entradas, as bandeiras, as missões religiosas, a criação pecuarista e as fortificações militares no interior do país.

Lembrando que o processo histórico de desenvolvimento brasileiro, durante vários séculos, se deu, essencialmente, sobre a ocupação territorial progressiva do

---

<sup>19</sup> A Lei de Terra nº 601, de 1850, passou a ter um papel importante na formação da estrutura agrária brasileira ao acabar oficialmente com a doação de sesmarias e ao estabelecer judicialmente que a partir daquela data terras só poderiam ser adquiridas através da compra. Esta lei também atribuiu novos deveres aos antigos donos de sesmarias, além de decretar que caso tais obrigações não fossem cumpridas, a doação seria anulada e a terra seria devolvida ao governo, daí a origem do termo “terras devolutas”.

<sup>20</sup> Em alguns contextos, fatores étnicos, endogamia e casamento preferencial, regras de sucessão, entre outros.

interior do país e do avanço das “frentes pioneiras agrícolas”, pela existência de “terras disponíveis” e de uma “percepção de um espaço sem limites”, como analisam Broggio e Drouler (2006). Em outras palavras, de um movimento histórico, de longa duração, de ocupação e de apropriação em direção ao oeste.

É com base nessa concepção de avanço territorial, de apropriações de novas terras, de uma “marcha sempre para o oeste”, que o estado do Maranhão e, posteriormente, a Baixada Ocidental Maranhense vão se constituir, de maneira constante, em áreas as serem integradas ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial brasileiro.

De maneira sistemática, esse processo inicia-se com o “Estado Novo” (1937-1945), cuja ideia de “modernização” integra um projeto nacional baseado em políticas de povoamento do interior e da integração do território. No Maranhão, bem como em outros estados do Brasil, este projeto objetiva colonização e articulação do mercado interno, por meio da melhoria do setor de transportes, de maneira que fosse consolidada a unidade nacional. Data desse período a abertura das primeiras estradas no Maranhão.

Percebe-se uma constante nestes projetos, as estratégias (integração regional/nacional) e (ocupação/desenvolvimento) irão continuar como objetivos principais do Projeto Povoamento de Maranhão (PPM), que entre outras ações, por meio do Ministério do Interior (MINTER) em 1958 iniciou a implantação da rodovia Belém-Brasília, cujo traçado corta o estado do Maranhão de sudoeste para o oeste, em 249,5 km.

A SUDENE apresentou o seu I Plano Diretor Regional (1961-1963) com o objetivo de ampliar a “fronteira agrícola do Nordeste do Brasil”, de maneira que fosse viabilizada a “absorção de parte dos excedentes da força de trabalho rural da região,

bem como das terras devolutas localizadas no setor noroeste maranhense que concentravam 40% de terras públicas “disponíveis” na macrorregião nordeste, em que poderiam ser alocadas 290.000 famílias.

De acordo com Ferreira (2008, p. 135-139), o referido projeto de povoamento derivou do mencionado plano diretor que selecionou os vales úmidos (entre eles a Baixada Ocidental Maranhense), objetivando de um lado reduzir a evasão populacional do Nordeste decorrente da concentração de terras, falta de perspectivas, e seca, e de outro aproveitar o fluxo migratório (espontâneo) que já se constava em decorrência, sobretudo, da existência de fundos territoriais e do Decreto nº 2.098/1961. O I Plano Diretor Regional, ao ampliar a fronteira agrícola do país, viabilizando a absorção de parte dos excedentes da força de trabalho rural do Nordeste, objetivou, entre outros, o povoamento e a ocupação do oeste do estado do Maranhão. Projeto que prosseguiu na sua versão em 1972, denominado “Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT)”, que continuou a incorporação “produtiva” de terras “ociosas” maranhenses, com o intuito de “reduzir pressões populacionais em áreas críticas do Nordeste”.

Na esfera estadual houve projetos aliados ao PPM e PCAT, a exemplo o Projeto Pioneiro de Colonização (PPC), exclusivo da alçada do governo estadual, que posteriormente originou o projeto político “Maranhão Novo” (1966-1970), concebido na gestão José Sarney que tinham como objetivo “ocupar racionalmente a Pré-Amazônia” (FERREIRA, 2008).

Uma das ações do projeto “Maranhão Novo” foi a criação da Reserva Estadual de Terras e seus órgãos, as Delegacias de Terras, no interior do Estado” (Decreto nº 3.831/1968), com o objetivo de disciplinar a ocupação e titular as áreas de terras devolutas, o que foi viabilizado pelo Decreto nº 4.028/1969 que facultava a venda

destas sem licitação. A quarta foi a Lei nº 2.979/69 que autorizava o governo a vender as terras devolutas do Estado, em grandes extensões de território, por um simples requerimento, criando sociedades anônimas sem número limitado de sócios, podendo cada sócio, três mil hectares com o discurso de regularizar a situação fundiária estadual, contudo possibilitou o início dos grandes e médios empreendimentos agropecuários no Maranhão que foram atraídos pelos incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da SUDENE. Vale ressaltar que a SUDAM foi criada pela Lei nº 5.173/1966, com o objetivo de assegurar a compatibilização das diferentes áreas ou setores de atuação federal entre si e conforme os propósitos da política nacional de desenvolvimento da Amazônia.

A partir da década de 1970 também foram levados a cabo projetos, ações e programas que objetivaram a ordenação territorial. No estado do Maranhão se sobressaíram o Projeto Fundiário de Bacabal, o Polonoroeste e o Getat, a criação de unidades de conservação, a demarcação de terras indígenas, a implantação do Centro de lançamento de Alcântara, assim como o Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental.

Na década de 1980 tem início o Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental, esta política regional derivou do II PND com o intuito de implantar projetos destinados exclusivamente a mineração, metalurgia, agropecuária e reflorestamento. Nesta, destaca-se o Programa Grande Carajás que foi criado em 19.11.1980, enquanto estratégia do estado para exploração mineral em grande escala, endossando a proposta da CVRD que, em face da exaustão e alto custo das jazidas de Minas Gerais, estava interessada em diversificar a produção e construir um gigantesco corredor de exportação no Norte do país, processo que permitiu a sua transnacionalização.

Ainda segundo Ferreira (2008), a gradual modernização econômica ocorreu nas décadas posteriores, como para a Amazônia como um todo, do efeito combinado de dois movimentos: o início da integração física do território estadual à economia brasileira, via rodovia Belém-Brasília (BR-010) e outros empreendimentos rodoviários do Plano de Integração Nacional, via implantação de grandes projetos, entre eles Grande Carajás<sup>21</sup> e Alumar<sup>22</sup>.

Uma mudança significativa ocorreu durante a década de 1980 com a implantação de grandes projetos extrativos minerais, especialmente o Projeto Ferro Carajás, associado a importantes obras de infraestrutura e à expansão da moderna agricultura dos cerrados no sudoeste maranhense. Como parte da exploração da grande reserva mineral, a Vale implantou a ferrovia de Carajás, para transporte do minério de ferro até o porto de Itaqui. Na mesma época, foi implantado no Maranhão o empreendimento da Alumar, formado pela associação da Alcoa do Brasil S.A. com a Billiton Metais S.A., para beneficiamento de bauxita e produção de alumínio. Estes dois grandes empreendimentos minerais buscam o Maranhão pela sua posição estratégica, em relação aos mercados da Europa e dos EUA, e pela oferta de infraestrutura portuária e do fortalecimento do sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir da entrada em plena operação, em 1984, da UHE Tucuruí (FIEMA, 2010).

---

<sup>21</sup> O Projeto Grande Carajás envolve os estados do Pará, do Maranhão e do Tocantins e consiste na extração de minérios, principalmente de ferro, extraído da Serra dos Carajás (PA), transportado pelo trem da Empresa Vale (antiga CVRD), companhia responsável pela exploração mineral, via Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luis (MA), de onde é exportado para outros países.

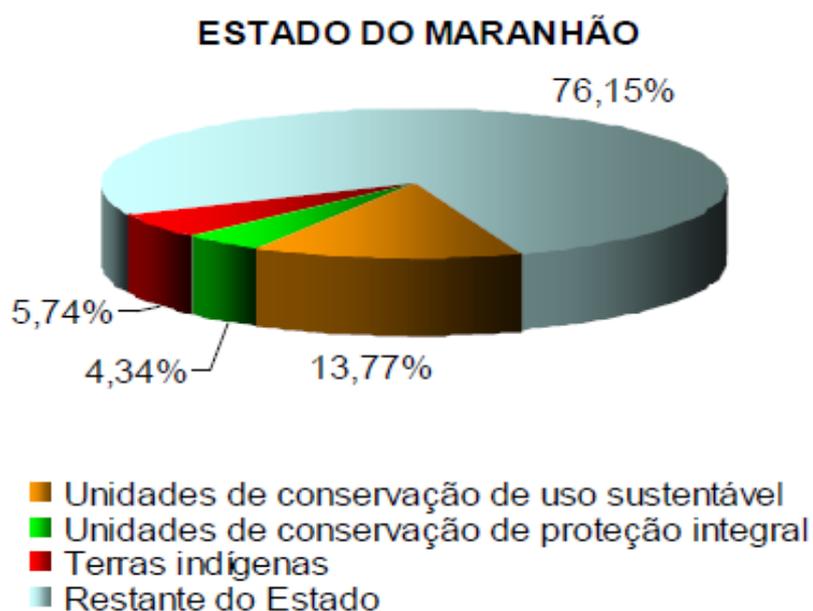
<sup>22</sup> O Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) é um dos maiores complexos de produção de alumínio primário e alumina do mundo, opera no beneficiamento da bauxita, oriunda do Vale do Rio Trombetas (PA). Inaugurado em julho de 1984, é formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e RioTinto Alcan.

No tocante ao quadro ambiental, cabe observar que a expansão da fronteira agrícola e a modernização econômica do Maranhão têm ocorrido com fortes pressões sobre os ecossistemas dominantes. Nesse sentido, dois tipos de alteração importante do ambiente natural no Maranhão merecem ser destacados: a primeira ocorreu nos ecossistemas amazônicos, dominados pela floresta pré-amazônica, onde se deu a pressão ao longo da ferrovia de Carajás, de Imperatriz a São Luís, e a pressão da minero-metalurgia do sul do estado, com o uso da mata como carvão vegetal para a produção de ferro-gusa. A segunda se manifesta na pressão antrópica sobre os solos dos cerrados, decorrente da exploração intensiva da moderna agropecuária, tanto da bovinocultura quanto da cultura da soja.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2011), o Maranhão encontra-se entre os estados que mais desmataram a floresta. Conforme informações do sistema Prodes, até 2010, foram desmatados 71,05% do estado. De 1984 a 2000 a taxa de desmatamento da área de floresta ombrófila na região teve média de 1,62% ao ano. Hoje, resta à Amazônia maranhense menos de 25% de sua vegetação original. Entre todos os estados da Amazônia Legal, o Maranhão é o que possui o menor grau de ocupação do espaço com áreas protegidas.

Segundo estudo realizado pela Embrapa, conforme gráfico de Valladares (2008), as áreas protegidas totalizaram 96.998,56 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 29,22% da área do estado. A pesquisa incluiu nesse total as áreas pertencentes às unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, federais e estaduais, as terras indígenas e as áreas de preservação permanente em topo de morros e com declividades acima de 45°, além das áreas ocupadas por corpos d'água, conforme figura abaixo.

**Figura 1 - Distribuição das áreas protegidas no Maranhão**



Fonte: Distribuição das áreas protegidas no Maranhão (VALLADARES et al., 2008).

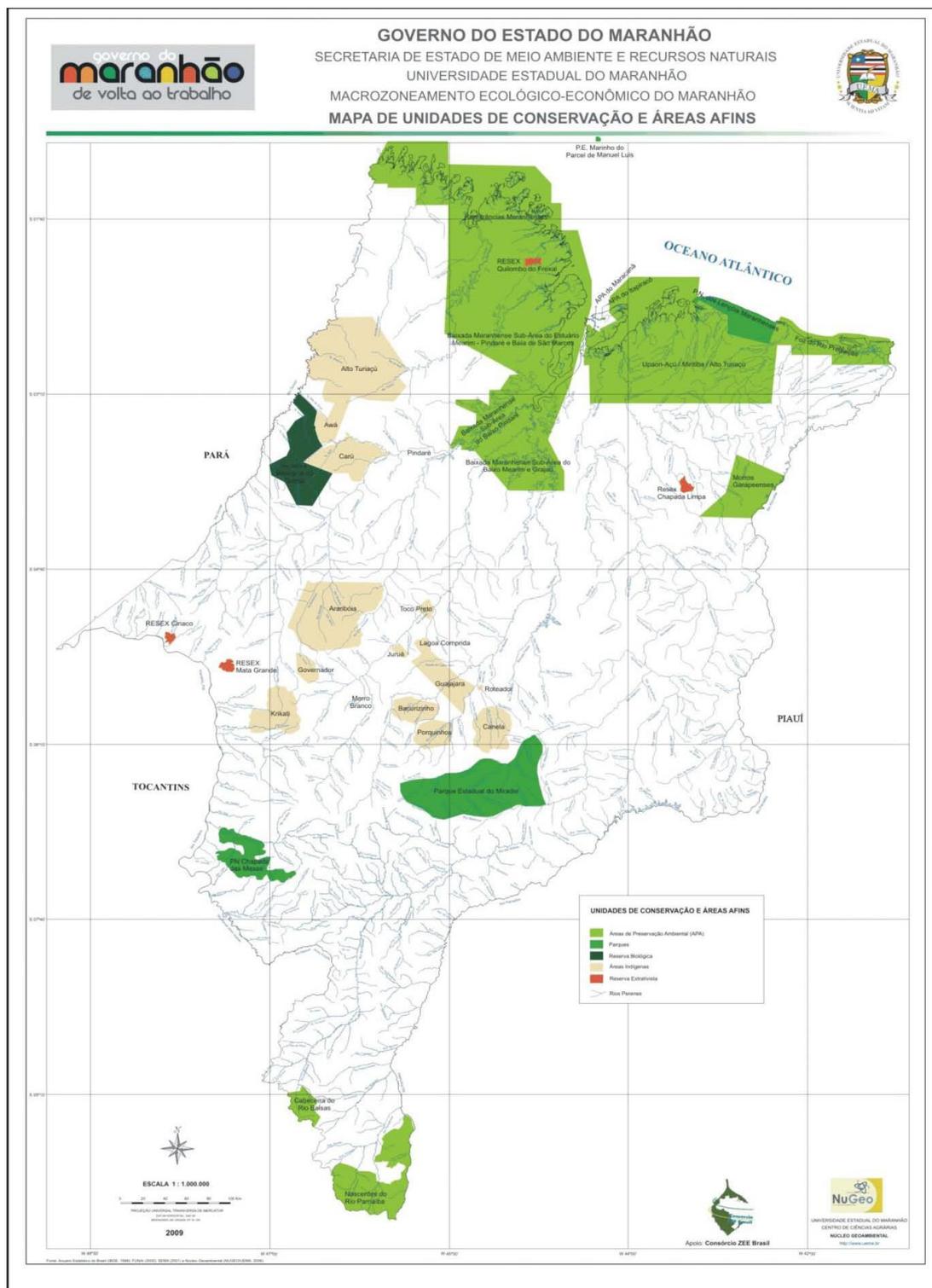
No gráfico acima observa-se que as unidades de conservação de proteção integral totalizam 4,34% da superfície territorial do Estado e as de uso sustentável 13,77%, indicando que o tipo de conservação adotado majoritariamente é a de uso sustentável.

De acordo com Valladares et al. (2008), as UC de uso sustentável criadas no estado no Maranhão estão distribuídas em duas categorias principais: Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reservas Extrativistas (Resex). As APA ocupam 13,2% das áreas protegidas de uso sustentável, enquanto as Resex ocupam apenas 0,7%. As duas categorias juntas protegem uma área equivalente a 13,77% do estado. No que diz respeito à distribuição das áreas protegidas no Maranhão, 54.141,8 km<sup>2</sup> de áreas protegidas se encontram no bioma Amazônia e 42.480,2 km<sup>2</sup> no bioma Cerrado.

Majoritariamente no bioma amazônico, as Resex de Frechal e de Cururupu contam nos dados sobre as UC na Amazonia brasileira que, em 2015, totalizavam 247, entre elas 59 Resex.

Quando se observa o mapa das unidades de conservação do estado (Mapa 7) verifica-se que desde 2009 há uma concentração de unidades de conservação ambiental no Litoral Ocidental Maranhense, onde estão localizadas as duas Resex que passaremos a analisar.

Mapa 7 – Unidades de conservação no estado do Maranhão



Fonte: UEMA (2009)

**PARTE II**

**AS RESEX E OS ATORES, NA TERRA E NO MAR DA AMAZONIA  
MARANHENSE**

## A RESEX QUILOMBO DE FRECHAL



Ilustração Vitor Flynn

## CAPÍTULO 3 - FRECHAL, O QUILOMBO QUE VIROU RESEX

### 3.1 Da fazenda Frechal à Terra dos pretos: doação senhorial e mito de origem

**A** Reserva Extrativista Quilombo de Frechal (Mapa 8) está situada no município de Mirinzal, na Baixada Ocidental Maranhense e tem a particularidade de ser a única Resex no Brasil reconhecida como um “quilombo”.<sup>23</sup>

A Resex nasceu de uma disputa territorial entre os “pretos” do povoado de Frechal e o último proprietário da fazenda Frechal, Sr. Tomás Cruz. Nesse sentido, a história da Resex é indissociável da história da fazenda e foi criada na mesma dimensão territorial com área de 9.542 hectares.

O objetivo deste capítulo é analisar aspectos das relações sociais que a população negra de Frechal estabeleceu com os proprietários que a fazenda teve ao longo do tempo. A compreensão do processo de implementação da Resex de Frechal exige, antes, a compreensão de aspectos da história da fazenda, que serão reconstruídos por meio de fontes literárias e de relatos orais dos habitantes da ex-fazenda e de seu entorno.

De acordo com Malighetti (2007), o território que hoje é denominado Resex de Frechal foi uma fazenda adquirida, em 1792, por Manoel Coelho de Souza, originário da Ilha dos Açores, em Portugal, e foi, até o ano de 1963, propriedade dos herdeiros de sua família. Manuel Coelho de Souza veio se instalar no distrito de Guimarães (atualmente município de Mirinzal), que no século XVIII se configurava como uma das principais áreas colonizadas do Brasil, atingindo no século XIX prosperidade

---

<sup>23</sup> De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 536, de 20 de maio de 1992: “A área de reserva extrativista, criada nos termos deste Decreto, fica declarada de interesse social, para fins ecológicos, na forma da legislação vigente, ficando o IBAMA autorizado a promover as desapropriações que se fizerem necessárias, respeitado o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

econômica e administrativa e tornando-se um dos principais núcleos da agricultura provincial brasileira. Nessa época, a região, favorecida pelas atividades da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão<sup>24</sup>, atraiu famílias de colonizadores, comerciantes e militares portugueses que vieram cultivar a cana-de-açúcar e introduzir africanos como força de trabalho escravo.

Ao buscar, a partir da memória dos moradores do município de Mirinzal, aspectos da história da chegada dessas famílias que se implantaram na região, seu Rubens Amorim, ao abordar a história do município, assim relatou:

e como é litoral, Guimarães, houve a entrada, vamos dizer, dos colonizadores quando houve doações de terra por parte da Coroa e assim grande parte desses colonizadores vieram através do mar, do litoral e aqui em Guimarães encontraram uma boa entrada para a produção da cana de açúcar. [...] de sorte que com o favorecimento dessa abundância de rios foram se alojando, foram implantando os engenhos de cana de açúcar. [...] de maneira que na época chegaram aqui em Mirinzal, vindos de Açores esses antigos donos de Frechal (informação verbal).<sup>25</sup>

Foi nesse contexto de fomento da agromanufatura de açúcar, do fornecimento de crédito e de escravos africanos, descritos por Malighetti (2007) e no relato oral de Rubens Amorim, que Manoel Coelho de Souza encontrou terreno econômico favorável para fixar-se na região. Tendo os seus descendentes diretos permanecidos como proprietários da fazenda até 1963.

---

<sup>24</sup> De acordo com Oliveira (1984), a Companhia do Comércio do Maranhão foi uma empresa de carácter monopolista criada sob o reinado de D. Pedro II e fundada em 1682, destinava-se a fomentar a agromanufatura de açúcar e o cultivo de algodão por meio do fornecimento de crédito e de escravos africanos aos produtores da região, assegurando o transporte em segurança daqueles gêneros para a Europa. A criação da primeira Companhia do Comércio do Maranhão, em 1682, é considerada o início oficial da introdução de escravos no Maranhão, em cujo contrato explicitava-se o projeto de introduzir 10.000 escravos em 20 anos. Esse tráfico intensificou-se no século seguinte com a nova Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) que monopolizou o comércio pelos vinte anos de sua duração.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Rubem Amorim, morador do Município de Mirinzal, em 11.11.2011.

Mapa 8 – Resex Quilombo de Frechal e comunidades



Fonte: ICMBio / MMA (2010)

A sucessão dos Coelho de Souza é longa, o aspecto dela que nos interessa aqui é como a fazenda de Frechal foi deixando de ser propriedade dos brancos da família Coelho de Souza e passando a ser “as terras dos pretos” de Frechal.

Indícios desse processo puderam ser colhidos por meio de relatos orais dos moradores mais antigos da Resex de Frechal. Segundo relataram, sem conseguir precisar a data, Arthur Coelho de Souza, o último herdeiro dessa família, contraiu uma grande dívida que o obrigou a hipotecar a fazenda, episódio que faz parte da história oral dos moradores do povoado de Frechal constituindo-se, em certo sentido, no que chamo de “mito criador”.

Quando visitei a Resex de Frechal pela primeira vez, em 1999, foi essa história que ouvi do seu Bié. Este, ao falar do processo de criação da Resex, relatou que a hipoteca da fazenda foi recuperada via cooperação dos pretos que trabalharam, arduamente, e com uma só safra conseguiram saldar a dívida do proprietário<sup>26</sup>. Em agradecimento, o fazendeiro Arthur Coelho de Souza e sua esposa Raimunda Fernandes Bogea Coelho de Souza, permitiram a presença dos negros, numa espécie de copropriedade, fato que levou os negros, após abolição da escravatura, a continuarem a viverem e trabalharem nas terras de Frechal.

Ao cruzarmos os relatos dos moradores de Frechal com outros relatos já registrados em livros, verificamos que Oliveira (1984, p. 45), no livro “Guimarães na História do Maranhão”, conta que “Deveras impressionante também foi um fato relacionado com os negros radicados no povoado de Damásio”. Diz ele:

consta que funcionava ali uma próspera casa-de-engenho pertencente ao português Manuel, ao redor do qual convivia numerosa prole negra. Consta,

---

<sup>26</sup> De acordo com relato de seu Bié recolhido em visita à Resex realizada em 1999, e confirmado em pesquisa de campo realizada em 2011. Relatos como este também foram colhidos nas falas de seu Inácio e dona Jovina, moradores de Frechal.

e foi fato verídico, ao sentir-se próximo à viagem eterna, o rico latifundiário fez doação de suas terras para toda classe negra que o cercava e mantinha amigável relacionamento. Não possuía herdeiro nenhum, a não ser uma filha natural que por ser muito despótica, áspera e cruel, o português excluiu-a do testamento, com receio de que ela pudesse, de posse dos bens e poder, após sua morte, tratar os negros com imposição de severos castigos, humilhações e de bestiais tratamentos. Do testamento consta que, somente os negros comprovadamente legítimos, sem nenhuma mesclagem com outras raças, teriam acesso ao domínio de seus bens. Um mulato, um quartão, um oitão, não tinha o menor direito.

A semelhança deste relato é grande, se comparado com os relatos colhidos em Frechal. Interessante se faz notar que o proprietário da casa-de-engenho Damásio se chamava Manuel, o mesmo nome do fundador da fazenda Frechal. Em ambos os relatos as datas não são precisas, Paulo Oliveira, para atribuir veracidade aos fatos utiliza os termos “consta” ou “foi fato” sem informar a fonte.

Ainda no mesmo, Oliveira (1984, p. 44-45), ao falar das consequências advindas da abolição da escravatura e da não mais obrigatoriedade da mão-de-obra escrava, relata outra história que também fala da convivência harmoniosa entre proprietário e escravos. Dessa vez relatada da seguinte maneira:

ante esta realidade nacional, inteligente foi Joaquim Antônio Vianna, proprietário da usina açucareira Joaquim Antônio, em Central (atual Município de Mirinzal), o qual, aconselhado pelo filho que estudava em Lisboa, Roberto de Sá Viana, meses antes da promulgação da Lei Áurea vendeu todos os seus escravos para um rico fazendeiro amazonense. Consta que, antes de entregar a “mercadoria”, reuniu a todos os seus escravos, no terreiro do casarão da usina, e explicou-lhes, francamente, que todos seriam vendidos, que deveriam viajar em companhia de um novo dono para as plagas do Amazonas; que, porém, ninguém se preocupasse, porque, estava para ser assinada uma lei que iria libertar a todos os negros no Brasil e que, após esta bendita Lei, caso desejassem retornar para o Maranhão, afim de novamente trabalharem em sua usina, em Central, ele os receberia de braços abertos. E, pois, como ele era um senhor bem quisto por todos, todos concordaram plenamente; E, quando explodiu a notícia da criação da bemventurada Lei, a 13 de Maio de 1988 [sic], todos seus escravos retornaram do Amazonas para o velho convívio das senzalas centralense. Porém, como cidadãos livres e fraternos ao seu ex-proprietário”.

Tal como no relato observa-se um desfecho comum de aliança e convívio pacífico entre escravos e proprietário, onde a figura do proprietário é positivada, pois objetiva livrar os negros dos maus tratos a que estavam submetidos, se tornam bons

e compartilham ou doam suas terras. Oliveira (1984) não cita a fontes desses relatos, porém, na mesma página faz referência a uma de suas informantes “uma velha octogenária, atualmente já falecida, dona Cazemira” que lhe relatou histórias de infância sem, portanto, precisar se foi a mesma que lhe relatou essas duas histórias citadas aqui.

Quando cruzarmos estes relatos orais, seja os colhidos diretamente em Frechal ou pelas histórias narradas por Oliveira (1984), com a história oficial, percebemos que existiu um contexto maior de crise econômica em que se encontrava o estado do Maranhão. A exemplo, em 1882, o Maranhão produzia cerca de 16.000 toneladas de açúcar em 500 fazendas, já em 1917 importava quase metade desse produto e em 1930 a produção cessou completamente Oliveira (1984).

A flutuação de preços do açúcar e do algodão no mercado externo é apontada como um dos principais fatores que levou à desorganização de grandes fazendas monocultoras. As transformações do sistema capitalista em nível internacional, na segunda metade do século XIX, abalaram profundamente o regime escravocrata e enfraqueceram os mecanismos de repressão da força de trabalho. Diz Oliveira (1984) que a economia maranhense passou por uma desorganização e vários engenhos conheceram a derrocada.

Muitos proprietários endividados foram forçados a vender seus escravos e abandonar suas terras. Tal situação possibilitou a muitas famílias de escravos e ex-escravos se apropriarem de terras incultas e abandonadas, cujos preços encontravam-se em declínio. Teriam sido os relatos e as histórias descritos a interpretação deste contexto histórico visto a partir das populações negras que habitavam as fazendas da região?

A respeito da derrocada das fazendas na região e nascimento dos povoados,

o seu Rubem Amorim, assim relatou:

e assim houve na época um progresso muito grande, porque existiam muitas fazendas. Só que com a decadência, vamos dizer assim da produção da cana-de-açúcar no sistema que era de engenhos, os engenhos e as outras áreas do país foram se desenvolvendo, modernizando suas máquinas, métodos de plantação, também foram criando as cotas para poderem fabricar a cana-de-açúcar. Aí foi ficando obsoleta a nossa produção [se refere a Mirinzal] foi realmente acabando. Essas indústrias ficaram todas aí jogadas no mato, os proprietários foram embora e eles eram realmente de origem, a maior parte, de origem portuguesa e os familiares foram todo mundo embora para o Rio, se desenvolveram para lá e foram deixando abandonado, depois foram virando taperas todas essas casinhas (informação verbal)<sup>27</sup>.

Este contexto de crise e abandono, segundo Berno de Almeida (1989), também foi vivido pelos escravos, cujos “mocambos” se dispunham nas proximidades das grandes plantações, e por muitas outras famílias de escravos que ainda trabalhavam nas fazendas, como um meio de acesso à terra.

Após a falência da família Coelho de Souza, os negros, assim como outros segmentos da população, continuaram a morar e cultivar nas terras da Fazenda Frechal, configurando o que Berno de Almeida (2006) denomina de “terras de preto”. De acordo com a definição de Almeida, “as terras de preto compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por parte da família de ex-escravos. [...] Os descendentes dessas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente” (p. 113).

Interpretando o fato de que a terra, a fazenda Frechal, passou a ser dos negros, um dos moradores e líderes do povoado, Ivo Fonseca, relatou: “a terra era da comunidade, ela só não ficou sendo da comunidade porque o Tomás comprou”.<sup>28</sup> Fazendo alusão ao fato de que a terra era dos pretos de Frechal antes da chegada do

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Rubem Amorim, morador do município de Mirinzal, em 11.11.2011.

<sup>28</sup> Trecho da entrevista, realizada em 23.11.2011, concedida por Ivo Fonseca, presidente da Aconerug e uma das principais lideranças da comunidade de Frechal.

último proprietário.

Outra percepção dessas terras “doadas”, “herdadas” ou “adquiridas” também se manifesta na fala de Ivo quando diz: “quando morre o último herdeiro que era Mundoca, ela não passou testamento, não passou em vida, a área ia para o Estado. A irmã dela não poderia ser herdeira dela, só se houvesse um testamento, mas não houve testamento”.<sup>29</sup>

A Mundoca, a que se refere Ivo, era Raimunda Fernandes Bogea Coelho de Souza que faleceu na década de 50 do século passado. É comum ouvirmos em Frechal que Mundoca dizia que após sua morte “as terras seriam dos pretos de Frechal”. Neste aspecto se faz interessante notar que “os pretos de Frechal” eram até a década de 1960 chamados no município de Mirinzal de “os pretos da Mundoca”.

Mundoca foi a esposa de Arthur Coelho de Souza, último herdeiro direto da família que por quase dois séculos foi “proprietária” dos pretos de Frechal. No sentido aqui analisado, ela recebeu a legitimidade dos pretos por laços de afinidade. Legitimidade esta não só adquirida junto aos pretos, mas atribuída, quando os “de fora” os identificavam como “os pretos da Mundoca”.

Uma questão que se coloca aqui é: se no passado os pretos de Frechal legitimaram descendentes daqueles que um dia foram os seus “senhores”, essa legitimidade cessou com a morte de Mundoca? Se os pretos eram da Mundoca, após a morte dela eles passaram a ser de quem? Analisando o discurso dos mais antigos moradores de Frechal, a personagem Mundoca aparece como um marco diacrítico na dinâmica identitária dos pretos de Frechal. Como se até a morte da Mundoca os negros tivessem um modo de vida baseados em laços de servidão. Esta, de acordo com relatos, quando precisava, fazia sua viagem deitada em uma rede carregada

---

<sup>29</sup> Idem, entrevista realizada em 23.11.2011.

pelos negros. Após a morte dela, em 1956, é como se eles tivessem, enfim, conhecido a “liberdade”. Tal como pode ser inferido no depoimento de Inácio da Silva Ribeiro:

eu tinha treze anos quando a Mundoca adoeceu e foi para São Luiz. E eu presenciei eles carregando ela, só andava de rede, né, que era uma (1h:55:34”) forte, bonita que só. Aí era uma bolsa preta desse tamanho e ela na rede. Aí nisso a gente juntava seis homens, oito homens para leva-la em Guimarães. [...] Ela precisava ir para São Luiz e ela foi [primeiro] para Guimarães. Na hora que eles saíram, ela disse, eu me lembro, eu tinha treze anos, foi em 1956, ela disse assim, eu vi ela dizer para o meu tio, pai do Bié, que era o chefe da comunidade aí, o meu pai, vários deles, o pessoal dessa época tinha uns 60 anos mais ou menos, uns 50 e poucos, 60 anos. Então aí ela disse: ‘Olha, eu vou para São Luiz, mas tomem conta da fazenda, com certeza eu não volto mais’. Ela disse isso. [...] Ela foi para se tratar, chegou lá e faleceu (informação verbal)<sup>30</sup>.

É interessante como seu Inácio nessa mesma narrativa, logo após mencionar a morte da Mundoca, conta como passou a viver em Frechal, deixando entrever em seu discurso certa autonomia e liberdade:

então, aí eu comecei a vivenciar essa vida nossa aqui, né. Com quatorze anos eu tomei conta, comecei a liderar um grupo de trabalho. Nós íamos para o roçado, fazíamos o roçado nosso, eu era jovem e eu conduzia, determinava tudo. Então nós íamos para pescar, aí já comecei ir para festa, né, comecei a jogar bola, eu joguei muita bola, [...] eu fiquei conhecido nas comunidades com a questão do futebol, eu jogava bola e quando ia para festa, eu que coordenava toda a turma que vinha comigo. Aí nós pagávamos a bolsa, eu que pagava a bolsa de todos eles com o dinheiro deles, mas eu que pagava, eu que pedia cerveja, aí vinha o garçom ia só botando, aí eu fazia a conta, eu estudei um pouquinho, eu era bom de matemática. Aí então eu comecei a ficar conhecido nas comunidades. Inácio de Frechal (informação verbal)<sup>31</sup>.

O discurso de seu Inácio se faz importante por descrever como de “pretos da Mundoca” eles foram passando aos “pretos de Frechal” como são conhecidos até hoje no município. Abordar aspectos da dinâmica identitária desse grupo se faz importante, pois, como teremos a oportunidade de abordar mais à frente, esta conheceu mutações e sobreposições ao longo de décadas, de pretos da Mundoca passaram a pretos de Frechal, a quilombo e a Resex.

<sup>30</sup> Entrevista concedida por seu Inácio Silva em 14.11.2011.

<sup>31</sup> Idem, entrevista concedida em 14.11.2011.

Por ora, continuamos com Mundoca e os relatos de que esta lhes havia prometido as terras. Após o falecimento desta, as terras passaram a ser propriedade de sua irmã Zuleide Fernandes Bogea. Porém, Zuleide não ocupa na memória dos moradores o mesmo “lugar” que ocupou Mundoca. Recuperando uma entrevista concedida a Roberto Malighetti, em 1996, Dionícia Coelho, moradora de Frechal, assim comparou as duas irmãs:

[...] a conversa de Mundoca era essa, que ela não ia vender, que aqui era dos pretos dela, sempre dizia 'meus pretos' [...] Arthur falava que a terra nunca seria vendida e que tinha que ficar com os pretos de Frechal. Só que ele não escreveu. Esse é o problema. Eram só palavras. Por isso Zuleide Bogéa, irmã de Mundoca, vendeu [...] A Mundoca morreu e a Zuleide tomou conta de todo, porque era irmã dela e vendeu. Sabia que a terra era dos pretos, mas era malvada [...] Ela vinha aqui muito pouco. Depois que Dona Mundoca morreu, ficou Dona Zuleide, irmão dela. A Zuleide não era flor que se cheire. A Mundoca dizia que aqui nunca era para vender, que aqui era dos pretos dela e ela, depois que Mundoca morreu [...] ela vendeu. Ela foi bandida. A primeira coisa que ela fez, parou o engenho, paralisou o movimento, esbandalhou tudo para vender [...]. E ela vendeu para seu Adam [...] quando a gente soube, ela já tinha vendido, porque, se não, essa terra era nossa, desde muito tempo. Não tinha essa briga, vendeu com a gente dentro. Mundoca dizia que aqui nunca era para vender [...] Porque nós colocamos na nossa cabeça que a fazenda não podia ser vendida. A fazenda era dos pretos que desimpotecaram [...] Os pretos naquela época não sabiam como fazer os documentos, como assinar, como ir no cartório pra ter a terra. Era tudo nas palavras (Dionícia, apud Malighetti (2007)).<sup>32</sup>

Dionícia Coelho nesta entrevista, além de estabelecer a diferença entre as duas irmãs, demonstra a falta de legitimidade de Zuleide perante os negros ao declarar “A fazenda era dos pretos que desipotecaram”. Até onde percebemos, a não legitimidade de Zuleide figura por motivos diferentes, primeiro, Zuleide não pertencia à família Coelho de Souza, pois era irmã de Mundoca, que por sua vez tornou-se membro da família por laços de afinidade, única a não possuir laços consanguíneos diretos dentro da sucessão familiar. Segundo, ela não honrou a “promessa” de Mundoca. Terceiro ela era ausente e sua ausência possibilitou aos negros uma vida autônoma e, em certo sentido, despreocupada, pois colocaram “na cabeça que a fazenda não podia

---

<sup>32</sup> Dionícia Coelho, moradora de Frechal, em entrevista concedida a Roberto Malighetti (2007).

ser vendida”.

A ausência de Zuleide Bogeia também confirmada na fala de um morador do município de Mirinzal, que também informa que Zuleide vendeu a fazenda um senhor chamado Adam:

[...] ela mantinha aqui a fazenda, mas não morava aqui. Ela morava em São Luiz, era dona, proprietária de uma escola, de um colégio em São Luiz e não vinha quase aqui. Tinham pessoas que administravam, tomavam conta como se dizia na época, que prestavam conta com ela dos espólios da terra e quando foi nessa época ela colocou à venda realmente. Colocou à venda e um empresário de São Paulo comprou a fazenda, Dr. Adam. (informação verbal)<sup>33</sup>

O dr. Adam Dietrik Van Bulov, de nacionalidade dinamarquesa, vendeu no mesmo ano de 1974 a fazenda Frechal para o seu Thomas Melo Cruz. Quando Tomás Cruz comprou a fazenda esta já possuía quase dois séculos de história e já era “terra dos pretos”. A compra da fazenda por Tomás Cruz estabeleceu o início de uma nova história na fazenda Frechal, desencadeando dinâmicas territoriais e novos processos identitários, cujos negros passam a ser os protagonistas principais, como abordado no tópico a seguir.

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida por Rubem Amorim, realizada em 11.11.2011.

### **3.2 De terra de pretos a quilombo: a luta dos negros de Frechal num processo de territorialização**

Como vimos no tópico anterior, a fazenda Frechal passou a ser “terra de pretos”, engendrada por uma dinâmica territorial e identitária que, como passaremos a ver, colocou em marcha um sistema de atores sociais e ações coletivas que deflagraram transformações em múltiplos níveis da existência sociocultural dos que ali residem.

Como dito anteriormente, o seu Adam Dietrik Van Bulov vendeu no mesmo ano de 1974 a fazenda Frechal ao seu Thomas de Melo Cruz, cuja chegada é um marco na história mais recente de Frechal. Pois é a sua chegada que vai deslanchar novas relações sociais dos habitantes da fazenda Frechal com o território e, posteriormente, a criação da reserva extrativista.

Tomás de Melo Cruz é descrito como um fazendeiro poderoso durante os quase trinta anos em que teve propriedades em Mirinzal e outros municípios vizinhos como o de Cururupu. Era filho de usineiro do Nordeste do Brasil e à época de sua chegada era empresário no estado de São Paulo.

A sua chegada em 1974 na região não é por acaso, se vista a partir do contexto social e econômico do Brasil e do Maranhão nessa época. Desde o chamado “Estado Novo” (1937-1945), o governo brasileiro já vinha implementando um projeto nacional baseado em políticas de povoamento do interior do país e da integração do território nacional. Neste contexto, o Maranhão, bem como outros estados do Brasil, vinha integrando este projeto que, entre outros, objetivava a colonização e a articulação do mercado interno, por meio da melhoria do setor de transportes.

Nessa linha de integração regional-nacional e ocupação-desenvolvimento no final da década de 1950 tem-se o Projeto Povoamento de Maranhão, o PPM, que entre

outras ações, via Ministério do Interior, à época Minter, em 1958 iniciou a implantação da rodovia Belém-Brasília, cujo traçado corta o estado do Maranhão de sudoeste para o oeste em 249,5 km.

Entre 1961 e 1963, a SUDENE apresentou o seu I Plano Diretor Regional com o objetivo de ampliar a “fronteira agrícola do Nordeste do Brasil”, de maneira que fosse viabilizada a absorção de parte dos excedentes da força de trabalho rural da região, bem como das terras devolutas localizadas no setor noroeste maranhense, visto que o mesmo concentrava 40% de terras públicas.

O referido Projeto de povoamento derivou do mencionado plano diretor que selecionou os vales úmidos, entre eles a Baixada Ocidental Maranhense, onde está localizada a Resex de Frechal, objetivando de um lado reduzir a evasão populacional do Nordeste decorrente da concentração de terras, falta de perspectivas, e seca, e de outro aproveitar o fluxo migratório (espontâneo) que já se constava em decorrência, sobretudo, da existência de fundos territoriais.

O I Plano Diretor Regional, ao ampliar a fronteira agrícola do país, além de viabilizar a absorção de parte dos excedentes da força de trabalho rural do Nordeste, objetivava, entre outros, o povoamento e ocupação do oeste do estado do Maranhão. Na esfera estadual houve outros projetos aliados ao PPM, a exemplo do Projeto Pioneiro de Colonização (PPC), exclusivo da alçada do governo estadual, que posteriormente originou o projeto político “Maranhão Novo” (1966-1970) concebido na gestão José Sarney e que tinham como objetivo “ocupar racionalmente a Pré-Amazônia” (FERREIRA, 2008, p. 139).

Uma das ações do projeto “Maranhão Novo” foi a criação da “Reserva Estadual de Terras e seus órgãos, as Delegacias de Terras, no interior do Estado” (Decreto nº 3.831/1968) com o objetivo de “disciplinar a ocupação e (...) titular as áreas de terras

devolutas”, o que foi viabilizado pelo Decreto nº 4.028/1969 que facultava a venda destas sem licitação. A quarta foi a Lei nº 2.979/69 que “autorizava o Governo a vender as terras devolutas do Estado, em grandes extensões de território, por um simples requerimento, criando sociedades anônimas sem número limitado de sócios, podendo cada sócio, possuir três mil hectares” com o discurso de regularizar a situação fundiária estadual, contudo “possibilitou o início dos grandes e médios empreendimentos agropecuários no Maranhão que foram atraídos pelos incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da SUDENE”.

A partir da década de 1970 também foram levados a cabo projetos, ações e programas que objetivaram a ordenação territorial. No estado do Maranhão se sobressaíram o Projeto Fundiário de Bacabal, o Polonoeste e o Getat, a demarcação de terras indígenas, a implantação do Centro de lançamento de Alcântara, assim como o Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental.

É neste contexto de avanço territorial, de apropriações de novas terras, de uma “marcha sempre para o oeste” que chega Tomás Cruz na Baixada Ocidental Maranhense, visto esta já figurar pelo governo do estado do Maranhão, como área a ser integrada, progressivamente, ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial brasileiro.

Recuperando as falas do ponto de vista do poder local desse período, a chegada de Thomaz de Melo Cruz é resumida da seguinte forma por Rubem Amorim, ex-prefeito e vereador de Mirinzal:

assim, houve na época, mais ou menos nesse período de 1974, o que se chamava o Milagre Brasileiro na economia. E incentivaram para que as pessoas que tivessem indústria ou quisessem investir no Nordeste, no Norte/nordeste teriam os benefícios fiscais. De sorte que houve uma corrida

muito grande de pessoas do Sul e do Sudeste, principalmente do Sudeste, São Paulo para investir na região. Foi então, que o Dr. Thomaz Cruz, ele se instalou, comprou a fazenda Frechal (informação verbal).<sup>34</sup>

Cabe ressaltar que este contexto do qual fala Rubem Amorim também foi marcado pela ordenação territorial da região de Guimarães que desde os anos 1960 vinha passando por um processo de fragmentação. Quando Tomás Cruz chegou na década de 1970 Mirinzal já era um município independente. Seu desmembramento havia ocorrido em 1962 por meio de um projeto de lei<sup>35</sup> proposto por Severo Capistrano Ferreira <sup>36</sup>, pai do seu Rubem Amorim e primeiro prefeito de Mirinzal.

O seu Rubem Amorim, seu filho, foi o segundo prefeito de Mirinzal e governou o Município por dois mandatos consecutivos, de 1977 a 1983 e de 1989 a 1993. De forma que foi prefeito do município durante a chegada de Thomaz Cruz, tendo acompanhando a disputa territorial que se travou ali.

De modo geral, os conflitos relativos a fazenda Frechal se iniciaram a partir da chegada de Thomaz Cruz, porém de maneira indireta. Visto este ter, inicialmente, contratou um administrador chamado Afonso Celso Godinho<sup>37</sup> (informante já citado que me conduziu pela primeira vez à Resex de Frechal). O seu Afonso administrou a fazenda por sete anos, de 1974 a 1981. Durante este período a presença de Thomaz Cruz na fazenda não era constante.

De acordo com os moradores locais, após um ano e meio de administração da fazenda por Afonso Celso, este passou a fazer proposições para que os moradores saíssem da área da fazenda e conseguiu o aceite de moradores dos povoados de

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida por Rubem Amorim, em 11.11.2011.

<sup>35</sup> Projeto de lei nº 2195, de 26 de dezembro de 1961.

<sup>36</sup> Severo Capistrano Ferreira foi em 1947 o vereador mais votado em Guimarães eleito pelo Partido Social Democrático. Foi presidente da Câmara de Vereadores. Exerceu em 1948, interinamente, o cargo de prefeito. Foi vice-prefeito de Guimarães em 1950. De 1954 a 1958 exerceu um segundo mandato como vereador de Guimarães e de 1963 a 1968 foi o primeiro prefeito de Mirinzal.

<sup>37</sup> Funcionário que me acompanhou e apresentou à Resex no ano de 1999.

Areial, Ponte e Mota. Porém, não conseguiu junto aos moradores do povoado de Frechal, que não aceitaram a proposição, fato que estabeleceu o início dos conflitos.

Ainda de acordo com relatos locais, diante da resistência dos moradores do povoado de Frechal, Thomaz começou a impedir que se construíssem ou reformassem casas neste povoado. Não foi favorável a instalação de energia elétrica no povoado de Frechal tendo permitido a instalação desta nos outros povoados, Rumo e Deserto. E passou a dar ordens para seus funcionários entrarem nos quintais das casas e destruírem pequenas plantações, assim como as lavouras cultivadas pelos negros, utilizando para isso os tratores da fazenda.

Numa sequência de eventos, mandou construir uma pista de pouso para seu avião, colocou búfalos nos rios impedindo a pesca, mandou derrubar a escola (construída a época dos Coelho de Souza), devastou babaçuais, entre outras medidas comumente lembradas em entrevistas que me foram concedidas pelos moradores locais.

De acordo com dona Jovina, ao destruir o babaçual, atingiu ainda mais os moradores devido à ampla utilização que faziam da palmeira, principalmente do óleo, cuja extração era feita e comercializada com a fábrica Oleama, em São Luís. De acordo com ela, os negros, sobretudo as mulheres, viviam majoritariamente dessa produção.

Sobre a destruição dos babaçuais um ex-funcionário que trabalhou para Thomaz Cruz durante 8 anos nos conta o ocorrido da seguinte maneira:

[...] aí ele me chamou e disse “Caboco”, diz “Tu vais fazer o seguinte: tu vais ser o meu empreiteiro”. “Pra que doutor?”, eu disse, “Pra ti roçar o campo todinho”. Isso foi uma maldade que nós fizemos (03:04) esse campo todinho e deixamos só a baía memo. Acabou tudo. Isso depois de tanto que nós roçamos, que nós acabamos com o campo, roçamos até no Deserto [refere-se ao povoado de Deserto]. Aí voltou para roçar os palmeirais. E nós estávamos roçando os palmeirais porque eu era o pessoal era contra, para ele não desastrar, não acabar. E nós viemos para acabar, porque ele contratou. O pessoal do Frechal é que não gostava da gente. Aí roçamos o

palmeiral, só no braço, só no braço. Aí como era para tirar aquela sapata de dentro e eu tinha que tirar o cabo de aço, enrolava e o trator puxava. [...] Aquele dia nós fizemos no braço e quando ele chegou, achou que não era uma injustiça nós trabalharmos matando palmeira. Nós estávamos matando palmeira. E eu mesmo (11:39”) do Frechal sabe que eu cortava a palmeira, que a palmeira chorava (11:43”) chorava que só faltava chamar a mãe dela, quando ela caía, que ia derrubando (12:01”) fazíamos só o que ele mandava (12:04”) até uma injustiça, pra ver se tirava o pessoal do Frechal. Thomaz não prestava (informação verbal).<sup>38</sup>

O relato do seu Caboco, além de dar um testemunho do fato, se faz importante pela narrativa que descreve uma consciência ecológica, provavelmente possível após a luta de Frechal e a transformação da área em uma reserva. Seu Caboco faz parte dos muitos trabalhadores que migraram de outras regiões atraídos pelos projetos de agricultura implantados pela fazenda Frechal.

A limpeza dos campos, a derrubada da mata e das palmeiras que relata fazia parte de um projeto maior de introdução de novas culturas de plantio na Fazenda Frechal, tal como continua descrevendo:

aí foi que nós plantamos, roçamos ali e plantamos umas cento e poucas linhas só de guaraná. E não prestou. E aí ele começou a botar dinheiro fora. Fazia quatrocentas linhas de (15:57”) e trezentas na (15:59”) na base de setecentas linhas que ele roçou. Queimou esse mato, queimou a mata, queimou tudo, foi acabando, foi acabando. Aí não teve mais controle e botou muito gado e eles [refere aos moradores de Frechal] começaram a roubar o gado dele (informação verbal).<sup>39</sup>

Diante dessas mudanças que chegavam ao município de Mirinzal e, particularmente, à fazenda Frechal, os moradores de Frechal começaram a reagir e destruíram uma cerca que funcionários do fazendeiro haviam levantado no centro do povoado de Frechal, cercando quatro casas e impedindo o acesso e a utilização do lugar. Ao lembrar deste episódio, seu Bié me relatou que Thomaz havia “cercado pessoas como animais, como vacas”. A cerca durou mais ou menos um mês, o

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida por seu Caboco em 11.2011.

<sup>39</sup> Idem – mesmo autor.

fazendeiro deixou os moradores sem passagem. Os funcionários passaram a remover a cerca que era novamente erguida e, finalmente, um dia os moradores de Frechal resolveram colocar querosene e atear fogo.

Em função deste ato, no outro dia chegou uma convocação para que os quatro moradores implicados diretamente no ocorrido comparecessem à delegacia. Os moradores de Frechal foram à sede do município de Mirinzal no dia da audiência e totalizavam 100 pessoas, entre homens, mulheres, jovens e crianças e ameaçaram invadir a delegacia inibindo o processo.

No entanto, tudo indica que nem sempre os conflitos com Thomas envolvendo as terras de Frechal terminavam assim, o seu Rubem Amorim nos dá um exemplo:

houve uma vez em que havia uma audiência na Justiça de Cururupu, no Fórum de Cururupu, umas terras, uma disputa de terras entre o Dr. Tomás Cruz e outro proprietário Lázaro de Canges. O que aconteceu? O Dr. Tomás Cruz trouxe mais ou menos vinte ou mais pistoleiros, trazidos daí da região do Bico de Papagaio, aqui entre Maranhão, Goiás e Pará. Trouxe muitos pistoleiros para cá para fazer essa disputa na Justiça, para garantir a vida deles, Tomás e o Lázaro Canges. De maneira que o juiz não conseguiu fazer essa audiência e que surgiu lá na cidade de Cururupu um tiroteio a noite toda, como se estivessem nas favelas do Rio de Janeiro, mais ou menos isso (informação verbal).<sup>40</sup>

Quando perguntado a Rubem Amorim como a Prefeitura de Mirinzal se posicionava diante desses conflitos, ele respondeu assim:

eu assumi a Prefeitura em 1977 e me deparei com esse problema de latifúndio e tivemos ainda uns entreveros aqui, que ele tinha os povoados dentro das terras e ele queria colocar de qualquer maneira o pessoal para fora. [...] ele comprava terreno e dava aqui para as pessoas, mas as pessoas não queriam sair dos seus locais de trabalho. E tiveram uns casos em que ele queria tirar de qualquer maneira, com isso ele pressionava, ele tinha muito acesso à Justiça, ele... só para a senhora ter uma ideia, em 1977 ele trouxe para investir aqui dentro do município 27 milhões de cruzeiros, 27 milhões. Só para você ter uma ideia o fundo de participação do município de Mirinzal nessa época era 100 mil reais. Não estou bem lembrado da moeda, era como se fosse 100 cruzeiros e ele trouxe 27 milhões para investir. Era um investimento muito alto, onde ele desmatou realmente, plantou vários tipos de cultura como café, guaraná e muitos outros. E com isso ele começou a desmobilizar o pessoal que morava dentro das terras. E isso foi um trabalho muito grande para mim, nós tivemos ainda vários debates e ele chegou até a

---

<sup>40</sup> Rubem Amorim, entrevista concedida em 11.11.2011.

me ameaçar na época. Ele levou lá na Prefeitura um jipe cheio de pistoleiros, com um pessoal lá para me pressionar e tudo, porque eu estava dando garantia para esses... para esses posseiros, né. Mas aí eu realmente... depois ele comprou mais a fazenda de Aliança, lá no município de Cururupu, já voltou mais as atenções dele para lá, já dividiu com os daqui e o tempo foi passando até que já no ano de 1992 houve uma desapropriação da área já como Reserva Extrativista e foi no sentido até de amenizar, para dar mais tranquilidade para os posseiros da época, ele acabou sendo desapropriado e nunca mais voltou aqui no município (informação verbal)<sup>41</sup>.

Neste trecho da entrevista se faz interessante notar que o ex-prefeito utiliza os termos “posseiros” e “posseiros da época”, não utiliza o termo “pretos de frechal” comum entre os moradores do município, figurando “posseiros” e “posseiros da época” termos de um discurso mais próximo ao “lugar” que ocupava o fazendeiro. Também destaca a quantia de dinheiro que Tomás trazia para o município, o que nos faz supor, também, a relação ambígua, delicada e provavelmente assimétrica que devia estabelecer com o fazendeiro. Quando perguntado como se dava a relação da prefeitura com uma pessoa que trazia essa soma enorme de recursos para o município, ele me respondeu:

é, praticamente assim dele, propriamente, não teve nenhuma influência assim, ele não tinha. Por exemplo, eu fui candidato a Prefeito, mas não tinha ligação assim amistosa com ele. A gente foi se defrontar eu já era eleito, a gente foi se defrontar já com problemas do município. Ele não teve nenhuma influência, ele não era muito ligado assim com políticos aqui da região, nem da minha ala, nem da outra ala também não tinha muita ligação. Ele era mais assim empresário no sentido de, por exemplo, ele chegava nos cartórios e ele queria logo tudo, sabe, e pagava logo adiantado, era assim. E tinha muito acesso também junto à justiça, na época mais vulnerável do que hoje (informação verbal)<sup>42</sup>

De fato, Tomás era um estranho numa região de políticos, que na época atual ainda é território eleitoral do PMDB<sup>43</sup>. José Sarney foi nascido na região de Guimarães, no município de Pinheiro e neste período era senador da República pelo estado do Maranhão. Quanto ao ex-prefeito Rubem Amorim, este, por sua vez, era diferente de

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Rubem Amorim, realizada em 11.11.2011

<sup>42</sup> Idem – mesmo autor.

<sup>43</sup> O prefeito de Mirinzal em 2011 era filiado ao PMDB.

Tomás e usando os mesmos termos de seu discurso era “ligado com políticos da região”, não só por ser prefeito, mas por ser filho de um político que ali atuava desde a década de 1940.

Como veremos mais à frente a disputa entre o fazendeiro e os negros de Frechal exigiu tomadas de posições que tiveram consequências nas relações de poder entre a prefeitura e os moradores da Resex. Por ora, resta-nos continuar na sequência de eventos que mobilizaram os moradores de Frechal.

Nesse sentido, um episódio considerado marcante para os moradores do povoado de Frechal e que se constituiu no “momento-chave” do conflito territorial foi a destruição da casa de uma residente chamada Eduvirgens, dona Duzinha, na época com 51 anos.

Dona Duzinha morava numa pequena casa em ruínas e decidiu construir outra maior. Durante a construção recebeu visita “dos homens de Thomas” lhe propondo parar imediatamente a construção da casa. Ela respondeu que não teria para onde ir que não tinha condição de morar em Mirinzal, que era nascida e criada em Frechal e que de lá somente sairia morta. Continuou a construção da casa e os “homens de Tomás” ameaçaram o carpinteiro da casa, de morte, caso este continuasse a construção.

Dona Eduvirgens foi a Mirinzal atrás do carpinteiro que não havia aparecido para trabalhar, não o encontrando retornou a Frechal onde havia 10 pistoleiros que haviam derrubado a construção da casa. Ela diz não acreditava na polícia, mas motivada por outros moradores foi prestar ocorrência. Ao chegar à delegacia, o delegado lhe disse que era para ela sair de Frechal. Quando ela retornou a área sua casa havia sido queimada. Ela foi para Guimarães falar com o juiz e levou uma carta, em mãos, ao delegado de Mirinzal. O delegado sem ler a carta telefonou para o

fazendeiro Thomas.

Na sequência de episódios, dias depois, três pistoleiros procuraram dona Eduvirgens e disseram que vieram para conversar, negociar, para que esta saísse do lugar para morar, segundo ela, numa “casa bonita” em Mirinzal. Ela respondeu que não sairia de Frechal. A esta altura, os episódios do conflito entre os moradores de Frechal e o fazendeiro já eram notícias nos jornais locais. Fato que levou a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos convidar dona Eduvirgens para uma reunião. Durante esta reunião, membros da instituição fizeram uma carta e a recomendaram a um advogado na delegacia regional do município de Pinheiro. Pediram a ela que também conversasse com o prefeito do município. Perguntaram se ela tinha testemunhas, ela informou que sim, posteriormente o delegado de Pinheiro convocou as testemunhas e fez a perícia e deu entrada a um processo judicial contra o fazendeiro Tomás. O fazendeiro propôs indenizá-la pelo incêndio da casa, mas a SMDDH orientou dona Eduvirgens a não aceitar as propostas de seu Tomás.

A ampla ressonância na mídia desencadeou não somente a intervenção da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), bem como de outras entidades que passaram a apoiar a comunidade de Frechal, como a igreja católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e segmentos acadêmicos. Advogados da SMDDH orientaram os moradores da comunidade de Frechal a recorrerem às vias legais contra o fazendeiro. A Fundação Cáritas via Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Centro de Cultura Negra, intermediaram na elaboração do processo judicial. Pesquisadores, entre eles, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, consultor à época da SMDDH, por meio do Projeto Vida de Negro, identificou em Frechal características de um quilombo. Iniciando-se com esta identificação um processo de construção de identidade quilombola, que passou e ainda passa, por um

processo de ressemantização.

A respeito da identificação de Frechal como quilombo, Alfredo Wagner se posicionou da seguinte forma em uma entrevista concedida a Guilherme Mansur Dias:

[...] quilombo são sujeitos sociais que se organizam e exercem sua autonomia, não é lugar físico. Frechal sem as pessoas não é um quilombo! Definir pelo espaço físico frigorificaria aquele sentido de quilombo. A aceitação de que Frechal pudesse ser um quilombo foi também vital para esse processo de ressemantização. E isso foi em 1989 e 1990, para você ter ideia. E em 1992 foi o reconhecimento, em fevereiro, mas como Resex. Conseguir entender que se pode territorializar pelo modo de ser, pela língua, pelas unidades culturais, residenciais ou não, já foi um avanço, quer dizer, nós conseguimos reiterar todos aqueles elementos 'geografizantes' da idéia de território e projetamos o espaço social sobre o espaço físico" (informação verbal).<sup>44</sup>

Esta definição de quilombos atribuída por Alfredo Wagner não se configura somente como mais uma, mas como uma nova definição de quilombos. Ressemantizada e "desfrigorificada" inicialmente pelo antropólogo e, posteriormente, como teremos oportunidade de demonstrar, pelos moradores de Frechal, Rumo e Deserto. Inicia-se com a mediação do Projeto Vida de Negro/SMDDH, assim como para as outras instituições acima citadas, um processo de ressemantização da categoria quilombo, cuja contribuição acadêmica de Alfredo Wagner foi significativa. Essa ressemantização, tanto da parte dos negros de Frechal como dos mediadores, teve como contexto o fortalecimento dos movimentos negros no país, ao longo da década de 1980 e a revisão proposta por eles da memória pública da escravidão e da abolição.

Em 1988, ano simbólico do centenário da abolição da escravatura, foi promulgada a nova Constituição Federal do Brasil. O Brasil encontrava-se em pleno processo de abertura democrática, iniciada em 1985. Nos debates para a formulação da Constituição, o tema sobre conflitos territoriais envolvendo as populações negras

---

<sup>44</sup> Trecho da entrevista de Alfredo Wagner de Almeida concedida a Guilherme Mansur Dias. Publicada na Revista Ruris, v. 3, n. 2, ago. 2009/fev. 2010

obtiveram sucesso por meio das discussões inseridas pelo movimento negro organizado por setores acadêmicos que durante os debates conseguiram assegurar a inclusão de três artigos na nova Constituição. O Art. 215. § 1º que diz “O Estado protegerá as manifestações das culturas indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, o Art. 216. § 5º perante o qual “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. E o famoso Art. 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, considerado o mais importante para a luta das comunidades negras rurais do Brasil, que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Diversos segmentos acadêmicos, sobretudo juristas, historiadores e antropólogos, tiveram importante papel nessa discussão. Tendo em vista o crescimento do movimento quilombola a partir de final dos anos 1990, passaram a predominar, no campo antropológico e jurídico, as interpretações que consideravam a ressemantização da palavra quilombo para efeitos da aplicação da provisão constitucional, valorizando o contexto de resistência cultural que permitiu a viabilização histórica de tais comunidades.

Porém, muitos dos grupos, como em Frechal, tinham seu “mito de origem” como vimos em doações senhoriais realizadas no contexto da abolição ou da falência econômica de antigas fazendas. Além de fatores étnicos e da posse coletiva da terra, foram, sobretudo os conflitos fundiários vivenciados no tempo presente que os habilitavam a reivindicarem ou se enquadrarem no novo dispositivo legal do Artigo 68 e foi com base nesse artigo que os pretos de Frechal empreenderam a luta pela terra na disputa contra o fazendeiro Thomaz.

Como estratégias principais organizaram-se em associações de moradores e se filiaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, assim como ao Conselho Nacional dos Seringueiros. Juntos aos militantes, entre eles advogados e antropólogos, procederam à elaboração das peças constitutivas do processo, um trabalho em “coautoria” que exigiu pesquisa cartorial, pesquisa de arquivo, levantamento socioeconômico, parecer jurídico, levantamento cartográfico, identificação da área, delimitação, memorial descritivo, caracterização sociológica, antropológica, jurídica, entre outros elementos de busca de “provas factuais” da existência de um quilombo na fazenda de Frechal.

O material levantado gerou um dossiê que foi enviado, em 1991, à Procuradoria Geral da República em Brasília. Com ele foi dada entrada à petição e instruído o processo três anos após a promulgação da Constituição Federal, sendo Frechal a primeira comunidade em todo o Brasil a encaminhar um processo jurídico com base no Artigo 68.

O processo visava garantir a desapropriação do latifundiário e a emissão do título de propriedade da terra em nome da comunidade de Frechal, por meio do reconhecimento oficial da comunidade como “remanescentes de quilombo”. Apesar de todo o empenho, este reconhecimento não foi atribuído, segundo Malighetti (2007), em função do Artigo 68 não ter sido regulamentado por uma norma disciplinadora da matéria, o que gerou a sua inaplicabilidade. Ou seja, a Constituição Federal não estabeleceu a quem e de que modo, na organização política do Estado, caberia identificar as comunidades remanescentes de quilombos. Entre outros problemas políticos e técnicos, relativos à dotação orçamentária para pagar a desapropriação, já que essas comunidades começavam a aparecer no cenário político nacional.

Artigo 68, da forma como estava formulado parecia demonstrar uma certa vontade da Assembléia Constituinte de limitar a abrangência da dívida com o

passado escravagista, “as forças conservadoras, representando os interesses dos donos da terra na Assembléia Constituinte, eram decididamente contrárias a uma distribuição de terras às comunidades negras”. Conscientes de que “uma livre interpretação do artigo 68 teria significado uma autêntica reforma agrária, tais forças conseguiram impedir a aplicabilidade deste dispositivo constitucional” (MALIGHETTI, 2007, p. 131).

Essa nova barreira, mais do que uma frustração, exigiu dos atores de Frechal, instituições e advogados, a busca de uma nova saída, uma mudança na estratégia processual que foi a demanda por uma reserva extrativista. Esse fato se faz de extrema importância, visto a Resex não ter nascido, tal como para os seringueiros do Acre, a partir de um desejo e uma demanda dos “extrativistas”.

A SMDDH, em associação com a Procuradoria Geral da República, encaminhou os autos do processo ao Ministério do Meio Ambiente. Parte da área de Frechal estava dentro de uma recém-criada Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses.<sup>45</sup>

A conjuntura política era favorável à situação dos povos tradicionais da Amazônia, entre eles ao movimento das populações negras rurais. O Brasil se preparava para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Naquele momento, a comunidade internacional dirigiu sua atenção para as questões ambientais na Amazônia. Havia uma articulação internacional forte com várias entidades internacionais pressionando o governo federal para que solucionasse os conflitos envolvendo as populações tradicionais. Nessa conjuntura, também midiática, o presidente Fernando Collor de Melo decretou (Decreto nº 536, de 20 de maio de 1992) um mês antes da abertura do evento, a criação da Reserva Extrativista

---

<sup>45</sup> Criada pelo Decreto Estadual nº 11.901, de 11 de Junho de 1991 e reeditado em 09 de outubro de 1991, com uma área de 2.680.911 hectares, está localizada no litoral ocidental maranhense abrangendo 11 municípios.

Quilombo de Frechal juntamente com mais três reservas extrativistas.<sup>46</sup>

Para os moradores de Frechal inicia-se com esse decreto a construção de um novo território, de novas relações e de reposicionamentos dos atores da fazenda Frechal deflagrando transformações em múltiplos níveis e um novo processo de territorialização.

O decreto de criação da Resex estipulava o prazo de dois anos para proceder a desapropriação da terra, porém algumas semanas antes de caducar o processo a desapropriação ainda não havia sido feita, havia transcorrido dois anos com a presença incômoda do fazendeiro, o que continuou na área exigindo dos moradores de Frechal novas estratégias de enfrentamento.

Sem a garantia de que a desapropriação seria executada, uma atitude radical foi tomada. Trata-se da ocupação durante 17 dias, em 1994 em São Luís, da sede do Ibama, ocasião em que os negros de Frechal fizeram reféns funcionários do Ibama, entre eles o superintendente.

A respeito desse episódio, seu Bié relata em detalhes:

[...] faltavam 20 dias para decreto cair, porque foi 20 de maio de 92 que o Collor de Melo assinou o decreto. E a validade desse decreto era de dois anos. Aí qual foi o órgão que eles botaram para ficar responsável pela indenização do latifúndio? O Ibama. Eles ficaram como responsável para tratar na indenização do homem [o fazendeiro], para o homem desocupar a terra. Aí entrou um ano, o Ibama não estava confiando, acho que acreditando na luta, não tratou, entrou depois de dois anos. Então, faltavam poucos dias para o decreto caducar. Se o decreto caducasse, nós não estaríamos aqui. Não estava aqui mesmo, porque com certeza eles vinham em cima que nem um tubarão fazer despejo de nós. Mas nós tivemos os órgãos de apoio lá de São Luiz (23:16”), a Sociedade dos Direitos Humanos, pelo menos a Sociedade dos Direitos Humano nos deu muita força e marcou uma audiência lá no Ibama e mandou nos avisar aqui que nós tínhamos que se reunir e ir daqui pra lá para fazer a ocupação [...] Aí nós fomos. Mas só que o Ibama não sabia a finalidade desse ofício, dessa reunião que eles marcaram lá. E aí nós enchemos... O prefeito na época, deu o ônibus para cá. Com filho, mulher, criança, gente adulto, aí botamos saca de farinha, de arroz, feijão dentro do ônibus, camarão e partimos para lá. Aí na hora o Jaques de

---

<sup>46</sup> As reservas extrativistas de Mata Grande, Ciríaco e Extremo Norte do Tocantins, todas situadas em zonas de conflitos envolvendo atividades agropecuária e a devastação dos babaçuais, atendendo demanda dos movimentos sociais como os das mulheres quebradeiras de coco babaçu, já fortemente mobilizadas, sobretudo no estado do Maranhão.

Salvador deu a sede do PDT para nós ficar hospedado, cedeu lá para nós. E aí nós ficamos lá. No dia que nós chegamos, no outro dia, fomos para o Ibama fazer a ocupação. Aí fizemos, ficamos lá, quando fez 16 dias que nós estávamos lá fazendo a ocupação, eu vou no Dom Paulo mais Cristina, essa Cristina da Bélgica contratar uma missa, um pedido lá no... lá no Ibama. Aí quando foi no dia 17 ele foi, o Dom Paulo foi, celebrou essa missa lá. Deu muita gente. Os funcionários do Ibama todos participaram e quando foi no dia 18, foi 18, o Ministro da Fazenda ligou de lá de Brasília, era para nós desocupar a sede do Ibama que ele ia depositar o dinheiro em juízo. Aí o nosso advogado nos chamou lá para uma sala e nos passou. Aí eu disse: “vamos embora ver se ele tem palavra”, aí saíram. Quem foi lá, jogar bola lá na quadra foi e eu fiquei mais os outros na rua da parte de fora fazendo batucada. O certo que esperamos até três horas da tarde para as quatro, aí não vinha o documento. Aí nós tornamos a fazer a ocupação. E dormimos uns lá no Ibama, mas eram poucos. O resto dormiu lá na sede do PDT. Quando foi nesse dia, aí o negócio... foi dia 19 aí o negócio arroucho lá. Os homens, finado Magno, finado Ivan, que Deus o tenha, se aproximaram lá das portas e... Ele se aproximou das portas lá do Donizete<sup>47</sup>, que era o Superintendente do Ibama, não deixamos ele sair, ele não saiu para ir almoçar. E ele pedindo que era para liberar ele, que ele estava com uma filha doente, que estava com febre, mas nós “O senhor só sai daqui com o documento”. E um soldado já tinha passado e já tinha cochichado lá para um... para um desses que o documento já estava lá, eles não quiseram é entregar. E aí assim foi. O certo é que quando foi umas três e meia para as quatro aí eles entregaram o documento. Aí nós saímos, desocupamos a sede do IBAMA, fomos lá para sede do PDT. [...] No outro dia, no dia 20 fomos fazer outra, celebrar outra missa lá na igreja São Benedito de agradecimento e daí viemos embora (informação verbal)<sup>48</sup>

Este longo relato faz parte de um dos episódios apontados nas entrevistas com os moradores como um dos mais marcantes na memória do conflito contra o fazendeiro<sup>49</sup>. Roberto Malighetti (2007, p. 139), analisando também o mesmo evento, diz que a ocupação do prédio do Ibama exerceu uma pressão muito forte sobre as autoridades de Brasília, agregando o apoio dos órgãos da imprensa e da opinião pública, e mobilizando o movimento negro, várias associações nacionais e internacionais. Em entrevista concedida a Malighetti, em 1996, um dos advogados de Frechal<sup>50</sup>, Luis Antônio Câmara Pedrosa, deu a sua visão do evento da seguinte forma:

Tecnicamente no último dia de caducidade do decreto, chegou a dotação orçamentária. Já havia um certo índice de violência dentro do Ibama. Inclusive eu como advogado, não estava mais conseguindo conter tal nível

<sup>47</sup> Donizete do Carmo.

<sup>48</sup> Entrevista concedida em 13.11.2011 por Manuel da Cruz Coelho da Silva, o seu Bié.

<sup>49</sup> Em uma ordem não cronológica, o primeiro é a queima da casa de dona Duzinha, o segundo é a ocupação da sede do Ibama em São Luís, o o terceiro o cercamento do sítio (episódio das cercas).

<sup>50</sup> Os advogados de Frechal foram Dimas Salustiano da Silva e Luis Câmara Pedrosa.

de desespero que estava lá dentro. Então, era vida ou morte nesse dia [...]. eu coloquei também à Superintendência de que o que tava ocorrendo era basicamente culpa da administração do Ibama e que eu não poderia fazer nada a partir daquele momento [...]. O orçamento chegou na última hora, mas o superintendente já estava preso dentro do gabinete e havia pessoas lá dentro, da comunidade, que diziam que lá, se a dotação específica não chegasse, ia ocorrer violência (informação verbal).<sup>51</sup>

Interessante se faz notar que os recursos para indenizar o fazendeiro Tomás foram liberados pela Presidência da República mediante estado de calamidade pública em Frechal. Segundo Malighetti (2007), foi adotado um estratagema muito contestado pelos advogados do fazendeiro. “O Presidente da República, para poder lançar mão dos fundos necessários em tempo hábil, isto é, antes que o decreto entrasse em decadência, decretou o estado de calamidade pública em Frechal” (p.140). Possibilitando que em dois dias se cumprissem atos que não foram efetivados nos dois anos anteriores.

Segundo Flávio Dino, juiz do processo, em entrevista também concedida a Malighetti:

[...] o Ibama não tinha dinheiro. Aí conseguiram que o presidente declarasse estado de calamidade pública para permitir fosse atribuído pelo presidente da República um crédito orçamentário especial ao Ibama. Com base nesse crédito orçamentário especial, sem autorização legislativa, o Ibama podia entrar com a desapropriação. Então, quando sentiu o grau da pressão no Maranhão, no Brasil e internacional, o presidente da República declarou calamidade pública [...]. Essa aí foi a saída genial [...]. E o dinheiro foi conseguido assim. Esse foi um dos elementos de defesa do proprietário no processo, que havia irregularidade orçamentária, financeira. Eu digo isso no meu despacho [...], mas só que para o processo jurídico isso não interessa (informação verbal).<sup>52</sup>

De fato, houve defesa do proprietário no processo, que recorreu a um advogado considerado um dos melhores do Brasil, Adilson Abreu Dallari, que contestou a ação desapropriatória efetuada pelo Ibama, considerou errado o procedimento e afirmou

---

<sup>51</sup> Luis Antônio Câmara Pedrosa, em entrevista concedida em 19.3.1996, a Malighetti (2007, p. 139-140).

<sup>52</sup> Flávio Dino, juiz do processo, em entrevista concedida em 18.5.1996, a Malighetti (2007, p. 141).

ser falsa a existência do suposto quilombo de Frechal nos limites territoriais da fazenda.

Como diz Pacheco de Oliveira (1998, p. 55), a noção de territorialização destaca a amplitude e a radicalidade das mudanças, pois se configura como um processo de reorganização social que cria uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora. Constitui mecanismos políticos especializados e redefine o controle social sobre os recursos ambientais, bem como implica na reelaboração da cultura e da relação com o passado.

O que Pacheco de Oliveira define como processo de territorialização é o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (neste caso o Decreto nº 536, a criação da Resex, o reconhecimento de um quilombo) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). Recuperando Barth diz no que respeito a distinção e a individualização como vetores de organização social, Oliveira Filho (p. 56) ao falar de territorialização se interessa pela maneira como as afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), são retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções. É esse processo que passaremos a ver no próximo tópico.

### 3.3 A Resex de Frechal e sua recomposição territorial

Quando se iniciou a disputa territorial envolvendo a fazenda Frechal, esta já era constituída de três povoados principais, Frechal, o mais próximo da sede da fazenda, Rumo, e Deserto, o mais distante da sede. Sendo Frechal e Rumo os mais antigos, não tendo sido, entretanto, possível remontar precisamente as origens de cada um, com exceção de Frechal que se confunde com a história da fazenda Frechal, tal como já foi relatado anteriormente. A relação desses povoados com a história da fazenda também era diferente visto a origem dos povoados e as relações que os moradores estabeleciam com a fazenda e seus proprietários também serem diferentes.

De acordo com dados levantados para o dossiê de defesa do fazendeiro Thomas, o povoado de Rumo remonta há mais de 150 anos e o de Deserto há mais de 100 anos. Deserto é o mais recente e teve uma parte do povoado anexada à fazenda Frechal no ano de 1975, a partir de uma gleba comprada do seu Basílio Avelar Carneiro, gleba esta que se chamava Deserto do Basílio (Dossiê, p. 112).

De acordo com este dossiê a origem desses povoados se deu com a chegada de pessoas “atraídas pelas oportunidades de trabalho oferecido pelo engenho, na moagem, na lavoura e na permissão para plantarem suas roças de subsistência mediante o pagamento de foro pela terra ocupada” (Ibdem, p. 112).

De acordo com dona Jovina, moradora de Frechal, a formação do povoado de Rumo se deu por um português que se casou com uma negra e teve vários filhos dando origem aos caboclos que moram lá. Na classificação local “caboco” quer dizer pessoas com tonalidade de pele mais clara do que os negros de Frechal. Quanto a origem do nome “Rumo”, diz-se chamar-se assim “pois este era o rumo para o porto que ficava as margens do rio Uru”. Quanto à origem de Deserto, diz-se ter esse

povoado sido originário a partir de uma casa de forno.

À parte das questões sobre as origens do povoado, o que nos interessa aqui são as relações que esses moradores dos três povoados estabeleceram entre si durante e após o período de conflito com o fazendeiro Thomas. Particularmente, as relações que estabeleceram após a criação da Resex, uma vez que tiveram e continuam tendo diante de si o desafio de (re)construir e gerir coletivamente um novo território.

Há pouco nos referimos que em um processo de territorialização os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros de um determinado território são retrabalhados pelos próprios atores deflagrando um processo de reorganização sociocultural. No caso dos moradores da fazenda Frechal, esses vínculos afetivos e históricos, assim como alguns elementos de uma reorganização sociocultural se deram distintamente nos três povoados que hoje compõem a reserva.

Para entender melhor esse processo e a relação que esses atores estabelecem entre si na gestão do novo território, a Resex, se faz necessário remontar o período de conflito com o fazendeiro Thomas e os posicionamentos e as estratégias adotadas pelos moradores dos três povoados, assim como os posicionamentos destes após a criação da Resex.

De maneira geral, o conflito que se estabeleceu na fazenda foi vivenciado de maneira direta pelos moradores do povoado de Frechal e o proprietário da fazenda. Tendo os moradores de Rumo e do Deserto estabelecidos outras relações e apropriações da disputa com o fazendeiro, entre elas, troca de favores e de cooptações recíprocas.

Relativo a essas posições e apropriações do conflito, uma liderança da comunidade de Rumo, que se posicionou contra a formação do conselho deliberativo

da reserva, em entrevista abordou os posicionamentos iniciais da seguinte forma:

G- O senhor está desde o começo? Desde a época da disputa?

I - Eu estou desde época da disputa, fui até em Brasília na época, tudinho, conversar. Primeiro, eu sou contra [a Resex] e um dia eu disse pra Ivo, ele falando que tem um pessoal que eles gostam de chamar de... que não moram dentro da área, mas trabalham

G - São os indiretos?<sup>53</sup>

I - Eu não gosto nem de chamá-los assim.

G- É ?

I - É, porque na época, o que foi que o Ivo mais outro pessoal fez? Em vez de chegar conosco que morávamos dentro da área Ivo deixou a gente de lado e foi pegar assinatura desse pessoal do Tungo, Santo Antônio, até o pessoal do Barreiro, da entrada de Mirinzal, quem vem de lá para cá, ele pegou essas assinaturas e com a documentação levou para Brasília. E quando eu vi, que eu assisti o Jornal do Maranhão, eu disse: rapaz isso aí está errado. A primeira mentira dele ele começou a se perder. Aí eu disse para ele: olha eu fui em Brasília logo depois que tu fostes e quem te derrubou em Brasília foi eu, porque tu chegaste em Brasília e dissesse que tinham 362 famílias negras dentro de Frechal e até hoje não tem 100. Não existe.

G - Mas nessa época o senhor apoiava Frechal?

I – Não. Eu não apoiei no começo por causa dessas coisas que eles começaram a fazer sem consultar a gente aqui dentro da reserva e de procurar pessoas de fora e hoje vem a briga para querer impedir o pessoal de trabalhar. E eu disse: como é que tu vais impedir esse pessoal de trabalhar se tem esse documento que eu trouxe lá de Brasília? Que tem essa documentação toda assinada por esse pessoal? Que você levou, você quis aparecer, se beneficiar com nome dessas pessoas que não eram de dentro da área.

G- Ele recolheu as essas assinaturas solicitando apoio foi?

I - Foi para dar apoio, ele colocou que tinham 362 famílias negras e até hoje dentro do Frechal aqui não tem nem 100. Você pode fazer um levantamento que não dá 100. Entre nós aqui de Rumo na época, Frechal e Deserto, não chegariam a 150 famílias na época, e isto para mim foi a maior surpresa. E fomos batendo, brigando aí com tudo, nas discussões, nas reuniões, e nós não quisemos nos render, eles também não, aí ficamos nisso até hoje, até uma época que entrou um rapaz aqui para a direção das comunidades foi que se rendeu e assinou a documentação se não nós já tínhamos dividido as terras.

G- Mas vocês eram do lado do seu Thomas?

I – Nos tínhamos o apoio dele. Porque eu trabalhei muito com ele e se ele convivesse ainda aqui na região essa região tinha um desenvolvimento muito elevado.

O senhor trabalhava com ele como assim, o que o senhor fazia?

I- Eu trabalhei como empreiteiro e depois passei a trabalhar com diária para construção de carpintaria, aquele teto do casarão eu trabalhei muito naquilo ali, que foi um gasto muito grande que ele fez para a reforma daquele casarão, aí depois eu passei a trabalhar recebendo mensalmente, porque ele tinha outras áreas de terra aqui e eu ia para São Luiz aí pegar dinheiro de todo mundo e ia fazer pagamento, e essa era a briga deles comigo porque eu sabia o currículo de todo mundo, aí eu fui para cima discutindo com eles (informação verbal).<sup>54</sup>

<sup>53</sup> Refiro-me aos chamados usuários indiretos da Resex, questão que será tratada mais à frente.

<sup>54</sup> Entrevista concedida por seu Ari, em 09.11.2011.

O depoimento deste morador, uma das principais lideranças do povoado de Rumo, nos dá uma ideia dos posicionamentos adotados na época e nos ajuda a compreender os posicionamentos posteriores dos atores diante do novo território. No processo de disputa, a maioria dos moradores das comunidades de Rumo e Deserto, sobretudo as lideranças, apoiaram o fazendeiro e se posicionaram contra a demanda de Frechal. Figurando no dossiê de defesa do fazendeiro Thomas assinaturas dos moradores dessas comunidades dando-lhe apoio e, em contrapartida, lhe solicitando ajuda de custo e material escolar. Interessante se faz notar que quando perguntado se apoiavam o Thomaz no processo de disputa territorial a resposta foi que era “ele quem lhes dava apoio”, demonstrando a relatividade ou o caráter de mão dupla desta relação, assim como supostos conflitos já existentes entre as três comunidades, sobretudo entre Rumo e Frechal.

Ainda nesta entrevista seu “I” se posiciona dizendo que “nunca existiu conflito de terra em Frechal” e “que 90% dos moradores da área Rumo, Deserto e Frechal trabalhavam com dr. Thomas. Ou ainda, “que Thomas preservava a área, coisa que não existe mais”. Que “na época de Thomas havia jacundá, área fechada, muita madeira, ninguém derrubava nada, a madeira para a construção do casarão veio do Paraná” [referindo-se ao estado do Paraná, sul do Brasil].

Outro morador do povoado de Rumo e membro da associação dos moradores diz que apoiaram Thomaz porque “era uma pessoa boa, tudo o que queriam conseguiam com ele”, ou ainda porque “ele colocou escola, energia elétrica, posto de saúde, doou cadeiras para o colégio e doou até a réplica da santa padroeira do povoado”. Que Thomas os levou, referindo a si próprio e a outras lideranças, “várias vezes a Brasília para lhe concederem apoio”. Que “tinham medo que Frechal ganhasse e ficassem subordinados a Frechal”.

Esta revelação do “medo que Frechal ganhasse e ficassem subordinados a Frechal” nos leva a analisar os motivos pelos quais os moradores dos povoados de Rumo e Deserto se posicionaram do lado do fazendeiro e não dos moradores de Frechal. Mesmo que não tenhamos respostas definitivas a essa questão, algumas suposições foram possíveis. Em primeiro lugar, o povoado de Frechal era o mais antigo, fazendo parte de maneira quase indissociável da história da fazenda e do engenho Frechal, o que lhes conferia certa legitimidade histórica e certo poder tradicional e simbólico. Segundo, que a relação de conflito foi estabelecida diretamente entre o fazendeiro e os moradores de Frechal, visto estes habitarem os arredores da casa grande, ou do casarão, centro do poder colonial da fazenda, constituindo-se em presenças incômodas ao proprietário que via nas imediações de sua residência a sua legitimidade territorial “desafiada”. O mesmo não acontecia com os moradores distantes, como os dos povoados de Rumo e Deserto.

Podemos ainda supor que, para os moradores de Frechal, o fazendeiro era mais “um” entre os muitos proprietários que a fazenda teve e quando este chegou já haviam iniciado um processo de não legitimação dos últimos proprietários. O mesmo não aconteceu com os moradores de Rumo e Deserto, que tiveram parte da aérea do povoado comprada pelo fazendeiro Thomas, que adquiriu com o ato de compra a legitimidade de proprietário, além de figurar perante os moradores como um “empregador por excelência”, visto terem sido as áreas compradas incorporadas à fazenda Frechal, que gerou a atração de novos trabalhadores e, tendo neste caso, possibilitado o estabelecimento de relações de trabalho e de subordinação ao fazendeiro.

Porém, estas explicações não respondem completamente à questão, visto que os povoados Rumo e Deserto já existiam antes da chegada do fazendeiro e sendo

que as interações sociais, entre elas as de animosidade, já estavam presentes entre os três povoados. Foi necessário buscar outras explicações em termos de relações raciais, vivências territoriais e, posteriormente, construções de identidades e gestão territorial sem as quais não podemos compreender o processo de institucionalização da Resex.

Em termos de relações raciais, durante a pesquisa de campo, foi possível perceber algumas atribuições e autodenominações de cor entre as três comunidades. Sendo que no discurso dos moradores em Frechal territorialmente predominam os “pretos”, em Rumo os “cabocos” e em Deserto os “misturados”. Ora, se a relação social dos proprietários da fazenda Frechal foi nos primórdios predominantemente racial, originária ou herdeira de uma economia escravagista, não nos surpreende que, posteriormente, as relações sociais e as territorialidades construídas nestes espaços tenham sido construídas por meio das percepções de cor e das suscetividades que elas engendram.

É comum escutarmos no povoado de Rumo relatos de que “antigamente nas festas de Rumo preto não dançava” ou que “em Mirinzal [sede] só dançava caboco”. Apontando para certa estigmatização e certo preconceito que os “pretos de Frechal” estavam submetidos. Sendo possível encontrar outros elementos distintivos de uma identidade cultural formada a partir das categorias “pretos” e “caboclos”, como por exemplo “aqui nunca existiu quilombo”, presente na fala de alguns moradores de Rumo, ou ainda em outras práticas mais sutis, mas igualmente diacríticas, como “em Rumo as mulheres não pescam, só pescam em Frechal”.

Tendo em conta essas distinções diacríticas, cabe lembrar o fato de que a Resex de Frechal foi concedida em dimensões territoriais que coincidiram com a dimensão da antiga fazenda Frechal, tendo no ato de sua criação englobado e

colocado sob a mesma categoria de “pretos” os três povoados, que como vimos, brevemente, se constituíram de percepções de cor diferenciadas. Isto significou que, por força da lei, os povoados de Frechal, Rumo e Deserto passaram, oficialmente, sob a mesma égide de “quilombolas”. Este fato decepciona os moradores de Frechal e surpreende os moradores de Rumo e Deserto, ao mesmo tempo que instaura novos conflitos diante dos desafios de conviverem juntos, de construir e gerirem um “novo” território, a partir de categorias “exógenas”, tais como “quilombolas”, “extrativistas” ou ainda “populações tradicionais”.

Após a vitória de Frechal, com a ocupação da sede do Ibama e a liberação dos recursos para indenizar o fazendeiro, Thomaz havia saído “virtualmente” do campo de batalhas. É certo que este recorreu na decisão judicial e um de seus funcionários ainda permaneceu no casarão, mas o confronto havia se transferido entre ele [Thomaz Cruz] e o Estado, deixando os moradores da Reserva livres para novos enfrentamentos, reconstruções e apropriações territoriais.

Para os moradores e lideranças do povoado de Frechal que travaram diretamente a disputa territorial com o fazendeiro, tratava-se, agora de desentrosar a área, de estabelecer balizas e, sobretudo, prestar contas com os “traidores”. Posto que, tal como abordamos anteriormente, no processo de disputa com o fazendeiro, os moradores das três comunidades se posicionaram de maneiras diferentes, tendo algumas lideranças dos povoados de Rumo e Deserto ido até Brasília assinarem documentos de apoio ao fazendeiro Thomaz.

De acordo com alguns moradores de Rumo e Deserto, ao retornarem da ocupação da sede do Ibama, os moradores de Frechal passaram a veicular a mensagem de que “agora a terra era dos pretos”. A esse respeito, um casal de informantes me relatou da seguinte maneira: “[...] eles vieram de lá com aquela história

de dizer assim que primeiro caboclo passava por cima de preto e agora preto ia passar por cima de caboclo, uma história que ficou marcado assim para gente foi “que preto ia dar só de chicote em caboclo”<sup>55</sup>.

Essas declarações de alguns moradores de Frechal fizeram com que representantes das associações de moradores dos povoados de Rumo e Deserto fossem até a sede do Ibama, em São Luís, pedir explicações sobre “os novos proprietários das terras”, tal como relatou um dos representantes em entrevista:

fomos lá em São Luís saber dos nossos direitos, saber se a terra era deles e se eles iam colocar a gente daqui e se eles iam “meter taca em caboco”, aquela estória, e aí quando chegamos no Ibama lá eles disseram 'rapaz ainda tem essas duas associações? Nem sabiam! Aí eles falaram que os mesmos direitos que eles tinham nós tínhamos também' (informação verbal).<sup>56</sup>

De fato, nos povoados houve uma interpretação de que a terra era dos pretos de Frechal. Lembrando que a Resex de Frechal foi a única até a presente data atribuída a uma população “remanescente de quilombos” havendo uma referência específica ao Artigo 68, o que provavelmente deu margens às interpretações locais, visto já existirem elementos diacríticos entre os povoados, tal como mencionados há pouco e, como veremos, servirão de base para a criação de um novo processo identitário.

Esse processo de construção identitária, bem como a legitimação de que o território era dos pretos de Frechal foram, de maneira geral, também legitimados nos primeiros anos da gestão da Resex por entidades representativas dos negros do Maranhão, como o Centro de Cultura Negra (CCN), que participaram ativamente como mediadores no processo de disputa territorial, assim como, nos primeiros anos da Resex, por técnicos do CNPT e Ibama, e outras instituições que serão fundadas a

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida pelo casal Jô e Janilce, realizada em 17.05.2011

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Jô, realizada em 17.05.2011.

partir de lideranças de Frechal, como a Aconeruq.

Nos primeiros anos de gestão da Resex, os moradores de Frechal estipularam regras de uso da terra pelas outras comunidades e passaram a cobrar o foro da terra aos que a usavam indiretamente. Fato, como já relatado, que gerou discordâncias motivando alguns moradores de Rumo e Deserto a se dirigirem à sede do Ibama, em São Luís, para solicitar explicações.

A localização do povoado de Frechal próximo ao casarão e às ruínas do antigo engenho, bem como a cor da pele dos moradores, os dotam de recursos simbólicos “capazes de manusear estratégias”, tal como preconizam Crozier e Friedberg (1993), no “plano ofensivo”, para aproveitar oportunidades em vista de melhorar sua situação e, no “plano defensivo”, para manter e ampliar sua margem de liberdade e de sua capacidade de agir.

Nos primeiros anos de gestão territorial da Resex, os recursos advindos de instituições do governo federal eram concentrados no povoado de Frechal, sendo ainda nos dias de hoje possível observar que, entre os três povoados, é o que concentra mais equipamentos públicos, como quadra esportiva, rádio comunitária e eventos diversos sediados no casarão.

O CCN, uma das representações do movimento negro mais atuantes dentro da Resex trabalhou por mais de 15 anos com a comunidade de Frechal desenvolvendo projetos e prestando assessorias, nas pessoas de Magno e Ivan (falecidos), que muito contribuíram no fortalecimento, reafirmação e construção de uma identidade quilombola, porém não desenvolveram o mesmo trabalho com as duas outras comunidades.

Ao abordar essa questão sobre a presença do CCN na comunidade de Frechal e ausência nas outras comunidades ainda nos dias de hoje, Mauricio Paixão, uma das

novas lideranças do CCN, me confirmou o fato de que o a instituição no passado considerava “pretos só os de Frechal”, que por isso o CCN não desenvolveu um trabalho junto às três comunidades e que mesmo após terem se dado conta desta ausência, “nunca conseguiram quebrar a barreira e deslocar as atividades para os outros povoados” (informação verbal).<sup>57</sup>

Na comunidade de Rumo é comum ouvirmos relatos de que “Frechal sempre tirou proveito”, que “tiram mais vantagens do que nós”, referindo-se a Resex ou que “monopolizam os eventos no casarão”. Todas essas questões passaram a serem reavaliadas com os novos técnicos do ICMBio em 2007, que ao chegarem na Resex, após tantos anos de gestão do CNPT e Ibama, em parcerias com o CCN e a Aconeruq, encontraram resistências na gestão da Resex “que na visão do novo instituto não poderia se reduzir ao quilombo de Frechal” tal como relatou Karina, chefe da reserva em 2011.

Em pesquisa de campo, realizada em maio de 2011, fui (re)introduzida na Resex por meio da referida técnica do ICMBio, à época, gestora da Resex, que enfrentava dificuldades de gestão devido à resistência que algumas lideranças de Frechal faziam a sua pessoa. Esta, me relatou, que um dos fatores da resistência que enfrentava vinha do fato de ser “branca”, algo que algumas lideranças de Frechal tinham dificuldades em aceitar, tendo sido manifestado a ela este fato, que “achavam inadmissível, visto terem rompido as relações de subordinação com os brancos no passado, sobretudo, após a conquista da Resex”<sup>58</sup>.

Outro fator de resistência, segundo a mesma, se dava ao fato de que esta vinha desenvolvendo um trabalho de aproximação das três comunidades e o que a mesma

---

<sup>57</sup> Mauricio Paixão, em entrevista concedida em 05.2011.

<sup>58</sup> Em conversa informal estabelecida com Karina em 05.2011.

denominou de “desempoderamento de Frechal”, visando o equilíbrio participativo das três comunidades na gestão territorial da Resex, fato não também não aceito pelas lideranças de Frechal que resistiam a essas mudanças e, segundo esta, “boicotando atividades e não legitimando a sua gestão”.<sup>59</sup>

No início, minha “(re)introdução” em Frechal através da técnica do ICMBio foi aceita com certa desconfiança por parte de alguns moradores de Frechal que associavam minha presença na Resex aos técnicos do ICMBio. Para a desconstrução desse “mal-entendido” e para a minha autonomia no campo de pesquisa foi de valiosa importância o álbum de fotos de 1997, que levei comigo e que me ajudou no restabelecimento dos contatos com algumas lideranças antigas da comunidade visto algumas figurarem no álbum de fotos, tendo eu sido, uma vez, apresentada como uma “veterana” na Resex, episódio que me proporcionou certa credibilidade junto aos mais jovens.

Oficialmente minha apresentação à comunidade foi feita em uma reunião que ocorreu na noite de 13.05.2011 na pequena igreja católica do povoado de Frechal, a convite da presidente da associação da Resex. A reunião foi aberta com um canto religioso e por leituras de passagens bíblicas e teve como pauta esclarecimentos sobre o que consistia um conselho deliberativo, abordados por Ivo Fonseca e Mauricio Paixão, ambas lideranças da Aconerug e do CCN.

Nesta reunião, alguns moradores de Frechal manifestaram aos presentes o descontentamento em relação a modalidade Resex e a gestão do ICMBio, na figura da atual chefe da Resex, vista por estes como uma “interventora de fora e não aliada de Frechal”. Também foram manifestados impasses sobre decisões a tomar, se continuavam como uma Resex ou demandavam a titulação definitiva da terra, que

---

<sup>59</sup> Idem.

segundo Ivo Fonseca, era “desejo de todos”.

Na ocasião Ivo Fonseca expôs a questão argumentando que o nascimento do conselho deliberativo poderia enfraquecer a comunidade de Frechal, exigindo desta, novas táticas e estratégias de enfrentamento como a demanda pela titulação definitiva das terras. O que, em outras palavras, representaria sair da categoria Resex e passar à categoria “quilombo” algo que, segundo o mesmo, sempre almejavam. No discurso de Ivo, as comunidades de Rumo e Deserto foram abordadas como “um problema a resolver”, caso solicitassem a titulação definitiva, pois ou dividiam a terra ou incorporariam as outras comunidades como “quilombolas”.

Nesta reunião houve a predominância das novas lideranças da Resex, com exceção do seu Bié, que na ocasião reforçou o discurso de Ivo, perguntando aos presentes: “lutamos tanto para agora deixar outros representantes se apropriarem?” Referindo-se as demais representações que irão compor o Conselho Deliberativo e a perda de uma centralidade de Frechal nas decisões. No mesmo discurso seu Bié manifestou que “os técnicos do ICMBio enfraqueceram a comunidade” e que atualmente “nada podiam fazer em relação ao indiretos e invasões da Resex”.

Em vista de aprofundar essa questão, da possibilidade de deixar de ser Resex e solicitar o título definitivo da terra e, com isto, entrar para a categoria oficial de terras de quilombos, realizei uma entrevista com Ivo Fonseca, em 23.11.2011, que se mostrou salutar por vários motivos, entre eles o da compreensão do instrumento Resex associado à preservação e da referência à dívida que, segundo o mesmo, o Estado brasileiro tem com a população negra, sendo a demanda um título de garantia de direitos, como faz referência, no trecho a seguir :

Gercilene – Quanto a essa questão da titulação definitiva, o que fez com que vocês pensassem na possibilidade de deixar de ser reserva extrativista?

Ivo – Não, reserva ela é. reserva extrativista é determinada por uma lei que o Chico Mendes trabalhou, hoje, uma das primeiras (07:20”), mas nós já

trabalhávamos a preservação há muito tempo, nossos pais já trabalhavam a preservação. Aquilo ali que tu olhaste não era assim, tudo era preservado. Matas e rios, muita preservação. Aquele sitio era (07:42”), atrás daquela casa grande era uma mata virgem, naquela parte lá nós sempre preservamos, não é a Reserva que vai fazer nós preservarmos. Não foi o IBAMA que fez nós preservarmos, o IBAMA sempre foi contra o nosso projeto de desapropriação da área 60. Sempre foi contra. Hoje é que... o IBAMA começou a entender que nós tínhamos uma política ambiental, nós do nosso modo, entendeu? Porque depois o IBAMA foi, depois o Centro Nacional, o ICMBio chegou agora, mas tu podes observar lá, eles passam quatro, cinco dias sem ir lá.

Gercilene – Humm

Ivo – Tem área lá... eles nem conhecem a reserva, não sabem os quatro cantos, não andam por dentro da reserva. Então, para nós não é o tem Reserva que vai... o problema nosso é a garantia de direitos. Porque hoje o Estado nos deve, o Estado nos deve, entendeu? O Estado tem que pagar o que deve. E eu estou sabendo desses direitos e eu vou passar para o meu filho. Se nós fomos escravos há quinhentos anos nesse país, nós nunca esquecemos. Cada dia que passa a gente sabe de coisa, então nós temos direitos nesse país. É pelos direitos, não é pela questão do meio ambiente. A nossa (09:15”) não é mais nada, é pelo débito que o país nos deve. E tem que pagar. E um dos pagamentos é entregar um local onde nascemos e nos criamos, onde nos reproduzimos, onde nós vivemos e fizemos o trabalho associado à nossa comunidade. A Reserva, nisso aí nós sempre viveremos, o estado tem que entregar. É mais uma garantia de direito.

Gercilene – E qual é a expectativa, por exemplo, de mudança assim, de sair da modalidade “reserva extrativista” para quilombo.

Ivo – Quilombo já é, não tem...

Gercilene – Mas para ter essa titulação definitiva...

Ivo – A titulação tem que ser definitiva. É uma garantia de direito, porque o Estado brasileiro, ele tem suas fragilidades nas leis. Talvez nós com o título na mão ainda teremos problemas com o Estado. Porque as leis do Estado, elas são... elas não são muito seguras, né. Agora na nova Constituição do país democrática jurídica a coisa começou a dar outro falar. Na reserva a terra é da União.

Gercilene – É isso que incomoda mais?

Ivo – É...

Gercilene- Que continue sendo da União?

Ivo – E incomoda por duas razões... pela forma dos gestores que vão. Por exemplo a... eu tenho aqui o nome, a Karina, ela não se posiciona como nós somos da propriedade. E ela diz nas reuniões e isso desestimula a comunidade.

Gercilene – Hum.

Ivo – A forma como ela se coloca, entendeu? Já os outros gestores da Reserva tinham mais... é o que eu te falei, você quando trabalha com o ser humano precisa de saber como é que fala. Isso desestimula a comunidade, a comunidade precisa, tem o direito e você chega ali e “não, não tem, não é”. Aí eu disse para ela “olha, Karina, essa palavra que tu usas que a terra é do Estado, você está usando o termo errado. Quem é o Estado? O Estado é um grupo de pessoas que moram naquele território. Nós fazemos parte do Estado, então nós somos o Estado. Então essa parte que nós estamos aqui,

---

<sup>60</sup> Refere-se a ao posicionamento de um técnico do Ibama que durante o processo judicial disse não considerar a área com características para a implantação de uma Resex.

nós somos nós (11:55”) então, nós somos parte do Estado que administra uma parte do Estado que somos nós mesmos, essa é que é a diferença. Só que para a lei não, a lei é o seguinte: o Estado, conjuntura política está aí, entendeu? Tanto nós podemos correr o risco (12:17”) como pode correr o risco de Reserva. Mas (12:19”) definitivo está mais segura. Como a Reserva, ela (12:25”) oficialmente da União então, a União pode determinar qualquer coisa. Muda a conjuntura política “ A política ambiental, assim e tal, isso não vai acontecer e tal”, mas a gente não sabe. Um erro político do... do nosso governante maior na conjuntura política da... da... do partido (12:45”) governo, se acontece, vamos supor, que acontece um erro lá, cassam a Presidenta, aí vira (12:53”) Tribunal de Conta do país, quebra a Constituição. Muitos direitos nosso voltam à estaca zero, nesses país, não acontece, nesses países? “Não, vai entrar, a ONU chega para respeitar, porque tem acordo internacionais que são respeitados e tal”, mas isso é um Deus nos acuda, isso pode, entendeu? Pode... É isso... causa certo desconforto e tal (13:25”)

Gercilene – Mais é nessa questão mesmo de assegurar esse direito, fazer valer esse direito de...

Ivo – Fazer valer esse direito, fazer valer esse direito (informação verbal).<sup>61</sup>

O que está por trás da ação de Ivo? Como interpretar esta ação do ponto de vista das estratégias? Por que deixar de ser Resex implica numa nova estratégia a adotar?

Faz-se importante observar que a história de construção da identidade diferencial, portanto, de uma identidade quilombola se deu com base num processo de construção da diferença, de uma singularidade com base em percepções de cor e de um passado histórico. Ora, estar sob a égide de uma Resex onde todos são considerados “extrativistas” ou “quilombolas” sem que haja distinções formais ou reconhecimento da singularidade reivindicada por Frechal, faz com que este estatuto, essas atribuições sejam inadmissíveis para uma população que se vê e quer ser vista a partir de sua singularidade.

Quando perguntado a Ivo como ele se autodenomina, ele responde “eu sou um quilombola de Frechal”, então, observem que ser “um quilombola de Frechal” não é ser “um quilombola de qualquer outro lugar” ou um “extrativista”, mas um quilombola de um lugar preciso, que tem uma história e uma luta e esse lugar é um quilombo e

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Ivo, em 23.11.2011.

se chama Frechal. E esse reconhecimento, apesar de figurar no decreto de criação da Resex, onde está escrito “respeitando o Artigo 68”, não foi, plenamente, alcançado com o instrumento Resex.

### **3.4 A questão dos “indiretos” e o poder local**

A questão dos indiretos por si só daria nascimento a outra tese e precisa ser aprofundada. No entanto, não poderíamos deixar de fora, visto que suas relações com a Resex são primordiais para a compreensão da gestão territorial da Resex, de seu processo de recomposição territorial e, da construção de sua fronteira étnica.

A disputa entre as três comunidades, a centralidade nas decisões que durante anos exerceu Frechal, alcança projeções fora dos limites da reserva ao tocar diretamente a questão dos “indiretos” e das relações estabelecidas com o poder local e divide opiniões sobre o uso e o cultivo das terras da Resex pelos chamados usuários “indiretos”.

Os usuários “indiretos” são famílias que habitavam a área da fazenda Frechal e trabalhavam como agricultores. Após a aquisição da propriedade por Thomaz Cruz, este iniciou um processo de “expulsão” dos “posseiros” de sua propriedade, algumas famílias cederam às pressões e saíram do local para morar numa área que faz limite com a reserva que se constituiu, posteriormente em um bairro do município de Mirinzal, chamado bairro do Tungo.

Estas famílias escolheram esse lugar para morar em função de continuarem a roçar, plantar, trabalhar na antiga propriedade do fazendeiro. Após a criação da Resex estas famílias passaram a ser impedidas de entrar, o que ocasionou atritos, visto que continuam a roçar, plantar e mesmo criar bovinos na área da reserva.

Nos primeiros anos de gestão da Resex, os moradores de Frechal permitiam a

permanência dos indiretos via pagamento de foro pelo uso da terra. Assim, os indiretos eram cadastrados e fiscalizados pelos moradores da comunidade de Frechal, fato posteriormente não admitido por gestores e fiscais do ICMBio.

A intervenção do ICMBio na questão dos indiretos gerou desgastes na relação entre técnicos e moradores da comunidade de Frechal que se dizem “enfraquecidos” após essas ingerências. O pagamento do foro foi suspenso e os indiretos não foram retirados da área, visto a não adesão total dos moradores da Resex que possuem parentes, em maioria das comunidades de Rumo e Deserto.

Após o episódio da suspensão do pagamento do foro, os indiretos se organizaram em associações. Uma delas, Associação Grupo dos Moradores do Tungo, aceitou um acordo de não invadir a área da reserva em troca de uma cesta básica concedida trimestralmente pelo INCRA. A outra associação foi criada em função de várias famílias não concordarem com esse acordo e estas continuam invadindo a área e tem demandado dos sindicatos e do governo federal uma solução para este caso. Alguns se dizem terem nascidos em na Resex e reivindicam os mesmos direitos de usuários diretos e desejando fazer parte da reserva.

As relações com o entorno é uma das questões cruciais para a gestão do território da Resex. A questão dos “indiretos” divide opiniões e já desencadeou dissidências no Sindicato Rural resultando na criação do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), com a participação de lideranças da comunidade de Rumo e cuja maioria dos associados são “indiretos”. O Sintraf foi fundado em 2005 e, em 2011, contava com 4.800 sócios.

Entre trechos de relatos colhidos durante pesquisa de campo figuram alguns como : “eles não vão dar conta dos indiretos, tem parente que usa a reserva como indireto, eles precisam, foram nascidos e criados la” [Anilce, comunidade Rumo em

18.05.2011] ou “Tomás foi expulsando os negros queria fazer fazenda de plantação de pimenta-do-reino e se não saísse, mandava capanga armado” como disse D. Rosaria, moradoradora do bairro do Tungo em 19.05.2011, completando com “em Frechal não era lugar de escravo, depois que ganharam a terra disseram ‘agora a terra é de preto’, a relação nunca foi boa, de 1992 até agora foi uma briga”. Eles diziam: “Nós é que somos pretos vocês correram com medo de bala para Mirinzal, procure lugar para vocês, nós já temos nossa mãe terra vocês fugiram de lá”. Ou ainda: “Doutora Kátia dizia ‘eu estou aqui porque o Ibama me manda porque o Ibama trabalhar para Frechal, o Ibama me manda o Ibama é de Frechal” trechos de entrevista com D. Rosaria em 19.05.2011.

A esse respeito Dona Rosária escreveu uma carta para o presidente Lula e para o Ministro no Meio Ambiente relatando a situação dos Indiretos. Segundo a mesma é comum a denuncia de infrações por parte dos indiretos, “Paulo Afonso (Técnico do ICMBio) pediu visita e veio com a ‘cabeça feita’ veio junto com o pessoal do Ibama mais dois policiais que ficaram armados na porta, as irregularidades que encontrou foi de Frechal, então são três comunidades e a mais problemática lá é Frechal”.

De acordo com José da Missão 52 anos, Presidente da primeira Associação dos moradores do bairro do Tungo:

em 1992 se tornou reserva e piorou muito mais, pois a reserva tem um manual de instruções a seguir”. “Houve um cadastro com 305 indiretos contra mais ou menos 200 diretos”. “Um cunhado derrubou uma árvore, quase foi preso, foi chamado em Pinheiro, a direção em Pinheiro avisou para que saísse de lá”. “Foi criada a reserva, mas quem mantinha contato direto foi Frechal, nós não sabíamos de nada, ano passado um pessoal aqui no bairro se juntou para invadir a reserva para tirar terrenos para fazer casas, mês de fevereiro mais ou menos, tem pai de família morando na beira de casa, quiseram invadir, estavam incorretos, o Ibama veio, passaram seis viaturas do Ibama não saiu ninguém ferido, mas humilharam estava todo mundo armado foram todos tirados de lá” (informação verbal)<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por José da Missão em 19/05/2011.

A situação dos indiretos é complexa, pois implica questões da gestão do território e da ligação da Resex com o município e com o seu em torno. A questão dos indiretos também está ligada às configurações do poder local. A luta de Frechal tomou proporções que vão além da questão dos indiretos, que é uma questão importante para se pensar os posicionamentos estratégicos em relação ao município, visto ser a agricultura a atividade principal. De modo geral, podemos dizer que a Resex, sua presença física e as lideranças políticas, contam na dinâmica das relações políticas do município, seja por meio de instituições como os sindicatos, seja por meio da prefeitura local.

Após a conquista e a implementação da Resex, as lideranças de Frechal passaram a ocupar estrategicamente as direções do Sindicato Rural, como o exemplo de seu Inácio, que passou 16 anos ocupando postos de direção. Posteriormente, postos foram ocupados por lideranças de Frechal e Deserto. Na dinâmica das relações entre as três comunidades, relacionada as suas relações de poder nas posições que ocupam dentro e fora da Resex, lideranças da comunidade de Rumo optaram pela estratégia de fundarem um outro sindicato, o SINTRAF, que faz oposição ao sindicato rural e apoia os “trabalhadores indiretos” que usam a área da Resex. Isso mostra como o conflito é a dinâmica das relações por excelência dos atores que participam da gestão territorial Resex, dentro e fora dos limites da reserva.

Nesse sentido recupero Little (2002, p. 35), quando menciona:

outro passo na análise dos atores sociais é a descrição das suas distintas cotas de poder. No mapeamento dessas cotas, é preciso incluir os poderes formais e informais. Em muitos casos, o exercício do poder não acontece em arenas formais, obrigando o pesquisador de descobrir os jogos ocultos de poder, seja nos arquivos oficiais do Estado, como ocorre nos casos de grilagem de terras, seja na escuridão da noite num acampamento rural, como em casos de jagunços que estão matando pessoas. O mapeamento das interações políticas ajuda o pesquisador entender dinâmica própria de cada conflito. Um conflito pode vacilar durante anos entre estágios latente e

manifesto: pode haver momentos em que o conflito fica muito “quente” e depois perder sua visibilidade, para posteriormente “esquentar” de novo. Assim, o entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa. Também deve analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução, com o entendimento que podem haver várias maneiras de resolução.

Neste sentido, partimos do princípio do conflito como relação, como interação, como uma característica estrutural das relações humanas, de todas as relações humanas, tal como também analisada por Elias (2005) para quem o conflito é um elemento estruturante das relações sociais e, portanto, também, uma forma de interação social. Indo na mesma linha de Simmel para quem o conflito é constituinte de sociabilidades, onde mesmo a “desassociação”, não passa de uma das formas elementares de sociabilidade.

Cabe ainda ressaltar que no caso da Resex de Frechal as relações de conflitantes entre as três comunidades podem ser, também, analisadas como necessidades de equilíbrio, tal como formulado por Coser (1996, p. 122), que diz sempre que um analista depara com o que parece ser um equilíbrio temporário, deveria prestar atenção às forças conflitantes que levaram ao seu estabelecimento, antes que qualquer coisa. E, inversamente, o analista deveria ser sensível à probabilidade de que onde existe conflito e divisão haverá também forças pressionando para o estabelecimento de novos tipos de equilíbrio.

## A RESEX MARINHA DE CURURUPU

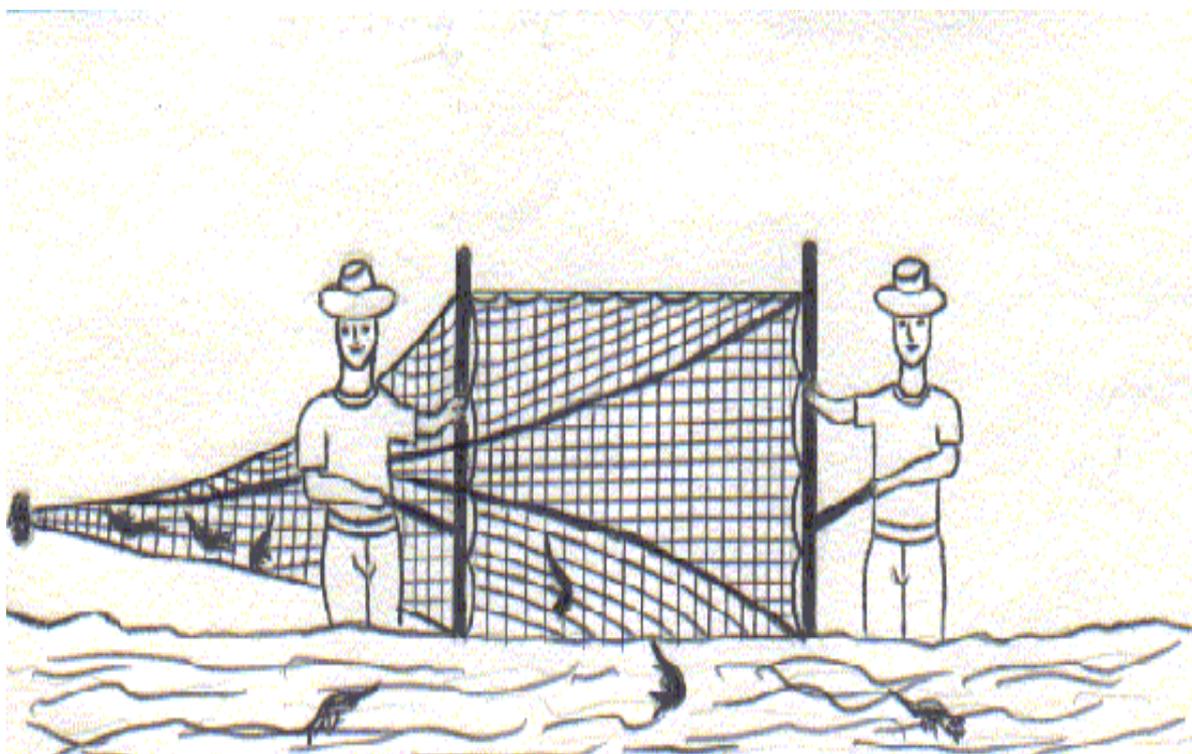


Ilustração: Gilmax Azevedo Ferreira (1998)

## CAPÍTULO 4 - CURURUPU, RESEX DE ILHAS E DA MOBILIDADE

**A** Reserva Extrativista Marinha de Cururupu com uma área de 185.046 hectares é, até a presente data, a maior reserva extrativista marinha do Brasil e abrange 5% dos manguezais brasileiros. Foi criada por meio de decreto presidencial, em 02 de junho de 2004 e localiza-se nos Municípios de Cururupu e Serrano no estado do Maranhão, numa área que oficialmente faz parte da Amazônia Legal.

A Resex localiza-se a 53 km da sede de Cururupu, município sede de referência e faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses, representando 10% dessa APA<sup>63</sup>. A reserva está incluída na Lista das Zonas Úmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar)<sup>64</sup>, fazendo também parte da Rede Hemisférica das Aves Limícolas, devido estar localizada em uma área considerada de extrema importância para pouso e alimentação de aves migratórias provenientes do litoral leste dos Estados Unidos, dentro de uma rota que vai da região do Alasca à região da Patagônia<sup>65</sup>.

A reserva abrange um arquipélago de aproximadamente 15 ilhas, denominado “Arquipélago de Maiaú” e engloba as zonas costeiras dos municípios de Cururupu, em 94,25%; Serrano do Maranhão, em 5,75%; e Apicum-Açu, em 0,58 %. Das 15 ilhas

---

<sup>63</sup> Totalizando uma área de 2.680.911, a APA das Reentrâncias Maranhenses é considerada a maior área contígua de manguezais do mundo. Foi criada pelo Decreto Estadual nº 11.901, de 11.06.1991 e está situada no litoral ocidental do estado do Maranhão, entre a embocadura da Baía de São Marcos, em Alcântara, até a foz do rio Gurupi, fronteira com o estado do Pará. Abrange os municípios de: Alcântara, Bacuri, Bequimão, Cândido Mendes, Carutapera, Cedral, Cururupu, Godofredo Viana, Guimarães, Luís Domingues, Mirinzal e Turiaçu.

<sup>64</sup> O Brasil aprovou o texto da Convenção de Ramsar em 1993, designando cinco zonas a serem incluídas na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional: Ilha do Bananal (TO), Lagoa do Peixe (RS), Mamirauá (AM), Pantanal Mato-Grossense (MT) e Reentrâncias Maranhenses (MA), totalizando 45.366.230 km<sup>2</sup> da área do país.

<sup>65</sup> Na Costa Amazônica três sítios são considerados de excepcional importância internacional e de alta prioridade para a conservação de aves migratórias: Cururupu (MA), Vizeu (PA) e Maracanã (PA). Dentre esses sítios, de acordo com Rodrigues (2007), a região costeira de Cururupu apresenta a maior concentração de aves (40%), apontada como uma importante área de pouso e alimentação para aves que se deslocam na zona costeira das Américas do Norte, Central e do Sul.

aproximadamente 13 são habitadas<sup>66</sup>. Estas ilhas possuem características de florestas de mangues, intercaladas por bancos arenosos, restinga, mata ciliar e águas circundantes, onde a pesca artesanal se destaca como principal atividade econômica dos moradores, praticada por 51,69% da população<sup>67</sup> e cuja produção é destinada a consumo local (ilhas e municípios próximos) e para outras cidades, sobretudo, São Luís (MA) e Belém (PA).

A maioria das comunidades da Resex são equipadas com escolas, postos de saúde com um auxiliar de enfermagem, telefones públicos e energia elétrica movida a gerador a diesel, que funciona das 18h às 22h. A partir de 2008 foi implantado na ilha de Lençóis um projeto piloto de energia eólica/solar executado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e financiado pelo Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME).

As casas são, em sua maioria, construídas de vegetação do mangue e cobertas com folhas secas da palmeira do babaçu (*Orbignya Phalerata - Palmae*), havendo também a presença de casas de alvenaria, sobretudo em ilhas como Guajerutiua e Peru, que vivenciaram uma relativa prosperidade nos anos de 1970 em função da grande produção de pescado. Nas demais ilhas, após a criação da Resex, observa-se uma substituição paulatina das casas construídas de vegetação do mangue por construções de alvenaria, financiadas a partir de programas de habitação do governo federal brasileiro. Por ser de alto custo, as casas de alvenaria são vistas como sinônimos de prestígio e *status* social elevado. O material para a construção vem de fora da região de ilhas e, em geral, são de propriedade dos comerciantes locais ou de

---

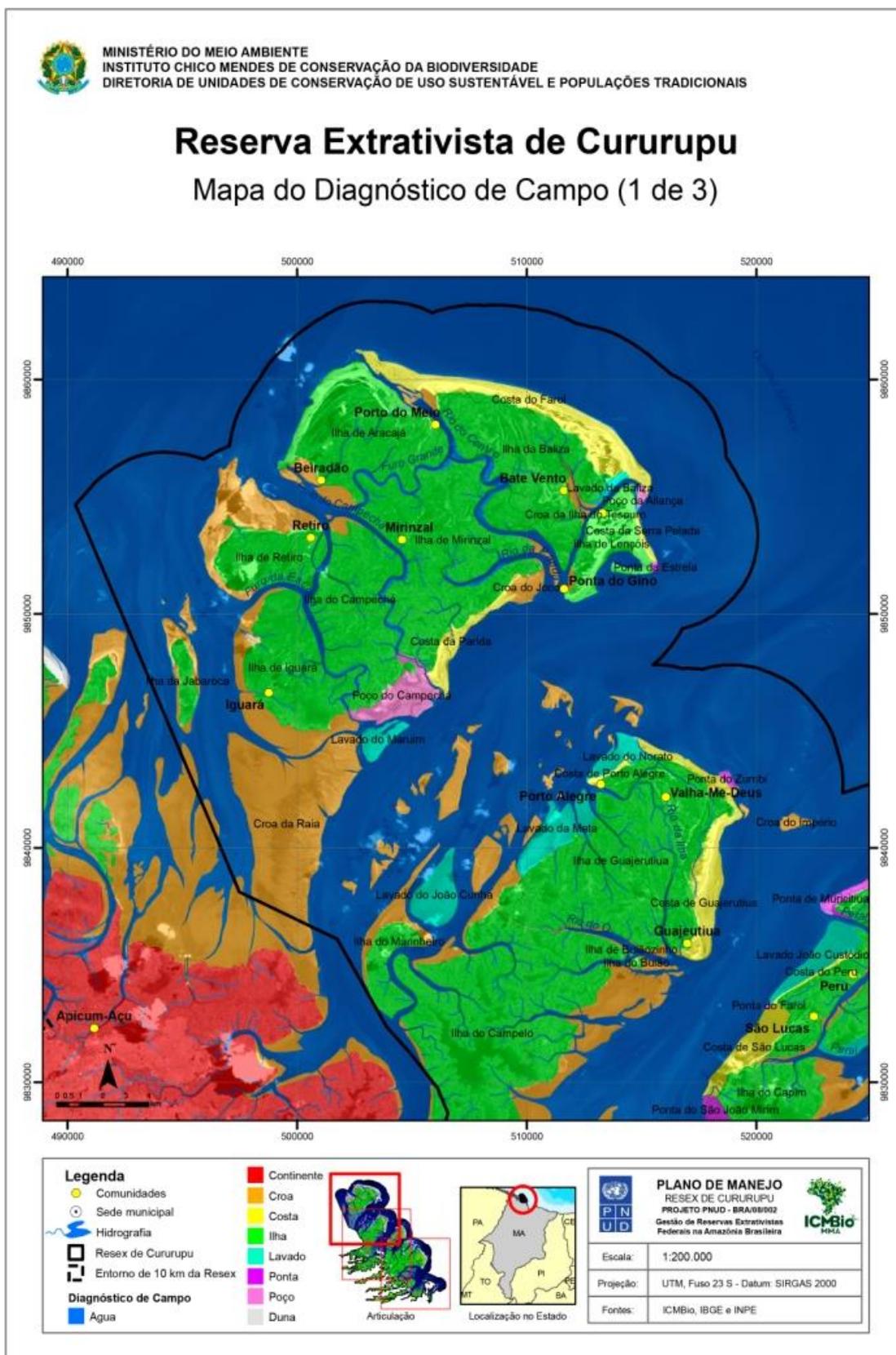
<sup>66</sup> Mangunça, Caçacueira, Peru, São Lucas, Ponta Seca, Valha-Me-Deus, Guajerutiua, Lençóis, Bate-Vento, Retiro, Porto do meio, Mirinzal e Iguará.

<sup>67</sup> De acordo com Laudo Socioeconômico do CNPT/IBAMA/2002, a população foi estimada em 5.165 habitantes. Em cadastro realizado no ano de 2010 pelo ICMBio a Resex abrigava 3.688 habitantes.

pescadores que possuem seus próprios meios de produção.

A dieta alimentar dos moradores da Resex compõe-se basicamente de peixe, camarão e farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), sendo esta importada de municípios próximos, como Cururupu, Apicum-Açu e Mirinzal. A predominância dos terrenos arenosos faz com que a prática de agricultura seja praticamente inexistente na reserva, com exceção do povoado de Mirinzal (não confundir com o município homônimo) e Mangunça, que esporadicamente possuem plantações de mandioca. Localmente, o camarão possui um custo mais alto para ser consumido na dieta alimentar e é o pescado de mais alto valor agregado destinando-se mais à exportação. A criação de caprinos ocorre em algumas ilhas como Guajerutua, Valha-me-Deus, Mangunça e Lençóis, havendo também a criação de suínos em menor quantidade para o consumo local.

Mapa 9 – Resex de Cururupu



Fonte: ICMBio (2009)

Quanto à origem do povoamento e procedência da população que habita as ilhas, dados levantados para a minha pesquisa de mestrado, realizada entre 1998 e 2000, apontaram o final do século XIX e o início do século XX como o período de chegada das primeiras famílias ao arquipélago<sup>68</sup>. Uma dessas famílias, refugiada da seca de 1877, no estado do Ceará, migrou para a localidade de Jacarequara, no município de Cedral e, posteriormente, para as ilhas do litoral, fundando inicialmente o povoado de Cajual dos Pereiras e posteriormente os povoados da praia de Peru, em 1903<sup>69</sup>. Entrevistei um membro dessa família no ano de 2000, o Sr. Dodô Cunha, à época com 85 anos, falecido no mesmo ano e que me relatou que membros de sua família haviam se mudado para o povoado de Gaujerutiua, em 1916. Seu sobrinho, Calcionor Pereira da Cunha, registra no livro “Gajerutiua – Compendio Geográfico e Cultural (2000), que o povoado nesta época contava com 46 casas e alguns ranchos de pescadores.

O povoamento dessas ilhas por nordestinos provenientes do estado do Ceará faz parte de um movimento maior da grande leva de refugiados da seca que rumou no sentido norte e que tinham o estado do Maranhão como passagem e portal de acesso à Amazônia, atraídos pela economia extrativa da borracha. De acordo Barbosa (2011), em 1878, desembarcaram nos portos do Ceará 15 mil retirantes tendo como destino as províncias do Norte. Neste mesmo, a cidade de São Luís recebeu mais 10 mil retirantes cearenses, dados que não incluem os retirantes que fizeram esse trajeto a pé.

A presença de cearenses na Costa Amazônica, em comunidades de

---

<sup>68</sup> Refiro-me ao povoamento atual, pois a região do litoral do estado do Maranhão foi primordialmente habitada pelos índios Tupinambá, entre outros.

<sup>69</sup> Referência a esse processo migratório pode ser encontrada em literatura local, escrito por Calcionor Pereira da Cunha, nascido na ilha de em 1943 que conta a história de uma das primeiras famílias que se estabeleceram no arquipélago, no livro “Reminiscência de uma vida a dois”, sem data de publicação.

pescadores com feições muito próximas as encontradas nos povoados da Resex foram também identificadas por Maneschy (1995) em Ajuruteua/Bragança (PA), tendo as famílias chegado entre os anos de 1913 e 1915, originárias do município de Sobral, no estado do Ceará. Barbosa (2011) também faz referência a um cearense que migrou por volta de 1879 para o município de Cururupu e que tinha como objetivo chegar a Vizeu (PA), o que nos faz pensar num processo de migração contínua de nordestinos na Costa Amazônica, sobretudo nos litorais dos estados do Maranhão e do Pará.

Nos dias atuais a mobilidade dessa população possui outras características, como o fenômeno de êxodo das ilhas da Resex que vem acontecendo há alguns anos. Em 1998 visitei um bairro na sede do município de Cururupu composto por migrantes provenientes da região de ilhas e durante uma pesquisa de campo, realizada em maio de 2011, fiquei alojada por quatro dias entre uma família proveniente das ilhas de Cajual dos Pereiras e Guajerutiua e pude contatar outros parentes desta família compostas por casamentos de membros provenientes de outras ilhas da Resex. Durante o ano de 2010, em pesquisa de campo realizada no mês de novembro, o padre responsável pela Paróquia de Cururupu me informou que naquele ano já haviam saído 8 famílias somente da comunidade de Peru, que migravam para a sede do município em busca de escola para os filhos e acesso a tratamentos médicos nos postos públicos de saúde.

O fenômeno da emigração das ilhas da Resex também ocorre para a sede de Apicum-Açu, neste caso são os moradores provenientes das ilhas localizadas ao norte da reserva, como Lençóis e Guará que têm como referência para suas atividades econômicas este município, que faz fronteira a leste com o município de Cururupu e foi criado em 1994, desmembrado do município de Bacuri. Possui um porto pesqueiro dinâmico que vem suplantando o porto de Cururupu. A produção de pescado

produzido na reserva extrativista é majoritariamente destinada ao porto desse município, diferente dos anos de 1998 a 2000 quando o porto de Cururupu era o mais dinâmico.

Em pesquisa de campo realizada na sede de Apicum-Açu, em junho de 2011, visitei ruas habitadas integralmente por moradores da ilha de Lençóis e ilha de Guará nos bairros denominados Nambu e Tabatinga, assim como na rua Joaquim Amado. Durante minha estadia na sede do município realizei entrevista com uma professora do município de Apicum-Açu que relativo a esse assunto me respondeu que a Escola Municipal Candido Reis Costa possui 45% de seus alunos provenientes das ilhas da Resex<sup>70</sup>.

Com base em minha experiência de pesquisa de campo nas ilhas da reserva, realizadas a partir de 1998, creio que a questão da redução do número de famílias e moradores da Resex que habitam o arquipélago, bem como o despovoamento de algumas ilhas é um fenômeno que já acontece há algumas décadas e incide em aspectos da mobilidade da população, que por sua vez remonta a sua trajetória. Essa mobilidade pode ser dar em caráter interno, dentro do Resex ou se dirigindo externamente, como vem acontecendo.

De modo geral, essa mobilidade pode ser classificada em migrações sazonais, forçadas ou voluntárias. As migrações sazonais são decorrentes do uso e exploração dos recursos naturais, sobretudo em decorrência das atividades de pesca de peixes e crustáceos. Neste período, pescadores ou famílias de pescadores se deslocam em direção a outras ilhas da reserva, croas ou pontas de areia para a atividade de captura e conservação (salga) do pescado, sobretudo camarão, que acontecem com maior

---

<sup>70</sup> Fonte: Professora Eritânia Pereira, entrevista concedida em 24.05.2011 juntamente com mais dois professores da Rede Municipal de Ensino do Município de Apicum-Açu.

frequência durante alguns meses do ano. Durante esse período de produção, localmente chamado de “salga” ou período das “águas”, algumas ilhas da reserva são habitadas temporariamente, sendo após abandonadas.

As migrações forçadas são feitas em função do processo de transformação ou desaparecimento natural (e em certa medida antrópica) de algumas ilhas em decorrência do deslocamento das dunas que aterram os manguezais e as áreas habitadas. Ou ainda agravadas pelo avanço do mar, como ocorrido na praia de Cajual dos Pereiras, que foi povoada no início do século XX, conheceu entre os anos de 1971 a 1981 um forte êxodo, quando a população imigrou para outras ilhas e sedes dos municípios próximos, tendo sido completamente abandonada por moradores no ano de 1997<sup>71</sup>.

Essas migrações forçadas somam-se as migrações voluntárias, que ocorrem quando a decisão de deslocamento se dá por vontade própria ou necessidade motivada por busca de melhores condições de vida, serviços públicos e acesso aos equipamentos urbanos nas sedes dos municípios próximos, que vem configurando a feição atual das migrações realizadas por moradores da Resex que têm se dirigido, majoritariamente, aos municípios de Cururupu e Apicum-Açu, como relatado acima.

A diferença nos dados relativos à população residente na Resex, encontrados nos documentos do CNPT/IBAMA/2000 e os cadastrados recentemente pelo ICMBio, nos mostra que o processo de criação da reserva não alterou o fenômeno migração ou êxodo das ilhas. Esse fato tem gerado uma divergência de informações nos documentos do ICMBio quanto ao número de ilhas e comunidades que compõem a reserva.

---

<sup>71</sup> Conforme atestam entrevistas realizadas com moradores provenientes dessa praia, hoje residentes nas sedes dos municípios de Apicum-Açu e Cururupu.

De acordo com o Laudo Socioeconômico realizado para a criação da reserva, elaborado CNPT/IBAMA, no ano de 2002, a reserva abrangia 15 ilhas e possuía uma população de 5.165 habitantes, distribuídos em 1.222 famílias. Em cadastro realizado no ano de 2010 pelo ICMBIO a reserva abriga 3.688 moradores distribuídos em 1.173 famílias, distribuídas em aproximadamente 13 ilhas<sup>72</sup>.

Essa questão veio à tona durante o encontro sobre Ecoturismo de Base Comunitária, realizado em São Luís de 29.11 a 02.12.2011. No dia 01.12 durante a discussão “Diagnóstico de Ecoturismo de Base Comunitária na Ilha de Lençóis, Resex Cururupu”, após exposição dos gestores da reserva e analista ambiental do CNPT, a divergência de dados foi motivo de uma das intervenções da ex-gestora da Reserva que a respeito da redução no número de residentes se pronunciou nos seguintes termos:

e aí eu queria perguntar para Marcelo [gestor da unidade] se no processo de validação que a gente ajudou a construir, desde o questionário do CNPT até a oficina que capacitou os moradores para aplicar os questionários e depois a gente não conseguiu mais acompanhar [refere-se a mudança da gestão do CNPT para o ICMBio] se nesse processo de validação foi avaliada essa redução que me parece drástica, porque esse dado é de 2004 essas duas mil e tantas famílias e você tem uma redução para mil e tantas famílias em 2010, é isso, Marcelo? E se isso foi avaliado. E aí eu trago uma fala do Lailson [morador da ilha de Lençóis] hoje comigo que dizia assim “Olha, a Ilha está ficando vazia, as pessoas estão se mudando para Apicum-Açu, as pessoas estão indo embora”. E aí, assim, até que ponto esse dado, né, da evasão mesmo, ele tem a ver com essa discussão que a gente vai consolidar amanhã? Como é que a gente trata isso para a gestão da Unidade, mas também pensando no Turismo de base comunitária? Como é que isso está sendo pensado? (informação verbal).<sup>73</sup>

A questão colocada pela ex-gestora da Resex ao gestor em 2011, passa, na visão deste por uma divergência de cadastros de moradores realizados durante a gestão do CNPT/IBAMA. Em resposta à pergunta formulada pela ex-gestora, o gestor

---

<sup>72</sup> O chefe atual da reserva menciona de 13 a 15 ilhas, não sabendo ao certo quantas são permanentemente habitadas.

<sup>73</sup> Informação fornecida por Katia Barros, CNPT /Seminário EBC, em 01.12.2011

respondeu nos seguintes termos:

eu acho realmente, Kátia, que houve um declínio da quantidade de pessoas, né? As causas, eu acho que realmente a gente tem a necessidade de levantar. A primeira etapa é confirmar se quem está lá, realmente está lá. Vamos dizer assim, é para a gente poder assinar embaixo dos nomes dos que já estão lá. E a segunda etapa, a gente vai fazer, digamos, uma verificação das famílias que faltam, porque eles conseguem identificar que tem uma ou outra família que não foi cadastrada. Vai aumentar, com certeza, a gente inclusive já fez esse trabalho numa das comunidades de Guará, aumentou um pouco, só que não é um aumento ao nível de chegar nos dois mil. Isso aí eu tenho quase certeza (informação verbal).<sup>74</sup>

A questão da migração para os municípios próximos, em período recente desconhecida pelos atuais gestores da unidade e que veio à tona a partir da realização do novo cadastro que os gestores estão realizando, parece figurar como uma questão não preocupante, entre outras razões, pelo fato de que o novo cadastro não foi realizado com o objetivo de mensurar essa questão. Ainda, quanto à questão levantada pela ex-gestora sobre a saída dos moradores das ilhas, o gestor da unidade completou:

[...] então, as causas assim realmente a gente tem que apurar, porque não só para o turismo, né, é pela qualidade de vida das pessoas que estão lá dentro da unidade mesmo. Então, isso, muito provavelmente é um reflexo de que a vida nas comunidades lá da Resex não está sendo tão atrativa talvez quanto à vida nos centros urbanos. E por que isso, né? Então, é aquilo que eu coloquei antes, o que é preservar o modo de vida das populações tradicionais? É a gente querer que eles vivam lá nas ilhas pescando ou é eles se sentirem confortáveis e se sentirem, quer dizer, bem e quererem viver lá? Então, é um conflito que eu acho que não existe só na nossa unidade e que talvez exista em outras. Agora têm unidades que talvez eles não tenham essa possibilidade de ir para os centros urbanos e lá eles têm. Eu, particularmente, assim, pelo que eu ouço falar, a vida deles nos centros urbanos muitas vezes tem outras dificuldades, né. Mas isso quem tem que avaliar acho que são eles, né, não cabe a mim aqui na cidade avaliar esse tipo de coisa (informação verbal).<sup>75</sup>

O fato de que famílias estão deixando a Resex, também, foi confirmada na fala de outro analista ambiental, onde perguntei:

---

<sup>74</sup> Infomação fornecida pelo Gestor Resex Cururupu, Seminário EBC, 01.12.2011.

<sup>75</sup> Idem – mesmo autor.

G – Existem pessoas que têm saído da reserva para morar na sede dos municípios, tipo Apicum-Açu, Cururupu. Para vocês isso é preocupante? Ou ainda não chega a ser significativo?

Analista – A gente não tem dados, né, assim para discutir, essa é a verdade. A gente não tem dados da evasão anual da Resex Marinha de Cururupu, isso não existe. A gente sabe só por depoimento, das pessoas falarem “há ele já foi há muitos anos”, o que eu escuto falar é isso.

G – Mas tem acontecido de as pessoas retornarem? Porque, inclusive, eu conheço pessoas que saíram depois que a Resex foi criada e não retornaram.

Analista – É, a grande maioria é assim. No Peru [refere-se à praia, comunidade de Peru] o problema é que muitas casas ali estão fechadas, né. E as pessoas falam “Olha, eles foram há muito tempo”, voltam lá só no momento de festa ou férias e depois se ausentam, não tem mais participação na cadeia produtiva, nada, na extração de recurso. [...] Então, se a pessoa não está lá a gente literalmente não parte para buscar informação sobre ela, sabe? É um dado que se fosse construído, ele é um dado bom, né, para discussão, mas o que eu vejo é que a gente, assim num futuro próximo, a gente não tem a intenção de construir esse dado, né, de como é a evasão da Resex. Até pela nossa carência aqui, né, de servidor e tudo (informação verbal).<sup>76</sup>

Durante minha estadia na ilha de Lençóis, no mês de junho de 2011, em conversa com um grupo de três moradores, me foi perguntado sobre a construção das casas, que excepcionalmente em Lençóis serão construídas de madeira, um dos presentes quis saber se depois de construídas as casas os moradores, se assim quisessem, poderiam desmontá-la e remontá-las em outro lugar. Segundo o morador, o gestor da unidade havia lhes dito que os mesmos não possuíam nenhum direito sobre os terrenos, não podendo comercializá-los, mas das casas que eram proprietários poderiam fazer o que quisessem.

O que pensar de uma Resex onde parte dos moradores não têm perspectivas de nela permanecer? Quais são as repercussões desse fato para o futuro dessa Resex? Essas questões talvez possam ser refletidas no momento em que passamos a compreender o processo de construção da Reserva Marinha de Cururupu, como demonstrado a seguir.

---

<sup>76</sup> Entrevista concedida pelo Analista Ambiental/Resex de Cururupu, em 28.11.2011

#### **4.1 A Resex como um encoberto: a história de sua implementação**

O processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, diferente da Resex Quilombo de Frechal, não foi um processo conhecido da maioria dos moradores, pescadores ou extrativistas. De modo geral, pode-se dizer que a existência da Resex é praticamente desconhecida pelos moradores do município de Cururupu e municípios próximos e é relativamente desconhecida pelos moradores da própria Resex. Questionários e entrevistas aplicadas junto aos moradores dos municípios de Cururupu e Apicum-Açu, bem como junto aos moradores da própria Resex, confirmaram um dado empírico que já eu havia constatado por meio de conversas informais e observações diretas durante a pesquisa de campo.

Foram entrevistados moradores dos municípios de Cururupu e Apicum-Açu, a maioria estudantes e professores, funcionários das prefeituras dos respectivos municípios e moradores da Resex. A aplicação desses questionários e as entrevistas se deram de maneira aleatória, em função das atividades realizadas nos locais onde os entrevistados se encontravam no momento.

Na ilha de Lençóis, essa ocasião se deu em função de uma palestra sobre as reservas extrativistas, proferida na Escola Municipal “Unidade Integrada São José”, realizada em 02.06.2011. Esta atividade foi realizada com professores e alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental, ocasião em que pedi a uma professora que me cedesse sua turma da 8<sup>a</sup> série para que realizasse uma atividade prévia à palestra. Nesta ocasião, realizei uma breve entrevista com 15 alunos usando a técnica de grupo focal.

Durante a entrevista, em um primeiro momento, esses alunos de idade entre

14 e 26 anos<sup>77</sup>, declararam desconhecer a existência de uma reserva extrativista na localidade onde moram. Após o desdobramento da questão “se conheciam alguma reserva extrativista na localidade ou região”, um aluno de 26 anos relacionou a possibilidade de existir uma reserva para a “proteção dos manguezais” e outro de 16 anos associou o termo “reserva extrativista” com “proteção”. Quanto à participação nas atividades e reuniões, metade dos alunos declararam já terem vistos funcionários do ICMBio e IBAMA na ilha, associando a presença destes com reuniões e controle das atividades de pesca.

Todos declararam nunca terem participado de uma reunião e de nunca haverem sido convidados a participar. Declararam jamais terem abordado ou aprendido a respeito do assunto “reserva extrativista” na escola. No entanto, informaram que as reuniões acontecem na própria escola, em geral nos finais de semana. Dois alunos (19 e 15 anos) responderam ter parentes que frequentam essas reuniões (um tio e um avô), mas disseram desconhecer o conteúdo destas reuniões, que nunca lhes foi repassado. Um aluno (26 anos) declarou já ter participado de um seminário sobre meio-ambiente na sede do município de Cururupu, mas que não se lembra de ter sido abordada a questão sobre alguma reserva extrativista, ou da existência de uma reserva extrativista no município.

Após finalizar a entrevista com duração de aproximadamente 20 minutos, continuei em atividade com alunos para que estes participassem de maneira interativa da minha “palestra”. E antes que as duas outras turmas viessem nos encontrar, realizamos atividade de desenho no quadro didático da sala, onde os alunos desenharam o mapa do estado do Maranhão e identificaram todas as reservas extrativistas localizadas no estado, a partir de um mapa fornecido, atividade que foi

---

<sup>77</sup> Idades: 14 anos (1), 15 anos (2), 16 anos (5), 17 anos (1), 18 anos (1), 19 anos (1), 26 anos (1).

refeita durante a palestra.

A palestra ocorreu para um público de aproximadamente 50 alunos, três turmas de alunos de 5<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries, acompanhadas de seus respectivos professores, um professor de História, um de Geografia e uma de Ciências. A palestra foi iniciada com as mesmas perguntas realizadas durante a entrevista no grupo focal, que confirmaram o fato de que a maioria dos alunos desconhece que a ilha faz parte de uma Resex. Somente um aluno da 5<sup>a</sup> série respondeu saber que o arquipélago abrigava uma Resex e qual era o seu nome<sup>78</sup>.

A palestra abordou aspectos da história das Resex no Brasil com a luta dos seringueiros no estado do Acre e do sindicalista Chico Mendes que alguns dos presentes já tinham ouvido falar. Abordou os objetivos, tipos e características das reservas extrativistas, onde foi dado destaque às Reservas Extrativista Marinha de Cururupu e a Reserva Extrativista “Quilombo de Frechal”, localizado no município vizinho. O foco foi o de abordar assuntos que pudessem ser transversais nas aulas dos professores presentes, que manifestaram a vontade de continuar trabalhando o assunto em outras aulas, a partir do material impresso que lhes foi fornecido.

Após o encerramento da palestra, abriu-se para perguntas ou dúvidas, ocasião em que os professores entrevistaram. Esta ocasião se transformou em um momento de lamentações e desabafos por parte dos professores, quanto às condições de trabalho, sobretudo, de moradia e transporte para as ilhas. A maioria dos professores da escola moram nas sedes dos municípios e realizam o trajeto de ida e volta todos os dias. Outros chegam às segundas-feiras e retornam às sextas-feiras, dispondo somente

---

<sup>78</sup> O aluno em questão realizou atividades com um doutorando do curso de Letras da UFRJ, Claudicélio Rodrigues, que escreveu uma tese de doutorado sobre a Mitopoética do Rei Sebastião na Ilha de Lençóis, defendida no ano de 2011. O aluno em questão participou da construção do memorial Rei Sebastião.

dos finais de semana para ficar com a família. Quando falavam em nome dos professores se referiam o tempo todo como “nós de fora” e para os moradores da Resex como “eles daqui”, “os pescadores”, “os ilhéus”. Nos depoimentos fornecidos, a escola aparecia como um “território do município”, não algo que faz parte da ilha ou da reserva extrativista, e por este motivo o único elo que poderiam ter com o lugar. Foi manifestado descontentamento dos professores pelas condições em que eram alojados na ilha para realizar suas atividades profissionais, pois de acordo com os depoimentos, alugam uma casa conjunta, cujo pagamento é feito pelos professores para passar o dia ou os dias letivos da semana.

O fato de eu ter abordado o tema “reserva extrativista” e de seus alunos terem expressado publicamente nunca haverem tratado esse tema na escola, em que pese a escola esteja situada dentro de uma Resex, desencadeou nos professores, ali presentes, a necessidade de me dar explicações.

Isso foi feito, sem que perguntas diretas a eles fossem dirigidas, me disseram que não se sentiam motivados a participar, que “não eram dali”, que apenas “trabalhavam naquele lugar”. “Que não estabeleciam contato com as atividades realizadas dentro da Resex porque “não tinham direito a nada, a nenhum benefício”. Que quando foram solicitar uma casa na ilha, ao saberem de recursos que seriam destinados a esse fim, receberam como resposta dos funcionários do ICMBio que enquanto professores não possuíam esse direito. Uma professora demonstrou seu descontentamento de não poder construir na ilha uma casa onde pudesse passar final de semana ou passar férias com os filhos. Disse-me ter a sensação de serem os professores tratados como “estrangeiros” pelos gestores da reserva. Também declaram estar ali “de passagem” e que as condições de trabalho nas ilhas dificultam a fixação dos professores.

Um ano antes, durante pesquisa de campo em novembro de 2010, eu havia marcado uma entrevista com a diretora da escola de ilha de Guajerutiua, mas a mesma não compareceu no dia e local agendado e uma vez estando lá solicitei a possibilidade de entrevistar outro professor. Foi-me apresentado um professor de 25 anos que trabalhava com turmas de 4ª série do primeiro grau. O professor em questão não conhecia o que vinha a ser uma reserva extrativista e não sabia que a ilha de Guajerutiua fazia parte de uma reserva. Disse-me que acreditava que a escola não participava das atividades relativas à reserva porque nunca tinha ouvido falar em tais atividades pelos outros professores ou pela direção da escola. Também declarou não trabalhar com a questão ambiental, mas que abordava assuntos relacionados de maneira pontual nas aulas de Ciências.

Após essa entrevista, fiquei sabendo que as reuniões promovidas pelo ICMBio e, anteriormente pelo CNPT/IBAMA, aconteciam no prédio da escola e que o esposo da diretora era um pescador que participava das atividades e das reuniões. Realizei entrevista com esse pescador que me confirmou que sua esposa não participava das atividades relacionadas à Resex porque era funcionária pública e funcionários públicos não poderiam ser membros da Associação dos Moradores da Reserva, motivo pelo qual ela não havia se associado e não acompanhava as discussões.

De modo geral, pude observar durante as pesquisas de campo realizadas na Resex nos anos de 2010 e 2011 um grau elevado de desconhecimento quanto ao que vem a ser uma reserva extrativista e quais os seus objetivos, mesmo entre aqueles que frequentam as reuniões e participam das atividades de gestão. Na fala dos entrevistados, a Resex é associada a “benefícios” e, neste caso fazer parte ou participar das atividades ligadas a Resex significa estar cadastrado e ser contemplado com os programas do governo federal ali aplicados. Assunto que retomarei mais à

frente no item “Organização política e gestão territorial”.

Se moradores da reserva desconhecem a existência desta, qual a visão que têm os moradores dos municípios do entorno? Na intenção de averiguar o grau de informação que estes têm sobre reserva extrativista, foram aplicados questionários durante os meses de maio e junho de 2011 junto a alunos, moradores, professores, representantes sindicais e funcionários das prefeituras dos municípios de Cururupu e Apicum-Açu.

Na sede do município de Cururupu, membros de uma família que me alojou em maio de 2010 durante minha estadia, ao serem entrevistados, me relataram desconhecer o fato, mesmo sendo originários de uma das ilhas da Reserva. Também entrevistei cinco alunos que frequentam o curso de licenciatura em Ciências com habilitação em Química, ofertado em Cururupu por meio do Programa Darcy Ribeiro<sup>79</sup> da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E dois alunos que frequentam o curso de Serviço Social à distância oferecido pela Faculdade do Maranhão (Facam), uma instituição de ensino privado que atua no município desde 2010.

Esses alunos possuíam idade entre 18 e 35 anos, sendo 6 do sexo feminino e 1 do sexo masculino e todos responderam desconhecer o que vem a ser uma Resex, quais os seus objetivos e sua existência no município. Da mesma forma, declararam desconhecer a existência de uma APA na região e quando perguntados se conheciam

---

<sup>79</sup> O Programa Darcy Ribeiro é um programa de formação de professores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para as disciplinas da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias por meio do qual são oferecidos os cursos de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Química, Biologia, Matemática e Física e cursos da Área das Ciências Humanas, Letras e História. A meta principal do programa é graduar até o ano de 2014, 10.080 professores para o ensino fundamental e médio que atuarão nos municípios do interior do estado do Maranhão. O Programa foi implantado no Município de Cururupu no ano de 2009 por meio do Polo de Cururupu que abrange os municípios vizinhos de Apicum-Açu, Bacuri e Serrano do Maranhão. O Programa Darcy Ribeiro foi implantado no município por meio do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica do Ministério de Educação (MEC) em parceria com a UEMA, a Secretaria Estadual de Educação e a Prefeitura Municipal. Os cursos implementados têm a duração de 3 anos e meio e funcionam com períodos letivos definidos e aulas presenciais.

alguma área protegida, dois desses alunos citaram “ilha dos Guarás”, provavelmente fazendo referência ao Pólo Ecoturístico Floresta dos Guarás e um aluno citou o Parcel Manuel Luís, fazendo referência ao Parque Estadual Marinho do *Parcel do Manuel Luís*. Os demais declaram desconhecer. Quando perguntados sobre a importância de o município abrigar áreas desse caráter, dois alunos responderam considerar “importante para a atratividade turística no município” e um aluno fez referência aos “benefícios que poderia trazer aos pescadores”. Outro respondeu que a presença de áreas protegidas poderia “melhorar a consciência dos moradores das ilhas que devastam os manguezais para a construção de casas e acesso às marés”.

A percepção dos pescadores como quem “degrada” também pôde ser observada durante a programação de encerramento da I Semana Municipal do Meio Ambiente de Cururupu, realizada de 30 de maio a 05 de junho de 2011 e que teve como lema “Cururupu Formando Cidadania Ambiental”. No último dia do evento foram realizadas gincanas e apresentados trabalhos pelos alunos do Município, entre eles estudantes do campus “Darcy Ribeiro” que participaram de um concurso de dramatização utilizando a técnica do “júri simulado”<sup>80</sup> onde o réu apresentado foi um pescador de zangaria que foi sentenciado por crime ambiental.

Neste evento foi importante também notar que durante a programação não houve a participação de membros da Resex, quando perguntado a respeito dessa ausência, a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do município me respondeu que mandou convite para a Associação de Moradores da Resex Marinha de Cururupu (Amremc), mas que essa não respondeu e não se fez presente.

---

<sup>80</sup> O Júri Simulado é uma simulação de um júri em que, a partir de um problema, são apresentados argumentos de defesa e acusação. Em geral, é utilizado como um recurso didático, como uma atividade que pode levar ao grupo de alunos à análise e avaliação de um fato proposto com objetividade e realismo.

A ausência de representantes da Resex faz parte de um contexto de rompimento das relações entre membros da Amremc e Prefeitura Municipal de Cururupu, sobretudo na pessoa do prefeito. A ausência também faz parte de um contexto onde a Resex não é reconhecida enquanto entidade.

Antes da realização desse evento, em entrevista concedida em 29/05 a presidente da Amremc ao falar das relações entre a reserva extrativista e a prefeitura já havia mencionado algo nesse sentido, declarando:

a gente vai, eu ainda vou muito representar a reserva em Cururupu, mas começou a chatear as coisas para gente quando em Seminários ele [refere-se ao Prefeito] nunca falava da Resex, em seu discurso falava 'comunidade praiana', 'zona praiana', 'as ilhas', mas nunca "Reserva Extrativista Marinha", aí a gente foi se aborrecendo com ele (informação verbal).<sup>81</sup>

Não somente em alguns discursos do prefeito, como se refere à presidente da Amremc, mas também nas falas dos moradores do município, dos representantes de entidades como Sindicato dos Pescadores e Igreja e, mesmo entre os extrativistas, os nomes "Resex" e "reserva extrativista" ainda não foram incorporados. Nesse aspecto, a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu demonstra ainda não possuir uma identidade enquanto Resex. O termo não é "auto atribuído" ou "auto reconhecido" pelos "de dentro" e nem "atribuído" ou "reconhecido" pelos "de fora". Mesmo na fala da presidente da Amemc, em algumas ocasiões, esta utiliza o termo "unidade", termo utilizado pelo chefe da reserva, que faz parte da linguagem institucional dos funcionários do ICMBio. Essa identidade, possivelmente, está em construção e dialoga com o processo de criação da reserva.

Ainda a respeito desse processo, algumas lideranças entrevistadas atuantes nas comunidades de São Lucas, Mirinzal, Peru, Caçacueira, ao serem perguntadas

---

<sup>81</sup> Entrevista concedida pelo Presidente da Amremc, em 29.05.2011.

se participaram do processo de criação da Resex, responderam que não e que quando começaram a participar, a reserva já havia sido criada. Os que declararam participar desde o início, quando perguntados a partir de que data começaram a participar, fizeram referência às atividades iniciadas em 2002. No entanto, nos documentos oficiais a demanda da reserva extrativista data de 1999.

A este respeito se faz interessante ressaltar a experiência da atual presidente da Ameremc, quando relata como se deu o seu processo de participação nas atividades da Resex:

G-Você começou a participar a partir de quando?

M- Eu comecei a participar em 2006 em Guajerutiua, o primeiro trabalho que eu tive com eles.

G- Aí como foi para você participar?

M- Ah isso foi meio polêmico, foi através de denúncia porque eu já fazia esse trabalho de preservação sozinha na ilha Mangunça quando tinha uma irregularidade eu denunciava para o Ibama, ligava pro Ibama, principalmente sobre a apanha dos ovos de tartaruga, que eu comecei com essa briga, as queimadas, a apanha de pássaros, aí foi num desses encontros que eu encontrei o pessoal da reserva, do Ibama, aí foi desse encontro que eu comecei, mas eu já trabalhava com o Sindicato dos Pescadores.

G- E antes disso você não sabia que existia uma reserva?

M- Porque estava muito recente, eu sabia que existia, mas estava muito recente. Mangunça foi a última que entrou. No momento em que a Reserva foi criada Mangunça não foi trabalhada, Mangunça ficou de fora. Aí foi nesse período que eu comecei a trabalhar... porque foi até uma briga que eu tive... eles estavam em um seminário [refere-se ao ex-presidente da Amremc e a ex-chefe da Resex] e eu cheguei para chefe da reserva denunciando sobre as tartarugas e o ex-presidente da Ameremc respondeu: "Mangunça está dentro da Reserva". Aí eu disse para ele: Se ela está dentro da reserva porque nós não sabíamos que ela está dentro da reserva? Por que nunca foram na comunidade conversar isso? Eu lembro muito bem dessas palavras que eu perguntei: E se desde 2004 ela está dentro da reserva, por que até hoje [refere-se à 2006] continua acontecendo a mesma coisa? O mesmo crime de tempos atrás? Aí foi a partir desse momento que eu comecei a trabalhar com eles, que eu comecei a me envolver (informação verbal).<sup>82</sup>

De acordo com a atual presidente da Amremc, a comunidade de Mangunça somente começou a participar neste evento ocorrido em 2006, do qual ela fez parte representando o sindicato dos pescadores. Tendo sido neste evento que tomou

---

<sup>82</sup> Entrevista concedida pelo Presidente da Amremc, em 29.05.2011.

conhecimento que a ilha fazia parte da reserva. Quando perguntada por que Mangunça ficou de fora, responde: “eu acho que porque Mangunça é mais afastada, começaram a trabalhar com Caçacueira que é mais próximo, até porque o poder público do município, ele sempre trabalha de Caçacueira para cá, ele não trabalha Mangunça, sempre Mangunça ficou de fora”.

A referência ao poder público nessa resposta não se faz por acaso, quando perguntada se hoje conhece a história da reserva, de como ela começou, responde: “Foi feito um levantamento, e através desse levantamento colheram assinaturas das comunidades, na época foi a comunidade e o prefeito que foi Zé Amado que brigou bastante”.

A menção da prefeitura municipal no processo de criação da Resex também se faz presente na fala de outros moradores das ilhas que dizem terem sido informados sobre a demanda da criação da reserva por secretários da prefeitura que percorreram algumas ilhas no ano de 1999, contatando pessoas-chave, sobretudo pescadores sindicalizados para informá-los que receberiam uma visita dos técnicos do IBAMA que lhes fariam a respeito da criação de uma reserva extrativista, a qual deveriam optar positivamente pela criação em função dos benefícios que estas poderiam trazer aos pescadores.

Parte desse processo pode ser acompanhado a partir do relato do ex-presidente da Amremc, que em entrevista concedida em novembro de 2010 me relatou que, no ano de 1999, chegaram à ilha de Guajerutua um representante do Ibama do estado do Maranhão e um funcionário de Brasília representando o Ministério do Meio Ambiente. Estes funcionários se dirigiram a um comerciante da ilha e solicitaram informações sobre quais os pescadores que exerciam papéis de liderança na comunidade. O ex-presidente da associação, à época, pescador em tempo integral

e representante do sindicato dos pescadores, foi chamado a se apresentar aos funcionários do IBAMA, que o perguntaram se ele poderia reunir os moradores da comunidade, pois teriam uma proposta a apresentar. Solicitaram que este conseguisse reunir pelo menos 50% dos pescadores sindicalizados da ilha, mas não informaram a pauta da reunião, nem os motivos de tal convocação.

Tal como solicitado, o pescador assim procedeu, e às 16h do mesmo dia encontravam-se reunidos alguns moradores no local denominado “jardim”, área comum que fica em frente à igreja católica da ilha. O informante em questão realizou a abertura da reunião e os funcionários do Ibama apresentaram aos demais presentes a proposta de uma reserva extrativista marinha, a ser criada na região de ilhas com o propósito de beneficiar os moradores, informando que viriam outros técnicos do Ibama e se os pescadores fossem consultados a respeito da criação da Reserva era para que os mesmos respondessem positivamente. Segundo o pescador “o processo foi lento, quando quase a gente esquecia, o pessoal do Ibama chegava e na época era difícil reunir”. A segunda visita ocorreu quase no final de 1999, dessa vez três representantes do Ibama vieram esclarecer a proposta da reserva extrativista e consultá-los a respeito de uma demanda. E assim, foi criada a Associação dos Moradores de Guajerutua nesse mesmo dia, em 10.10.1999.

À época, o prefeito municipal era José dos Santos Amado, conhecido como Zé Amado, que administrou o município de Cururupu durante os anos de 1997 a 2004 e seu vice era José Francisco Pestana, conhecido como Zé Pestana, vencedor da eleição municipal ocorrida em 2004, que contou com o apoio de Zé Amado, tendo os dois após rompido as relações políticas e se tornado adversários no cenário político local. Zé Pestana administrou o município de 2004 a 2011, tendo sido afastado no ano de 2011 por improbidade administrativa.

Nos documentos oficiais a Prefeitura de Cururupu aparece como um dos atores principais que demanda a criação da Resex Marinha de Cururupu, mas quando perguntado a este respeito, o ex-prefeito Zé Amado, na sede do município de Cururupu, responde que a prefeitura não teve a iniciativa, tendo sido o IBAMA o solicitante, a prefeitura entrou com apoio logístico e com o contexto favorável propiciado pela Agenda 21 Municipal. a esse respeito, tentando sintetizar o ocorrido, o ex-prefeito relatou:

não partiu de mim, passaram a conhecer meu espírito ambientalista e sabiam que iriam ter apoio, o IBAMA solicitava e a gente apoiava. Nós criamos aqui todo um ambiente para isso, o IBAMA percebendo esse nosso trabalho, essa nossa preocupação com a preservação disseram: 'olha Sr. Prefeito nós estamos querendo uma reserva você precisa assinar um documento solicitando um estudo, sua viabilidade, que o pleito vai ser encaminhado'. Então nós criamos esse ambiente favorável para que se desse início ao trabalho de criação da reserva. Inclusive na época, por conta do apoio que nós demos para a implantação da Agenda 21. Eram pouquíssimos municípios onde a Agenda 21 funcionava, eu fui selecionado pela ONG Konrad Adenauer da Alemanha entre 10 ou 12 prefeitos do Brasil para realizar uma visita à Alemanha, por conta do funcionamento da Agenda 21 de Cururupu. Pelo apoio que demos a Agenda 21 que tinha essa abrangência com a preocupação com a preservação ambiental, com a preservação de nossa biodiversidade. Então criamos um clima favorável. O IBAMA vendo isso disse: "Então vamos! Além da riqueza que existe, existe clima! Vamos ter apoio para criar a reserva". Então eu acho que foi daí. Por que minha experiência sobre reserva era quase nenhuma, a reserva eu não sabia por onde começar, foi aí que eu fui saber. Os técnicos vieram conversar conosco, havia um clima próprio para se deflagrar o processo e foi o que ocorreu (informação verbal).<sup>83</sup>

A instalação da Agenda 21 Local no estado do Maranhão ocorreu em 1999 e foi implantada no município de Cururupu no ano de 2000. De acordo com uma publicação da Fundação Konrad Adenauer (2002)<sup>84</sup>, Cururupu foi nesse período um dos mais atuantes entre os seis municípios<sup>85</sup> que implementaram a Agenda 21 Municipal no estado do Maranhão. Em Cururupu, a implantação da Agenda 21 se deu por meio de iniciativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo criada a

---

<sup>83</sup> Entrevista concedida por Zé Amado, ex-prefeito de Cururupu, em 04.06.2011.

<sup>84</sup> Fundação Konrad Adenauer, n. 25, maio 2002 (Série Debates).

<sup>85</sup> São Luís, Cururupu, Itapecuru-Mirim, Santa Rita, Coelho Neto e Fortuna.

Comissão pela Câmara Municipal (Legislativo), os recursos financeiros foram provenientes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e instituições não governamentais como o Instituto do Homem e a Fundação Konrad Adenauer da Alemanha.

De acordo com o ex-prefeito Zé Amado, esse contexto foi favorável para que os técnicos do Ibama dessem os primeiros passos para que a Resex fosse demandada. Uma analista ambiental da época, nascida na ilha de Caçacueira foi uma das técnicas do CNPT/Ibama que intermediou o processo junto às populações locais e a prefeitura do município. A prefeitura apoiou a iniciativa dando apoio logístico para a realização de reuniões e seminários, entre outros, realizando o transporte de pescadores.

Consultando as correspondências oficiais do ano de 2001 a 2003 se constata nos documentos a Prefeitura de Cururupu e o CNPT/IBAMA/MA como os principais demandantes do processo. A exemplo, o ofício nº 346/2003 expedido pela Gerência Executiva do IBAMA/MA onde lê-se:

desde 2000 por solicitação de várias organizações comunitárias e Prefeituras locais o CNPT/IBAMA-MA vem desenvolvendo na área das Reentrâncias Maranhenses estudo de possibilidade de criação de Reserva Extrativista Marinha. Cururupu foi o primeiro município selecionado para a implantação da Reserva que abrangerá 15 ilhas [...], tendo sido realizado nesta área Estudo Socioeconômico, Laudo Biológico, Inventário Turístico e de Participação Comunitária, demarcação de área em parceria com a gerência de patrimônio da União e realizado vários Seminários de Sensibilização, de Formação de Colaboradores Locais, e criando em setembro de 2002 a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu.

De acordo com o referido documento, o CNPT/IBAMA-MA vinha desenvolvendo na área das Reentrâncias Maranhenses estudo de possibilidade de criação de reserva extrativista marinha e Cururupu foi o primeiro município selecionado para a implantação da reserva que abrangeria 15 ilhas. Apontando-se para um processo de estudo e seleção e não de necessidade ou demanda por parte

dos moradores. Já no Parecer Técnico do Ministério do Meio Ambiente nº 001/2004 respondendo à demanda de criação, são os pescadores da região que aparecem como os solicitantes da criação da reserva, como atesta o item 1.2 do Parecer:

a Área em questão, diz respeito a uma nova reserva extrativista a ser criada na orla marinha do município de Cururupu/MA, com área aproximada de 185 mil ha, entre manguezal, ilhas costeiras e lâmina d'água. [...] os pescadores da região estão organizados em associações, e foram eles que solicitaram a criação da reserva extrativista por meio de abaixo assinados das comunidades de Guajerutiua, Bate-Vento, Lençóis, Caçacueira, Carrapatal, Retiro, São Lucas e Valha-Me-Deus.

Quando questionado sobre o porquê nos primeiros documentos oficiais é a prefeitura e o Ibama que aparecem e após são os pescadores que aparecem demandando o processo, o ex-prefeito responde:

na realidade, o Ibama procurou tirar qualquer vínculo político da ação, por isso que a Prefeitura apareceu como? Dando apoio logístico. Eles diziam 'olha nós vamos fazer uma reunião em Lençóis, então nós precisamos de um apoio aí para transportar as pessoas' e a gente fazia sendo muito discreto pra não dizer, olha é o Prefeito pra cá, o Ibama pra lá, de modo que a gente tentou ser muito cuidadoso nessa parte (informação verbal).<sup>86</sup>

A respeito do processo de criação da Resex, o vice-prefeito à época, José Pestana, em entrevista concedida em 06.06.2011 também apontou a criação da reserva como resultado direto de toda a movimentação da Agenda 21 Local de Cururupu. No entanto, enfatiza que “a discussão nasceu dentro da Agenda 21 Local” e que depois “houve gente que quis aparecer como o pai da criança”. Na ordem das discussões que geraram a demanda da Resex declara que a demanda nasceu primeiro nas discussões da Agenda 21 Local, depois Prefeitura e CNPT/Ibama entraram no cenário simultaneamente. E que depois “o CNPT/Ibama puxou para si toda a responsabilidade da criação da reserva, ficando o poder público à margem”.

Quando verificado, o processo junto às entidades representantes dos

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida por Zé Amado, ex-prefeito de Cururupu, em 04.06.2011.

pescadores, como colônia dos pescadores e sindicato dos pescadores, observa-se que essas entidades entraram no processo posteriormente. Em Cururupu, colônia e sindicato são entidades que rivalizam e competem entre si. Em Cururupu as proporções da disputa afetam a participação dessas entidades na Resex. Tendo havido o afastamento da Colônia de Pescadores de Cururupu em função da participação do Sindicato. No entanto, até maio de 2011, as duas entidades não possuíam uma participação efetiva no processo de gestão ou nas atividades desenvolvidas pela reserva.

Em entrevista realizada em 06.05.2011, concedida pelo então presidente do Sindicato dos Pescadores, à época da criação da Resex, hoje secretário geral do Sindicato dos Pescadores, este me relatou que começou a participar das discussões a partir de 2004, tendo participado até 2007. O motivo do afastamento, segundo o mesmo, foi a discordância entre os membros da diretoria do Sindicato quanto à condução dos trabalhos por parte dos funcionários do CNPT/Ibama no processo de introdução de novas regras no uso dos recursos naturais que, na visão dos membros do sindicato, era restritiva e prejudicava a vida dos pescadores da ilha.

O presidente da Colônia de Pescadores, em entrevista concedida em 06.06.2011, também diz ter participado e depois se afastado, a ponto de ter abandonado completamente as atividades desenvolvidas pela reserva. Sem precisar exatamente os motivos, diz que deixou de participar logo após a saída da analista ambiental do CNPT, nascida na região de Ilhas e que foi chefe da Resex até 2007. Um fato certamente contou para o afastamento da Colônia de Pescadores no processo de acompanhamento e gestão da Resex, mesmo não mencionado pelo presidente da colônia, se deu pelo fato da atual presidente da Amremc ser egressa do Sindicato dos Pescadores, entidade rival da colônia.

Quando perguntado sobre o processo de criação da Resex se esta foi uma demanda dos pescadores ou do Poder público, o presidente da Colônia respondeu:

Eles [refere-se ao Poder Público] arrumaram uma quantidade de pescadores, fizeram esclarecimentos, aí eles [pescadores] ficaram caladinhos escutando, formaram a ata, o estatuto e eles [Poder Público] registraram com a reserva. Esse povo do mar ele só ouve, ele só fica escutando, ele não sabe dizer nada. O desenvolvimento dele é no mar. No mar ele sabe tudo, aqui na terra ele sabe pouca coisa (informação verbal).<sup>87</sup>

A partir dos depoimentos dos presidentes do Sindicato e Colônia de Pescadores, percebe-se a ausência direta do movimento social representativo dos pescadores nas primeiras discussões que dão origem à demanda da Resex. Tal ausência foi contornada por meio da presença de pescadores que representam o Sindicato nas comunidades, como é o de Guajerutua, onde o ex-presidente da Amremc atuou diversas vezes como representante do Sindicato dos Pescadores dentro da Associação. Esse arranjo, sem que se faça presente a participação direta do Sindicato continua a acontecer na composição do conselho deliberativo.

Quando realizei as entrevistas com os membros do sindicato e colônia de pescadores a composição do conselho já havia sido formada. Os dois representantes das entidades citadas me afirmaram não terem participado das discussões e composições do Conselho Deliberativo da Resex, no entanto, a representação “indireta” do Sindicato continua a se fazer presente pelo que o Secretário Geral chama de “Comissão de Base do Sindicato”, pescadores sindicalizados que representam o sindicato nas comunidades.

Do que foi exposto até o momento, pode-se dizer que, de maneira geral, a criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu foi o resultado de diversos fatores que atuaram conjuntamente em um mesmo processo. Entre eles, a

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida pelo Presidente da Colônia de Pescadores de Cururupu, em 06.06.2011

implementação da Agenda 21 Local no município de Cururupu e a inserção do Município em um Polo de Ecoturismo do Estado do Maranhão; a atuação de agentes ambientais e técnicos do IBAMA; o apoio por parte do poder local que se configurou decisivo no processo; a adesão de alguns moradores, sobretudo pescadores sindicalizados e o apoio de entidades representantes dos movimentos sociais chamadas posteriormente a participar.

A análise desse processo, com base em todos os entrevistados, aponta para a criação de uma Resex que resultou mais da aplicação de políticas setoriais do poder público, do que de um processo de participação política dos moradores ou pescadores das ilhas. Nesse sentido, além das políticas inseridas pelo poder local por meio da prefeitura e pelo contexto favorável encontrado pelo CNPT/IBAMA, cabe ainda analisar as políticas implementadas pelo Governo do Estado do Maranhão.

O Governo do Estado entra nesse processo a partir de 2000, quando foi implantado na região de Cururupu o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, conhecido como “Plano Maior”, voltado para o desenvolvimento do turismo local. A implantação do plano foi constituída de duas etapas: estruturação (período de 2000 a 2002) e consolidação (de 2003 a 2010) (cf. MARANHÃO, 2002). Neste Plano 19 municípios (dos 217 que compõem o estado do Maranhão) foram considerados como “municípios de interesse turístico”, entre eles os da microrregião do litoral ocidental da baixada maranhense: Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão, que passaram a compor o Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás, um dos cinco polos<sup>88</sup> de interesses criados no Plano Maior.

---

<sup>88</sup> São eles: Polo de São Luís, Polo do Parque dos Lençóis, Polo do Delta das Américas, Polo da Floresta dos Guarás e Polo da Chapada das Mesas.

Analisando o processo de criação da Resex no período que vai de 1999 a 2004, observamos que todas as políticas voltadas para o município de Cururupu nessa época foram decisivas em seu processo de criação, fazendo parte de sua história e compondo também elementos de sua identidade ainda em construção. Neste último aspecto, de todas as políticas inseridas no período, mas do que a Agenda 21 Local foi a criação do Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás que ainda figura entre os elementos mais fortes da identidade em construção da Resex.

É comum entre alguns moradores, tal como entre um dos alunos da UEMA entrevistados, a confusão entre a Resex e o Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás. Alguns moradores quando sabem da existência de uma reserva no litoral associam seu nome com “Florestas dos Guarás”, fazendo referência ao polo que foi bastante midiaticizado e que utilizou praias, ilhas e fauna que compõem a Resex como o principal atrativo turístico do polo.

De início, o argumento para a criação do Polo Ecoturístico Floresta dos Guarás na região de Cururupu foi de que a mesma já estava inserida na APA das Reentrâncias Maranhenses, considerada como “inquestionável potencial para o ecoturismo”, por ser uma área internacionalmente reconhecida como Reserva Hemisférica de Aves Migratórias Continentais e Área Úmida de Importância Internacional especialmente como habitat de aves aquáticas (Sítio Ramsar) desde 1993. Para o Polo Floresta dos Guarás, o município de Cururupu foi o escolhido pelo Governo do Estado como o “portão de entrada”.

Quando se consultam os critérios para a seleção dos municípios para implantação das Agendas 21 municipais, observa-se que um deles era fazer parte de um consórcio municipal ou de algum tipo de cooperação, que no caso de Cururupu foi sua inserção no Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, tendo

sido Cururupu, à época, um dos seis municípios<sup>89</sup> que implementaram a Agenda 21 no estado.

No entanto, a compreensão do contexto de criação da Resex exige, ainda, que se escalem as estruturas mais altas do poder e de como estavam representados neste momento. No Governo do Estado estava Roseana Sarney, governadora, de 1998 a 2001, e no Ministério do Meio Ambiente estava seu irmão, José Sarney Filho, de 1999 a 2002, ambos na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Roseana e José Sarney Filho fazem parte da família Sarney que possui influência política no Maranhão desde a década de 1950 e que tem, entre outras, a região de Cururupu como uma de suas bases políticas eleitorais no estado.

Foi durante a gestão de Sarney Filho que o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luiz, na região de Cururupu e a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, foram incluídos na lista da convenção internacional sobre áreas úmidas, a “Convenção Ramsar”, no ano de 1999. Neste mesmo ano foi assinado entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o acordo que garantiu o financiamento ao Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), sendo o Polo das Reentrâncias Maranhenses o primeiro projeto aprovado no âmbito do PROECOTUR, do qual fez parte o Polo Florestas dos Guarás que possui o município de Cururupu como porta de entrada. A gestão no Governo do Estado e no Ministério do Meio Ambiente no mesmo período pelos irmãos Sarney contaram, sobremaneira, para alocação dos recursos e de políticas ambientais para a região de Cururupu.

Foi na gestão do referido ministro que foi aprovado, no ano de 2000, o projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o

---

SNUC, estabelecendo regras para o gerenciamento das unidades de conservação e, sobretudo, abrindo espaço para a construção de parcerias com os estados, os municípios e a sociedade civil num processo de ampliação e demanda de novas reservas extrativistas. No sentido aqui analisado, a criação da Resex de Cururupu faz parte desse processo.

Outras ações, como a implementação de energia híbrida (eólica/solar) em Lençóis, uma das ilhas que compõem a reserva, foi executada com recursos do Ministério de Minas e Energia, na gestão do Ministro Edison Lobão (PMDB-MA), que visitou diversas vezes a ilha e que é conhecido como um dos mais antigos e leais aliados da família Sarney no Maranhão.

Essas informações nos levam a dimensionar as implicações e os interesses políticos que podem comportar a criação de uma reserva extrativista em escalões diferentes do poder. Teria sido a demanda da Resex de Cururupu motivada, entre outros, por vontade ou interesses políticos da família Sarney em continuar a manter na região de Cururupu uma de suas bases eleitorais no estado?

Quando uma questão relacionada a esta foi perguntada ao ex-prefeito de Cururupu, Zé Amado, se em sua opinião o fato de José Sarney Filho ter sido Ministro do Meio Ambiente havia favorecido o processo de criação da Resex? Este me respondeu:

aí eu não sei por que o nosso contato mais direto era com o pessoal do IBAMA, era o pessoal do Ibama .... Havia muita desconfiança por parte dos pescadores, hoje não, os pescadores já avançaram muito... mas teve um avanço significativo pela cultura do pescador, pela cultura dos pescadores (informação verbal).<sup>90</sup>

A característica evasiva e desconexa de sua resposta, seguida de uma

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Zé Amado, Ex-Prefeito de Cururupu, em 04.06.2011.

interrupção na entrevista, me fizeram pensar na possibilidade de que a análise possa ser procedente. Após a saída do ministro do meio ambiente, em 2002, por escândalos que envolveram a sua família em esquemas de corrupção investigados pela Polícia Federal, Sarney Filho deixou o Partido da Frente Liberal (PFL) e se filiou ao Partido Verde (PV). Após seu ingresso ao Partido Verde tem apoiado políticos na região de Cururupu, candidatos a vereadores e prefeitos, dentro de alianças com o PFL, seu antigo partido.

Em 2004, ano em que é decretada a Resex, retorna ao município de Cururupu, em 26.04.2004, para um almoço com o deputado estadual Wilson Carvalho, ex-prefeito de Cururupu (1989-1992), para lançar a candidatura de Wellington Dias (PV) à prefeitura de município. No entanto, seu candidato não se elegeu, perdeu a eleição para Francisco Pestana (à época PRP, depois PDT) que foi Sucessor de Zé Amado (PRP), hoje próximo do PV. Nesta ocasião o ex-ministro visitou a estrada Cururupu-Palacete que foi iniciada quando era Ministro do Meio Ambiente com recursos do Ministério. Na ocasião da visita divulgou na imprensa que se congratulava com a população de Cururupu e que “era com grande alegria que retornava ao convívio de pessoas tão cordiais e tão simpáticas que o tinham apoiado ao longo de muitos anos”

91

Anos depois, em 2006 é divulgado no jornal “O Estado do Maranhão”, de 29.05.2006, o reconhecimento de líderes políticos de Cururupu a membros da família Sarney com a manchete “Líderes de Cururupu reafirmam apoio a Roseana e a Sarney Filho”, onde se abre outra manchete intitulada “Grupo reconhece contribuição dada pelos dois parlamentares àquele município”. Em um item chamado “retribuição”, o

---

<sup>91</sup> Disponível em: <http://www.sarneyfilho.com.br/site/index.php/radio-release/item/44169-sarney-filho-visita-as-cidades-de-cururupu-e-guimar%C3%A3es-flash> Acesso em: 06 dez. 2011.

jornal diz que “o grupo resolveu apoiar a candidatura do líder do PV na Câmara porque ele é o deputado federal que mais tem ajudado a cidade, com alocação de verbas e implantação de projetos nos últimos anos”. Nas palavras de Wellington Dias (PV), “Sarney Filho é o deputado que mais tem ajudado Cururupu nos últimos anos. Com essa divisão que houve na política do Maranhão, resolvemos ficar com ele para resgatar essa ajuda, esse companheirismo, essa dedicação que o deputado sempre teve com a nossa cidade”.

A “divisão que houve na política do Maranhão” à qual Wellington Dias se refere, diz respeito à ascensão de Jackson Lago (PDT)<sup>92</sup> que representou nos últimos anos a única oposição, depois da década de 1950, eleita contra a família Sarney no cenário político do estado do Maranhão. Sob a liderança de Jackson Lago, a partir de 2002, o PDT conheceu uma ascensão política no interior do estado do Maranhão. A manchete “Líderes de Cururupu reafirmam apoio a Roseana e a Sarney Filho” vem no sentido de reafirmar a base política eleitoral que representa a região de Cururupu à família Sarney. Faz referência a um contexto de demarcação de “territórios políticos” no estado do Maranhão, que se acirrou após a eleição de Jackson Lago para Governador do Estado entre os anos de 2007 a 2009, tendo sido o mesmo afastado em 2010, acusado por irregularidades eleitorais e tendo sido Roseana Sarney empossada pelo Tribunal Superior Eleitoral, e reeleita em 2010.

---

<sup>92</sup> Falecido em 2011, Jackson Lago foi prefeito de São Luís em três mandatos: de 1989 a 1992, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2002 (este último interrompido por ocasião de sua renúncia para candidatar-se ao governo do Estado do Maranhão).

## 4.2 Aspectos da recomposição territorial

Com o decreto assinado, nasce oficialmente uma Resex. Com o decreto em mãos, membros da Amremc, técnicos do CNPT/Ibama e prefeito retornam a Cururupu com a missão de “validar”<sup>93</sup> a Resex. Provavelmente, cada um com uma interpretação pessoal do compromisso e dos desafios que acabaram de selar. Em termos práticos e, no sentido aqui adotado, inicia-se um processo de “institucionalização e recomposição de um novo território” que muda em diversos aspectos as feições do território tradicional, em particular das relações e interações sociais que os atores locais desempenhavam quotidianamente.

No sentido aqui analisado, a criação de uma Resex representa, em termos de ação pública local, a emergência de um novo território, tal como formulado por Teisserenc (2009; 2013). No caso da Resex de Cururupu, a criação desse “novo território” se deu aos poucos e ainda se encontra em fase de construção. A criação da Resex passa a representar um marco de mudanças e de novas configurações das relações sociais, políticas e ambientais, que os atores locais passaram a estabelecer entre si e com seus territórios tradicionais. Uma das primeiras alterações das relações com o território surgiu logo no início com a ilha de Mangunça, no processo de regularização fundiária, uma das primeiras etapas do processo de “validação” da Resex, realizado pelo CNPT/IBAMA.

A área da Resex, mesmo que ocupada, não possuía situação fundiária regularizada, o que provocou no início constantes ameaças aos moradores por parte de pessoas que se diziam proprietárias das terras. Este é o caso da ilha de Mangunça que, antes da criação da Resex, era reconhecida e legitimada pelos moradores como

---

<sup>93</sup> Os termos “validar a Resex” e “validação da Resex” são empregados nos documentos oficiais do CNPT/IBAMA.

“uma ilha que possuía dono”, no sentido de ser propriedade de alguém. O fato de passar a compor uma Reserva Extrativista protegida por lei e sob a égide do Governo Federal fez surgir seus supostos “proprietários” desencadeando conflitos e reposicionando a ação de alguns atores. Este fato nos dá um indício de como as relações e as percepções do território tradicional são alteradas na construção do “novo território”

Como exemplo, seu Zequinha, 70 anos, nascido na ilha de Mangunça, à época presidente do Sindicato dos Pescadores, conta que “quase foi preso por conta disso”, pois ao ter assinado documentos pelo sindicato solicitando a criação da Resex, passou a ser visto pelos herdeiros do suposto proprietário como “um põe fogo”, como “um animador para que tomassem a ilha deles”.

Outro exemplo da alteração dessa percepção é a desconstrução da percepção de um território tradicional formado por ilhas relativamente “isoladas”<sup>94</sup>, algumas com características relativamente próprias, no que diz respeito a práticas associativas, regras de uso e modalidades dos apetrechos de pesca, que vai cedendo lugar à construção de uma nova percepção do território, a Resex, o “novo território” composto pelo conjunto de ilhas.

A incorporação dessa nova percepção pode ser demonstrada pela presidente da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (Amremc) quando fala da representação da Resex em eventos organizados pelo poder local, particularmente dos motivos de rompimento das relações entre membros da Amremc e a Prefeitura Municipal na gestão do prefeito Jose Francisco Pestana:

a gente vai, eu ainda vou muito representar a reserva em Cururupu, mas começou a chatear as coisas pra gente quando em seminários ele [refere-se

---

<sup>94</sup> Relativamente isoladas, pois atividades de iniciativa conjunta como torneio de futebol envolvendo diversas ilhas já existiam antes da criação da reserva conforme relatado por moradores das ilhas de Lençóis e Mirinzal.

ao prefeito] nunca falava da Resex, em seu discurso falava ‘comunidade praiana’, ‘zona praiana’, ‘as ilhas’, mas nunca “reserva extrativista marinha”, aí a gente foi se aborrecendo com ele” (informação verbal).<sup>95</sup>

Apesar do termo Resex ser utilizado por alguns moradores, entre eles os que participam diretamente das atividades de gestão da reserva, constatamos o termo “Resex”, enquanto percepção de um “novo território” se encontra em construção, pois não é amplamente “autoatribuído” pelos moradores “de dentro” e nem “atribuído” ou “reconhecido” pelos “de fora”. Mesmo a presidente da Amremc, em algumas ocasiões, usa o termo “unidade”, que é utilizado pelos gestores do ICMBio.

A percepção de um novo território também se faz presente pela incorporação de novas regras de uso do território, configurando-se em um dos desafios de uma Resex, sobretudo com as dimensões territoriais da Resex de Cururupu. A elaboração e adoção dessas regras se mostram como um processo complexo e delicado, visto que exigem abertura, diálogos, trocas, adoção de novas práticas, construção e reafirmação de identidades coletivas e individuais exigindo o que Pierre Teisserenc (2013) chama de “aprendizagem coletiva”.

A dimensão desse desafio pode ser percebido na fala do atual chefe da reserva ao abordar a retomada em 2011 da reelaboração do Plano de Uso:

a Resex, ela é formada por treze ilhas, cada uma com a sua cultura e seu costume. Mesmo elas sendo próximas ali quilômetros uma das outras, elas são ilhas, o nome já diz, são muito isoladas. Então, em termos de ICMBio, o Mirinzal (se refere a ilha de Mirinzal) que é lá no norte tem que ter e assumir as mesmas normas de convivências que Mangunça que está no sul, que não tem nada a ver assim em termos de sustento, a maneira que eles extraem os recursos, quais as modalidades que usam, que são diferentes. Então é muito difícil o ICMBio dar normas. Na verdade, a gente não dá normas. A gente só está lá relatando o que eles trouxeram para construir uma norma. Todas normas são vindas deles. Mas o problema é esse, chegarmos a um consenso, onde a mesma norma vai atingir todos, mas ela é trazida especialmente por algumas comunidades. Elas são trazidas, a gente vai absorvendo e expondo aos outros. E aí a gente faz um esforço para os outros entenderem, porque essa é a dificuldade (informação verbal).<sup>96</sup>

<sup>95</sup> Entrevista concedida pelo Presidente da Amremc em 29.05.2011.

<sup>96</sup> Entrevista concedida por Eduardo Borba, gestor da Resex, em 28.11.2011.

A dificuldade de consenso na adoção de novas regras do uso do território é relatada pela ótica dos moradores por meio de um trecho da fala do secretário geral do Sindicato dos Pescadores de Cururupu, em 2011, quando justifica o motivo de ter deixado de participar das atividades da Resex há mais de quatro anos:

fazem mais de quatro anos que deixei de acompanhar a reserva; até nós daqui do sindicato deixamos de acompanhar, que eu tive conhecimento de Kátia e Mary Jane, filha de um grande conhecido meu, Miguelzinho, e eu era presidente do sindicato nessa época, a gente teve um bom conjunto de trabalho. Mas o que foi que aconteceu? Como presidente do sindicato querendo levar pautas as reuniões houveram muitas coisas que eu não concordei. Por exemplo, eles diziam: 'olha vamos ter uma reunião lá na praia de Lençóis, cada praia deveria levar oito pessoas para tratarmos de temas para vocês viverem melhor', mas quando a gente chegava lá já havia uma lista de coisas do jeito deles do pessoal do IBAMA junto com reserva, então eu não concordava com algumas coisas. Tivemos diversos confrontos a respeito de madeira. Eu não posso querer que na minha praia se viva de fazer carvão, mas posso fazer uma carvoeira para meu uso, nem todo mundo lá pode ter um fogão com botijão. Outra coisa eu tenho uma casa lá em Mangunça, é uma praia que tem muita maçaranduba, eu tenho uma casa lá que tem 10 esteios e eu não poderia tirar uma madeira lá? Então essas coisas eu vinha discordando com eles. Colocaram áreas de redes, de Malhadeira, Curral. Eu concordei com malhadeira com zangaria, agora a malha eu não concordei porque colocaram uma malha muito grande que não pega nem piré, camarão cascudo, não pega nenhum, então como é que o pessoal ia sobreviver? Aí o que aconteceu? Eles [se refere aos técnicos do CNPT/IBAMA] passaram a me deixar com bolsa pronta esperando e não vieram mais me buscar para me levar para as reuniões. Aí chegou a tempo das eleições para diretoria do Sindicato que foi a Mocinha que se elegeu presidente, foi o Marcelo que veio como Chefe da reserva, aí foi mesmo que eu me afastei, tomei essa decisão e não tive mais contato com eles (informação verbal).<sup>97</sup>

Os depoimentos do secretário geral do Sindicato dos Pescadores e do gestor da Resex mostram a dificuldade de consenso no estabelecimento de novas regras que fazem parte da “contratualização” para gestão sustentável do território. E da exigência de aprendizagens coletivas, com o risco da retirada de alguns participantes na formalização dos acordos, revelando controvérsias sociotécnicas entre peritos e experts do governo e populações locais.

---

<sup>97</sup> Entrevista concedida pelo Secretário Geral do Sindicato dos Pescadores de Cururupu, em 06.05.2011.

Analisados a partir do prisma da ação local, os desafios das “aprendizagens coletivas” se fazem ainda maiores quando vistos a partir da composição e ação dos conselhos deliberativos das Resex, que de acordo com Pierre Teisserenc aparecem como uma forma de institucionalização dos conflitos que conhecem o território depois de numerosos anos, configurando-se como uma nova instância dotados de recursos próprios advindos do governo federal que lhe dá apoio e legitima seu poder (TEISSERENC, 2013.<sup>98</sup>

Visto pelo ângulo das aprendizagens coletivas, da implantação do conselho deliberativo e de políticas setoriais voltadas para a melhoria das condições de vida das “famílias beneficiárias”, podemos supor que a implantação da Resex e sua atual recomposição territorial poderiam ter tornado este território mais atrativo. Porém, restam dúvidas sobre essa questão, quando vista a partir dos moradores que têm deixado a Resex para habitarem em municípios próximos, o que demanda a necessidade de novos estudos.

---

<sup>98</sup>A respeito de sua legitimidade, lembramos que a formação do Conselho Deliberativo está prevista no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) **com base nas** diretrizes da Lei 9.985/2000 e tem as suas diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento, disciplinadas pela Instrução Normativa IN nº 02, de 18 de setembro de 2007.

## CAPITULO 5 - À GUIA DE COMPARAÇÃO

**N**os capítulos precedentes apresentei, de maneira separada, a história da implementação das Resex de Frechal e de Cururupu, onde descrevi como o instrumento Resex foi acionado, a partir do contexto dos atores sociais que realizaram sua demanda. Em seguida, abordei, aspectos das experiências socioterritoriais nas duas Resex, entre outros, por meio das percepções que os atores passaram a ter do novo território. Feito isso, o objetivo deste capítulo é continuar essa análise numa perspectiva comparada, buscando outros elementos da ação pública que vem sendo construída nesses territórios.

Como apresentado nos capítulos anteriores, a Resex de Frechal abriga três povoados denominados Frechal, Rumo e Deserto e, aproximadamente, 880 habitantes, distribuídos em 249 famílias.<sup>99</sup> Tendo como base as autodenominações locais, no povoado de Frechal residem os “pretos”, no povoado de Rumo os “caboclos” e em Deserto “pretos” e “caboclos”. Em termos de organização política essas comunidades que rivalizam entre si participaram de forma diferenciada no processo de mobilização que culminou na criação da Resex. Os moradores dos povoados de Rumo e Deserto, inicialmente, não apoiaram a mobilização de Frechal contra o fazendeiro, fato que gerou e gera divisões internas entre as três comunidades até a data presente.

O instrumento Resex foi acionado para pôr fim à disputa territorial e houve o reconhecimento indireto pelo dispositivo jurídico-legal de que ali era um quilombo. Com isso, os povoados de Rumo e Deserto passaram, também, sobre a égide de

---

<sup>99</sup> Destas, 122 famílias habitam no povoado de Deserto, 85 no povoado de Frechal e 45 no povoado de Rumo.

“quilombolas”, sem terem a intenção de sê-lo, e sem que Frechal os reconhecesse como tal<sup>100</sup>.

Após a criação da Resex houve uma interpretação de Frechal de que o novo território a eles pertencia, fato que reforçou dissidências e apropriações diferenciadas da categoria “quilombola” e vem se constituindo como um desafio para a gestão territorial. De modo que, ser Resex e quilombo, veio exigindo dos moradores da Resex de Frechal não só a construção de um novo território, mas a construção de um território híbrido, que comporta elementos de identidades e de territorialidades diferentes para as três comunidades e vem colocando desafios, aos “pretos de Frechal”, de continuarem fazendo uso do instrumento Resex, por meio de contrato firmado com a União, via CCDRU, ou de realizar nova demanda (e retomar a luta) pela titulação definitiva, como território quilombola.

Já a Resex Cururupu, como vimos, teve a sua demanda de implementação concretizada a partir de uma convergência de fatores e resultou, mais da aplicação de políticas setoriais do poder público, do que de um processo de participação política dos moradores ou dos pescadores das ilhas, onde o instrumento Resex incidiu. Analisando o processo de criação da Resex, no período que vai de 1999 a 2004, vimos que as políticas voltadas para o município de Cururupu foram decisivas no seu processo de criação, fazendo parte de sua história e compondo, também, elementos de sua identidade em construção.

Feitas essas sínteses, passemos, agora, a considerar outros aspectos das vivências socioterritoriais nas duas Resex, a partir de dois quadros comparativos. O

---

<sup>100</sup> Durante a realização de pesquisa de campo em 2011, pude perceber no discurso dos moradores de Rumo e Deserto um processo de incorporação da autodenominação “quilombola”.

Quadro 1 resume alguns aspectos já abordados nos capítulos precedentes e o Quadro 2 apresenta outros aspectos com elementos para comparação.

**Quadro 1 – Dados comparativos entre as Resex Quilombo de Frechal e Marinha de Cururupu**

<b>NOME DA RESERVA</b>	<b>RESEX QUILOMBO DE FRECHAL</b>	<b>RESEX MARINHA DE CURURUPU</b>
<b>Localização</b>	Baixada Ocidental Maranhense Município de Mirinzal (100%)	Baixada Ocidental Maranhense Municípios de Cururupu (94,25%), Serrano do Maranhão (5,75%) e Apicum-Açu (0,58%)
<b>Ano de criação</b>	1992	2004
<b>Tempo de atuação em 2016</b>	24 anos	12 anos
<b>Área</b>	9.542 ha	185.046 ha
<b>Extrativismo (principal)</b>	Agricultura	Pesca
<b>Origem/demanda</b>	Nasceu de um conflito territorial que durou 19 anos  Demanda da população local	Nasceu de uma proposição da Prefeitura Municipal e do Ibama  Demanda do poder público
<b>Origem/procedência da população</b>	Africana: Mandinga, Benguella, Mina, Cabinda, Angola e Congo  (Final do século XVIII e início do século XIX)	Entre outros, refugiados da seca de 1877, provenientes dos estados da região Nordeste do Brasil (majoritariamente do estado do Ceará)
<b>Número de famílias/comunidades</b>	280 famílias (3 comunidades)	1.222 famílias (13 comunidades, 15 ilhas)
<b>Autodenominação</b>	Quilombolas, caboclos	Pescadores, praianos

<b>Relação com o entorno da reserva</b>	De conflito. Há usuários “indiretos” organizados em associações que reivindicam morar e trabalhar dentro da reserva.	De êxodo. Há um processo de saída de famílias para a sede dos municípios próximos (Cururupu e Apicum-Açu)
<b>Relação interna</b>	Há conflitos entre as comunidades	Não há conflitos entre as comunidades

Como mencionado em outras passagens deste trabalho e resumido no Quadro 1, as Resex estão localizadas na Baixada Ocidental Maranhense e foram criadas em anos diferentes, havendo uma diferença em termos de atuação de quase 12 anos entre as duas. Frechal foi uma das primeiras Resex do estado do Maranhão e primeira na região da baixada ocidental Maranhense e é conhecida nacional e internacionalmente. Cururupu, por sua vez, foi a primeira Resex Marinha do estado do Maranhão e demonstrou ser desconhecida e confundida com um dos projetos turísticos locais, o Polo Floresta dos Guarás.

A Resex de Cururupu tem a particularidade de insidir em três municípios o que abre perspectivas diferenciadas com o poder local. No entanto, as relações com os municípios de Cururupu e Apicum-Açu frequentes, e com Serrano do Maranhão praticamente inexistentes, havendo um relativo desconhecimento da existência da Resex por parte dos dois últimos municípios.

Outra particularidade de Frechal é ser a única Resex que foi, ao mesmo tempo, reconhecida como um Quilombo e de Cururupu ser a maior Resex marinha do Brasil. Fato que torna a Resex de Cururupu, com 185.046 ha, cerca de dezenove vezes maior em superfície que a Resex de Frechal com uma área de 9.542 ha.

A atividade extrativista principal na Resex de Frechal é a agricultura e na Resex de Cururupu é a pesca. Sendo que nas três comunidades que compõem a Resex de

Frechal, pratica-se a agricultura e a pesca artesanal. E na Resex de Cururupu a pesca é atividade exclusiva.

As duas Resex possuem históricos de demandas diferenciados. O instrumento Resex foi acionado pelos moradores da Fazenda Frechal em um processo de disputa territorial. E em Cururupu por iniciativa do poder público em aproveitar o contexto político e a oferta dos instrumentos disponíveis, entre outros, para ordenar e proteger territórios, implantando o chamado desenvolvimento pela iniciativa local.

A ocupação territorial se deu de forma diferenciada pelos moradores das duas Resex. Sendo parte da população de Frechal mais antiga e originária do período colonial. Havendo elementos de uma identidade coletiva construída com base na fixação dos indivíduos. Já nas ilhas que compõem a Resex de Cururupu, a ocupação é mais recente, datando de frentes de expansão do início do século XX e se caracterizando pela mobilidade social.

Ocupada por uma população de “pescadores” e “praianos” que migram e se movimentam de acordo com os recursos naturais, a Resex de Cururupu constitui um vasto território de 15 ilhas, onde residem, 1.222 famílias, distribuídas em 13 ilhas habitadas. A Resex de Frechal, por sua vez, é composta por 280 famílias, entres eles “quilombolas” e “caboclos”, distribuídos em três comunidades, cuja dimensão territorial coincidiu com uma antiga fazenda e depende de recursos escassos.

Estes recursos escassos são, em parte, responsáveis pelas relações de tensões, entre os usuários diretos da Resex e os chamados usuários indiretos que invadem e usam o território da Resex para o cultivo da terra e extração animal e vegetal, e se organizam em associações que manifestam o desejo de fazer parte da Resex. Já na Resex de Cururupu, observa-se a saída de famílias das ilhas mais próximas as sedes dos municípios.

As tensões pelos recursos escassos, posse e propriedade da terra, também marcam as relações entre as comunidades da Resex de Frechal, caracterizando relações de conflito, que datam da disputa territorial e são projetadas no território emergente ou território em recomposição. Diferente, também, da Resex de Cururupu que se recompõe territorialmente se aproximando e estabelecendo novas alianças entre os moradores das ilhas.

Durante os anos de 1992 a 2007, anos de criação da Resex e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Resex viveu sobre a liderança do povoado de Frechal que continuou seu processo de construção de identidade quilombola, baseada na ressemantização da categoria “quilombo” como força política e organizativa. Esta percepção e apropriação do território como um “quilombo” foi legitimada pelos técnicos do IBAMA e do antigo CNPT e por lideranças do movimento negro e foi, relativamente, não legitimada pelas outras duas comunidades, Rumo e Deserto, que projetaram as oposições assumidas durante o conflito com o fazendeiro para além dos limites da Resex e ampliaram os campos relacionais de poder por meio da fundação de um novo sindicato, o Sintraf, que apoia os denominados indiretos, como abordado.

Em 2007 com a chegada dos técnicos do recém-criado ICMBio e com a presença “incômoda” para Frechal da adoção do termo “chefe da reserva” inicia-se uma nova fase de oposições. Tratando-se não mais de tensões internas entre as comunidades, mas entre as novas lideranças de Frechal e o órgão gestor, uma vez que nos discursos dos técnicos do ICMBio o “território é a Resex”, desencadeando a possibilidade de novas estratégias, entre elas, a de demandar a titulação definitiva da terra.

Para os moradores da Resex de Cururupu, o território pertence à União, sendo comum a alusão “território da Marinha”. Havendo, também, legitimação das instituições governamentais gestoras da Resex, como resume o Quadro 2.

**Quadro 2 – – Dados comparativos entre as Resex Quilombo de Frechal e Marinha de Cururupu (continuação)**

<b>NOME DA RESERVA</b>	<b>RESEX QUILOMBO DE FRECHAL</b>	<b>RESEX MARINHA DE CURURUPU</b>
<b>Situação fundiária</b>	CCDRU Luta pela titulação definitiva da terra	CCDRU Ausência de preocupação com a titulação definitiva
<b>Perspectivas “Reserva Extrativista”</b>	Em transição / temporária	Em construção “Viver até o tempo que der”
<b>Atuação e formação de Lideranças</b>	Interna e externa Recrutamento familiar 2ª e 3ª geração	Interna Recrutamento familiar 1ª geração
<b>Relação com os técnicos do ICMBio</b>	Ruim (Críticas e de não legitimação)	Boa (Poucas críticas, de legitimação)
<b>Termo utilizado pelos técnicos do ICMBio para denominar a Reserva</b>	Unidade  Usuários	Reserva  Beneficiários
<b>Projeção/inserção em entidades representativas</b>	Há 19 anos ocupam a Diretoria do STTR,  16 anos na presidência.  STTR e SINTRAF (relação de oposição)	Ex-membro da diretoria do Sindicato dos Pescadores é atual presidente da associação dos moradores da Reserva  Sindicato dos Pescadores e Colônia dos Pescadores (relação de oposição)

<b>Relação com o poder local</b>	Lançaram candidatos a vereadores e deputado estadual que não foram eleitos  Situação de inserção consolidada, através dos sindicatos, apoiam e elegem prefeitos.	Lançaram candidatos a vereadores que não foram eleitos  Situação de instabilidade / inserção em construção
----------------------------------	--	--

Em ambas as Resex, os sindicatos que representam os extrativistas, sejam eles dos trabalhadores rurais ou de pesca, têm sido ocupados como uma entidade-chave para a projeção dos moradores no cenário político municipal e estadual.

Em Cururupu essa relação tem se dado do sindicato para dentro da Resex, por meio do “fornecimento” de sócios ou de líderes para ocupar cargos administrativos dentro da associação. Havendo uma trajetória de atuação de membros que, primeiramente, participaram da diretoria do sindicato e, posteriormente da associação, como foi o caso dos dois últimos presidentes da Ameremc.

Em Frechal, esta relação se dá de modo inverso, da Resex para o sindicato, por meio de líderes que atuaram, primeiramente, dentro da Resex e, posteriormente, dentro dos sindicatos. Há dezenove anos ocupam a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município e fundaram um novo sindicato, o Sintraf.

É por meio do sindicato rural que a Resex de Frechal vem apoiando ou apresentando candidatos políticos durante as eleições. E diante das dificuldades em serem eleitos,<sup>101</sup> mudaram de tática e passaram a apoiar e eleger candidatos nas eleições municipais<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> De acordo com pesquisa de campo, a dificuldade em eleger candidatos da reserva advém do fato das divisões internas e de certa impopularidade que a comunidade de Frechal possui junto aos moradores do município.

<sup>102</sup> A exemplo, Ivo Fonseca, liderança que se forma no processo de disputa territorial, atuou no STTR

No formato “instrumento”, as reservas vieram acompanhadas de outros mecanismos de ajustamentos entre os grupos de interesses como o conselho deliberativo, por exemplo. Este, mais do que um mecanismo de gestão, é aqui, também, concebido como uma forma de organizar o poder dentro do território. Na Resex de Frechal, notou-se como as três comunidades têm se organizado para a distribuição do poder e estabelecido relações diferenciadas com as instituições e o poder local. Interna e externamente, a comunidade de Frechal veio gerindo a reserva como uma liderança, em alguns casos se impondo e alijando as outras comunidades. Para alguns moradores, a reserva pertence à comunidade de Frechal. Alguns líderes resistiram à ideia de que a reserva deve ser gerida por um conselho deliberativo e, portanto, por membros de “fora” da comunidade de Frechal e da Resex, como relata a presidente da associação:

J – Quando chegou a ideia de que a reserva teria que ter um conselho deliberativo, foi logo um impacto muito grande para a comunidade de não aceitação. Porque o formato do Conselho, a comunidade não aceitou. Se passaram 5 anos de discussão desse Conselho para a gente poder formar, 5 anos atrás, 5 anos que a gente debatendo que não queria, né, o formato não condizia assim com o que a gente tinha em mente, sabendo que vinham pessoas, que não eram a favor da nossa luta e iriam fazer parte do conselho. Essa foi umas causas que demorou tanto a se formar o conselho deliberativo na reserva.

G – Isso foi de maneira geral ou uma posição mais das antigas lideranças?

J – Não, foi de maneira geral, até porque... isso era discutido em reuniões, era trazido para o público. Nas assembleias que eram discutidas, principalmente, mas não teve uma boa aceitação. Só formamos mesmo o conselho por conta que tínhamos que aprovar o Plano de Uso e o Plano de Manejo da Reserva. Se não fosse, era uma coisa que a gente ainda não teria formado. Em 5 anos e viemos formar agora no mês de novembro (informação verbal).<sup>103</sup>

---

e CCN, depois partiu para São Luís e foi um dos fundadores da Aconeruq e, em 2011, foi coordenador. Se candidatou duas vezes a deputado estadual e não se elegeu, na Resex tem o apoio de Frechal, mas não das outras comunidades. Foi o fundador do Partido dos Trabalhadores de Mirinzal, onde atua como articulador.

<sup>103</sup> Entrevista concedida pelo Presidente da Associação em 15.11.2011.

O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, capítulo V, referente ao Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas estabelece nos parágrafos 1º e 2º que a gestão da Resex será feita, além das representações das populações tradicionais, também por representações da sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais nos três níveis da federação, municipal, estadual e federal, de acordo com o contexto da unidade. Assim, a formação do conselho deliberativo das Resex, de acordo com as orientações acima mencionadas, coconstrói a ação local por meio de diversos parceiros, visando garantir e legitimar a gestão da Resex e o fortalecimento das comunidades locais. Porém, esta não parece ser a visão dos moradores da comunidade de Frechal que, ao contrário, veem esses parceiros como ameaça de enfraquecimento da comunidade.

É no seio do conselho deliberativo que se passa a ação local como o resultado de uma obra em coconstrução entre parceiros locais, que procedem pela identificação e definição dos problemas que enfrenta o território e da busca de respostas coletivas para eles. O conselho exige uma tentativa de acordo para agir em conjunto, ação que a comunidade de Frechal não se mostrava disposta, naquele momento, a implementar, criando resistências a criação do conselho.

Na Resex de Cururupu, a formação do conselho deliberativo levou aproximadamente um ano, num processo onde foram realizadas oficinas com representantes de órgãos governamentais, de organizações da sociedade civil e das comunidades locais e contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por intermédio da contratação de uma consultora para realização das atividades.

Após escolha e votação, houve a necessidade de substituição de um dos conselheiros na ilha de Lençóis, ocasião em que participei, a pedido dos técnicos do

ICMBio, secretariando a reunião extraordinária convocada para este fim. Entre os moradores presentes, houve dificuldade em encontrar pessoas dispostas a compor o conselho deliberativo, sendo necessário realizar pausa na reunião para que alguns presentes fossem atrás de outros moradores que demonstrassem interesse em participar. Finalmente, um jovem professor da escola local aceitou se candidatar e foi eleito por unanimidade. Passados dois dias, este, procurou-me explicando que embora eleito não poderia atuar como conselheiro, face as implicações que tal trabalho exigia, o que poderia acarretar desentendimentos com algumas famílias locais, em particular a família de sua esposa.

A legitimação da gestão do conselho, entre outros, se dá pela atuação e participação dos moradores e conselheiros, escolhidos pelo voto e que têm como um dos desafios gerir o desenvolvimento territorial e buscar soluções para problemas de interesse dos usuários da Resex. As decisões passam por avaliação dos conselheiros que votam para a resolução de impasses e encaminhamento de demandas com base no acordo de gestão e plano de manejo, seguindo os preceitos do SNUC.

A decisão do jovem professor de declinar de sua missão de conselheiro, também, pode ser lida, pelo fato das ações e decisões tomadas no Conselho Deliberativo serem do tipo que Teisserenc (2013) nomeia de “circuito curto”. Ou seja, há uma “proximidade entre o tempo e lugar da decisão e o tempo e o lugar da ação” (TEISSERENC, 2013, p. 40). O que, neste caso, poderia oferecer aos moradores a possibilidade de identificar os autores e avaliar a eficácia de suas decisões, risco que o “recém-conselheiro” demonstrou não querer experimentar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como abordado neste estudo, as reservas extrativistas nasceram como uma proposição dos movimentos sociais para resolver conflitos territoriais na Amazônia. De uma reivindicação pela propriedade da terra, caminhou-se no sentido da construção de novas identidades, de lutas por territórios em suas dimensões étnicas, culturais e simbólicas, aspecto em que foi incorporada a dimensão ambiental, seu novo desafio.

Analisadas na perspectiva dos instrumentos, de modo geral, as Resex foram concebidas como um produto do movimento social, elaboradas num contexto de conflitos, incorporadas pelo governo como um dispositivo de arbitragem. Enquanto instrumento passou a ser colocada à disposição dos atores sociais para desenvolverem seus territórios via ação pública local. Ao mesmo tempo em que permite materializar, operacionalizar a ação governamental, resolver conflitos e responder aos desafios ambientais do mundo contemporâneo.

Como vimos, de acordo com Lascoumes e Le Galès (2010), os instrumentos não são 'mono-instrumentais', mas efetivados a partir de uma pluralidade de instrumentos, são portadores de um senso largo, generalista, e com vocação para se aplicar a problemas setoriais diversos, podendo, nesse sentido, serem mobilizados dentro de políticas diferentes tanto na forma como no fundamento.

Vimos que no caso das reservas extrativistas, nascidas de um amplo movimento social amazônico, com diversas categorias sociais e étnicas concernidas, estas foram criadas como uma solução para problemas territoriais fundiários, mas também ambientais e étnicos. Tal processo exigiu a aplicação de instrumentos já consolidados como os de regulação fundiária, por meio de dispositivos de desapropriação e de titulação de terras, de dispositivos disciplinares relativos à

preservação do meio ambiente e gestão do território tal como o SNUC, que exigiu, por sua vez, uma adaptação dos órgãos responsáveis pela aplicação desse instrumento, por meio de um processo de desconcentração e descentralização, criação de novas autarquias com transferência de responsabilidades, a exemplo do que aconteceu com o IBAMA e com a criação de institutos como foi o caso do CNPT e do ICMBio<sup>104</sup>.

As características ‘multi-instrumentais’ do instrumento Resex as tornam passíveis de novas interpretações, pois não sendo axiologicamente neutras, são portadores de valores e nutridas de interpretação social. Neste sentido, a abordagem comparativa utilizada neste estudo teve como finalidade dar conta da maneira como foi implantado o instrumento “reserva extrativista” nos dois territórios tradicionais estudados, assim como identificar e analisar as diferenças e os pontos comuns no processo de institucionalização e recomposição territorial que estão sendo construídos. Buscou-se, a partir de um recorte temporal, que priorizou o processo de implementação das duas Resex, saber como os atores sociais interpretam e se apropriam do instrumento Resex na construção de uma ação pública em curso que se quer, também, ambiental.

O resultado da pesquisa mostrou que, embora tenham sido implementadas pelo mesmo instrumento, as Resex são portadoras de múltiplas apropriações e interpretações. Demonstrando, como já assinalamos, ser um instrumento de sentido largo, generalista, e com vocação para se aplicar a problemas setoriais diversos e, podendo, nesse sentido, ser acionado ou aplicado dentro de políticas diferentes, tanto na forma, como no fundamento.

---

<sup>104</sup> Lembrando que o CNPT passou por uma reformulação no ano de 2009 e deixou de atuar exclusivamente na gestão das Reservas Extrativistas, passando a ser um Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), um dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação vinculados ao ICMBio, por su vez uma autarquia em regime especial, criado em 2007, como resultado de um desmembramento do IBAMA.

A exemplo, vimos que os moradores de Frechal fizeram a leitura desse instrumento com base em suas necessidades de preservação do território étnico e o acionaram diante da inaplicabilidade do Artigo 68 da Constituição Federal. Interpretando-o, inicialmente, como “terras dos pretos de Frechal” e, posteriormente, como um “território de quilombo”, ainda em construção.

No que concerne à Resex de Cururupu, uma das interpretações do instrumento foi feita via representantes do poder local e sindicato dos pescadores artesanais que viram na implantação da Agenda 21 Local um contexto favorável para a criação da Resex, utilizando o princípio de precaução de proteção do litoral, assim como de conflito entre a pesca artesanal e a pesca industrial, já instalado em áreas próximas.

Em Cururupu, observou-se, que a apropriação do instrumento se fez via implantação de política pública tradicional, resultado de alianças entre técnicos do Ibama e lideranças tradicionais do poder local, que ficaram e de certo modo ainda ficam à espera de implementações de políticas públicas via órgãos do governo federal. No entanto, uma vez instituída a Resex, diversos atores concernidos, moradores e representantes das instituições governamentais e privadas, demonstram vontade de construir uma ação local que passa pela atratividade turística do território, tendo como via a Resex instituída, demonstrado o caráter instituinte do instrumento e sua vocação a construção da ação pública local.

Que no caso da Resex de Cururupu vem se dando, entre outros, através de um processo de recomposição territorial a partir da construção de uma nova identidade coletiva, que passa, por sua vez, por uma percepção ‘nova’ do território e por meio da incorporação de termos como “meio ambiente”, “preservação”, “extrativistas”, “Resex” “turismo”, ou ainda, da incorporação de direitos e deveres, que necessitam, porém, serem aprofundados em estudos posteriores.

Como também analisado por Lascoumes e Le Galès (2010), os instrumentos são um tipo particular de instituição no sentido sociológico do termo e, tal como as instituições sociais, estabelecem um conjunto de normas e procedimentos que estruturam a conduta dos atores e das organizações, agregam valores, crenças e práticas e fornecem um quadro estável de antecipações que reduzem as incertezas e estruturam a ação coletiva.

Nesse sentido, o SNUC é aqui considerado como um marco institucional importante na trajetória governamental das reservas extrativista, figurando como um dispositivo essencial para a incorporação de normas e procedimentos que passaram a estruturar as condutas dos atores dentro do “novo território”, adicionando elementos no processo de gestão e recomposição territorial. Exemplos dessas normas podem ser encontrados nos planos de uso, nos planos de manejo, nos planos de gestão, na formação dos conselhos deliberativos, bem como em instruções normativas de diversos tipos, e que possuem, entre outros, um caráter disciplinar das ações.

Nas reservas extrativistas analisadas o caráter “instituição” está em curso e, portanto, em vias de “institucionalização”, onde as normas, o estabelecimento de regras, os acordos e as parcerias contribuem num processo maior de “ambientalização”. Na perspectiva de um processo “ambientalização”, as reservas extrativistas se construíram, entre outros, por meio de uma percepção ambiental dos conflitos, no entendimento de que os territórios e seus recursos naturais preservados eram essenciais para a sobrevivência física e cultural do grupo.

Na perspectiva das reservas extrativistas enquanto um instrumento incorporado às políticas ambientais, este processo de ambientalização tem se dado via um processo maior de ambientalização em curso no planeta, de certa forma regido sobre os preceitos da Convenção para a Diversidade Biológica, CDB, no Brasil

incorporados via SNUC que formalizou o papel das populações tradicionais no manejo de ecossistemas e na preservação da bio e da sócio diversidade, sendo aqui considerado como um dos elementos estruturadores desse processo de ambientalização.

Enquanto instrumento que visa o desenvolvimento local do território com base em preceitos de sustentabilidade e que necessita da adesão dos atores sociais, as duas Resex estudadas precisam ser melhor divulgadas quanto aos seus objetivos junto aos moradores e parceiros institucionais potenciais, visando comprometimento nas ações a serem coimplementadas. A cooperação entre os atores sociais são meios importantes para o aprimoramento da gestão, além de representarem alternativas para a superação de limitações que afetam a governança e a sustentabilidade das Resex. No caso das duas Resex, há a necessidade de traçar estratégias para levar informações aos seus usuários e ao domínio público e, conseqüentemente, sensibilizar a sociedade sobre a sua importância, não apenas como ponto turístico, mas também como instrumento na conservação da biodiversidade.

Enquanto instrumento que materializa as ações governamentais, ainda em fase de institucionalização, as singularidades culturais e étnicas precisam ser respeitadas e incorporadas ao instrumento, seguindo a sua vocação inicial genérica, evitando, assim, o risco de uniformização que os dispositivos disciplinares de condutas coletivas, como instruções normativas, tentam implementar e encontram resistências, sobretudo na Resex de Frechal.

No que diz respeito aos estudos e análises da sociologia política, uma das contribuições desse estudo é que as Resex no Brasil dão margens à revisões de conceitos estadistas de intervenção pública e cedem espaço a análises mais abertas, como o conceito de ação pública. Essa reversão é indicada pela escolha de uma

abordagem em que são levadas em conta tanto as ações de instituições públicas, como a pluralidade de atores, públicos e privados, tanto da sociedade civil, como da esfera do Estado, agindo em conjunto, em múltiplas interdependências, em nível supranacional, nacional, mas também local, para produzir novas formas de regulação e participação, capazes de garantir e ampliar direitos sociais em construção.

Em termos de participação o instrumento Resex aponta para uma ação pública largamente processual e interorganizacional, notadamente em matéria de gestão territorial, confrontada à existência de problemas cuja solução ultrapassa o âmbito de uma só organização e de um só ator principal.

O caráter genérico do instrumento, portador de interpretações, que se configura como um tipo particular de instituição e que gera efeitos nas relações de poder, foram alguns entre outros elementos passíveis de análise que instrumentos inovadores como as Resex podem comportar. Nesse sentido, o objetivo desta tese, que se espera atingido, foi de demonstrar que a perspectiva de instrumento da ação pública local é uma entre as múltiplas análises possíveis sobre as reservas extrativistas.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. **Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta Amazonica.** In: São Paulo em Perspectiva 3(4), Out. / Dez, 1989, p. 23 - 29

\_\_\_\_\_. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** 2002. Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Do avanço Brasil ao PPA de Lula: o que mudou do ponto de vista ambiental na agenda do desenvolvimentismo na Amazonia.** Ver. Ciencia e Ambiente n. 32, Jan/ Jun, 2006. p. 15 -34

ALMEIDA, Mauro Barbosa W. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-53, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso: 07 out. 2013.

ALOMA, Tereza Pinho de Vasconcelos Chaves. **Gestão pública e participação: uma análise do conselho deliberativo da reserva extrativista Mae Grande de Curuçá.** 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

AMBLARD, Henri; BERNOUX, Philippe ; HERREROS, Gilles ; FRÉDÉRIC, Livian. **Les nouvelles approches sociologiques des organisations.** Paris. Édition du Seuil, 2005.

ANTONI, Giorgio de. **O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazonia.** Rev. Ambiente e Sociedade. V. XIII, n. 2, Jul/Dez, Campinas, 2010. p. 443 - 454

AQUINO, Maria José da Silva. **“A Casa dos Nossos Gens”:** um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2003.

AROCENA, Jose. **Le développement par l’initiative locale: le cas français.** Paris: Editions L’Harmattan, 1986.

AUBERTIN, C. et al. Le développement durable, nouvel âge de la conservation. In: AUBERTIN, C.; RODARY, E. **Aires proteegees: espaces durables?** Marseille: IRD Éditions, 2008. p. 49 - 70

AUBERTIN, C.; PINTON, F. **De nouvelles frontières du développement durable: la construction des espaces de droits en Amazonie brésilienne.** Colloque international “Les frontières de la question foncière – At the frontier of land issues”. Montpellier 2006.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. L’extractivisme entre conservation et développement. In: GILLON, Yves et al. **Du bon usage des ressources renouvelables.** Paris: IRD Éditions 2000.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. De la Réforme agraire aux unités de conservation: histoire des réserves extractivistes de l'Amazonie Brésilienne. In: ALBALADEJO, C.; TULET, J-C (Coord.). **Les fronts pionniers de l'Amazonie Brésilienne**: la formation de nouveaux territoires. Paris: l'Harmattan, 1996.

AUBERTIN, C. Les "Réserves Extractivistes": un nouveau modèle pour l'Amazonie? **Natures – sciences et sociétés**, v. 3, n. 2, 1995.

BARBOSA, Marco Aurélio Maia. **A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas**: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. Rio Branco: Acre, 2011.

BECKER, Howard S. **Les ficelles du métier**. Comment conduire sa recherche en sciences sociales. Paris: La Découverte, coll. "Guides Repères" 2002.

\_\_\_\_\_. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. 1. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 2015.

BEHAR, D. Les nouveaux territoires de l'action publique. In: PAGÈS, D. (sous La dir.). **Territoires sous influence**. Paris: l'Harmattan, 2000.

BENATTI, José Helder. Regularização Fundaria e Ordenação Territorial no Estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: UFPA/NUMA, 2009.

BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PPGCS–UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas, processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, n. 1, p. 8 - 32, maio 2004.

\_\_\_\_\_. Terras de preto, terras de santo e terras de índio. uso comum e conflito. **Cadernos do NAEA**, Belém, n.10, p. 163-196, 1989.

BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne. **L'entretien**. 2. ed. Armand Colin, 2007.

BORGES, S. H. et al. **Uma análise geopolítica do atual sistema de unidades de conservação na Amazônia Brasileira**. Manaus: Relatório de Pesquisa. Conservação Internacional, 2007. v. 4

BOYER, Véronique, [2009]. Qu'est le quilombo aujourd'hui devenu ? De la catégorie coloniale au concept anthropologique. **Journal de la Société des Américanistes**, p. 229-251, 2010.

BOUSSAGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; RAVINET, Pauline (dir.). **Dictionnaire des politiques publiques**. 3. ed. Paris: Presses de Sciences, 2010. (Collection Références)

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Rev. Lua Nova, n.45, 1998. p. 49 - 95

BROGGIO, C.; DROULERS, M. Democratisation et territoire au Brésil. **Géocarrefour** (em line). v. 81/3, 2006 mis em line 2010. Disponível em: <<http://geocarrefour.revues.org/index1544.html>>. Acesso em: 29 nov. 2014

BUISSON-FENET, Hélène; LE NAOUR, Gwenola (Coord.). **Les professionnels de l'action publique face à leurs instruments.** Collection le travail en débats. Série Colloques et Congrès. Octares editions, France, 2008.

CALLON, Michel et al. (Org.). **Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique.** Paris: Editions du Seuil, 2001.

CARDOSO, Denise Machado. **O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local: Rio Arraiolos – Almeirim/PA.** 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas.** Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2002.

CAVALCANTI, F. C. S.; MACIEL, R. C. G. et al. A sustentabilidade das reservas extrativistas pela perspectiva da Economia Ecológica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46. Rio Branco, 2008. *Anais...*, Rio Branco, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). Universidade Federal do Pará. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

CHAMY, Paula. **Reservas extrativistas: um estudo sobre territorialidade marítima e sustentabilidade.** 2005. Dissertação (Mestrado em Biologia) - PROCAM/NUPAUB, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COMMAILLE, Jacques. Sociologie de l'action publique. In: BOUSSAGUET, Laurie et al. **Dictionnaire des politiques publiques.** Paris: Presses de Sciences Po, Collection Références, 2010. p. 599-607

COPANS, Jean. **Sociologie du développement.** 2. ed. Paris: Armand Colin, 2010.

\_\_\_\_\_. **L'enquête ethnologique de terrain.** 2. ed. Paris: Armand Colin, 2008. (Collection L'enquete et ses méthodes)

COSER, Lewis A. Conflito. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Tradução Álvaro Cabral; Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CUNHA, Claudia Conceição. **Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no Estado Brasileiro dos anos 1990**. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Revista Theomai**, Argentina, n. 20, p. 169-185, 2009.

DE ALMEIDA, Zafira da Silva. **Os recursos pesqueiros marinhos do Maranhão: biologia, tecnologia, socioeconomia, estado da arte e manejo**. 2008. Tese (Doutorado em Zoologia) - Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DE MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. Les politiques publiques de développement durable. In: DROULERS, Martine; LE TOURNEAU, François-Michel (Dir.) **L'Amazonie Brésilienne et le développement durable**. Edition Belin, 2010.

DE PAULA, Ana Paula Paes. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. Ver. RAE Debate. Vol. 45. N. 1, Jan/Mar, 2005. p. 36 - 49

DIEGUES, Antônio C.; MOREIRA, André C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: USP, 2001.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2005.

ESTERCI, N.; FERNANDES, A. O legado conservacionista em questão. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, 2009.

FERREIRA, Antonio José de Araujo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. La Gouvernabilité (Cours du 1/2/1978). In: **Dits et écrits II**, Galimard Paris, 2001. p. 635-642.

\_\_\_\_\_. Sécurité, territoire, population. 4 leçon. 1<sup>er</sup> février 1978. Autant, n. 167-168. Septembre-décembre p 12-29. In: **Dits et écrits II**, Galimard Paris, 2001.

FRAGOSO, A. Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceitual. **Revista Portuguesa de Educação**. V 18, n. 1. P. 23-51. Braga, 2005.

FRIEDBERG, Gerhard. **O poder e a regra: dinâmicas da ação organizada**. Lisboa: Institut Piaget, 1993.

GAUDIN, Jean Pierre. **Gouverner par contrat, l'action publique en question**. Paris: Presses de Sciences Po, 1999.

GUERY, A. **Institution histoire d'une notion et de ses utilisations dans l'histoire avant les institutionnalismes**. Paris: Éditions L'Harmattan, 2003.

HASSENTEUFEL, Patrick. **Sociologie politique: L'action publique**. 2. ed. Arand Colin, 2011.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. Lascoumes Pierre et Le Galès Patrick, «Instrument». In : BOUSSAGUET, Laurie et al. **Dictionnaire des politiques Publiques**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010. p. 325-335.

\_\_\_\_\_. **Sociologie de l'action publique**. Paris: Armand Colin, 2009. (Collection Domaines et Approches)

\_\_\_\_\_. **Gouverner par les instruments**. Paris: Presses de Sciences Po, 2004.

LASCOUMES, Pierre; Louis, Simard. L'action publique au prisme de ses instruments. **Revue Française de Science politique**, v. 61, n. 1, fev. 2011.

LECA, Jean; MULLER, Pierre. Y a-t-il une approche française des politiques publiques? Retour sur les conditions de l'introduction de l'analyse des politiques publiques en France. In: GIRAUD, Olivier; WARIN, Philippe (Dir.). **Politiques publiques et démocratie**. Collection Recherches, série «Territoires du Politique». Paris: Editions La Découverte, 2008.

LIMA, D. Éthique et politique environnementale en Amazonie contemporaine. **Revue Lusotopie**, Bordeaux, v. 34, n.65, 2002.

LITTLE, Paul Elliott. **A Etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. Brasília: UNB, 2002. (Serie Antropologia)

\_\_\_\_\_. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) - PPGAS, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MALIGHETTI, Roberto. **O quilombo de Frechal: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos**. Brasília: Edições do Senado, 2007. v. 81

MANESCHY, Maria Cristina. Redes de Associações de Grupos de Camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): Fonte de Capital Social? **Redes. Revista Hispana para el**

**Análisis de Redes Sociales**, Barcelona, Espanha: Universidad Autónoma de Barcelona, v. 2, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ajuruteua**: uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: EDUFPA, 1995.

MARTINS, Marlúcia Bonifácio; OLIVEIRA, Tadeu Gomes (Org.). **Amazônia Maranhense**: diversidade e conservação. Belém: MPEG, 2011.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2006.

MILLS, C. W. [1959]. Do artesanato intelectual. In: **A Imaginação Sociológica**. 1. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MOREIRA, E. **Movimento social amazônico em defesa de territórios e de modos de vida rurais**: estudo sociológico no Baixo Xingu. 2008. 185f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS/ Universidade Federal do Pará /Universidade Paris 13, Belém, 2008.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. 9. ed. Paris: Presse Universitaires de France, 2011.

OLIVEIRA, Paulo. **Guimarães na história o Maranhão**. São Luis: Sioge, 1984.

OLIVEIRA FILHO, Marco Aurélio Maia Barbosa. A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. **Revista Eletrônica Centro de Memória Operária e Popular**, 2012.

OSTROM, Elionor; VAN WEY, L. K.; MERETSKY, Vicky. Teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: MORAN, E. F; OSTROM, E. (Org.). **Ecosistemas florestais**: interação homem-ambiente. São Paulo: SENAC; EDUSP, 2009. p. 41-86.

OSTROM, Elionor. **Gouvernance des biens communs**: pour une nouvelle approche des ressources naturelles. Paris: Bibliothèque Nationale, 2010.

OSTROM, E.; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 65, n. 1, p. 155-233, 2003.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. Le territoire, la géographie et les sciences sociales : aperçus historiques et épistémologiques. In: VANIER, M. (Dir.) **Territoires, territorialité, territorialisation, controverses et perspectives**. Presses Universitaires de Rennes, 2009.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PAYRE, Renaud; POLLET Gilles. **Socio-histoire de l'action publique**. Paris: La Découverte, 2013. (Collection Repères)

PECQUEUR, B. Le développement territorial une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In \_\_\_\_\_. **Le Territoire est mort. Vive les Territoires!** Paris: IRD Éditions, 2005.

\_\_\_\_\_. Fondements theoriques et conceptuels du developpement local et de la gouvernance territoriale. In: \_\_\_\_\_. **Développement local, gouvernance territoriale: enjeux et perspectives**. Paris: Editions Karthala, 2008. p. 11-22.

PEREIRA, Madian. Frazao. **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião: bens simbólicos e naturais da Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação**. 2007. 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da Territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)**. Brasília : IBAMA, 2003.

RODARY, E.; MILIAN, J. Extension et diversification des Aires protégées: rupture ou continuité? In: AUBERTIN, C.; RODARY, E. **Aires Protégées: espaces durables?** Marseille: IRD Éditions, 2008.

RODARY, E. Les Aires Protégées à l'aune de La mondialisation. In: AUBERTIN, C.; RODARY, E. **Aires Protégées: espaces durables?** Marseille: IRD Éditions, 2008.

SAINSAULIEU, Renaud. **Sociologie de l'entreprise**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques et Dalloz, ,1997.

SANT'ANA, R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental**. 2003. Dissertação de Mestrado em - PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2003.

SILVA, Marcos José. O conflito social e suas mutações na teoria sociológica. **Revista Eletrônica**, v. 1, n. 2, 2011.

SOUZA FILHO, Benedito. Quilombos e quilombolas: entre o conceito e a politização semântica. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 1, p. 61-78, jun. 2013.

SOUZA FILHO, B. **Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEISSERENC, Pierre e AQUINO-TEISSERENC, Maria José da S. A. Territorio da ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental. In: **Revista de Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro. Vol. 04, Junho, 2014. p. 97 -125

TEISSERENC, Pierre. **L'Action publique dans ses nouveaux territoires en France et au Brésil**. Paris: L'Harmattan, 2013.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, p. 5-26, dez. 2010a.

\_\_\_\_\_. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. Antropolítica: **Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói-RJ, n. 29, p. 153-179. 2. sem. 2010b.

\_\_\_\_\_. Les Resex: un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, 2009.

\_\_\_\_\_. **Les réserves extractivistes comme instruments des politiques de développement durable Amazonie au Brésil**. Paris: CERL, Université Paris 13, nov. 2007.

TEISSERENC, Pierre et al. (Org.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: EDUFPA, 2009.

TEISSERENC, Pierre et al. (Org.). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

TEIXEIRA, Gercilene. Politiques environnementales de développement durable en Amazonie brésilienne: réflexion à partir des Unités de Conservation Environnementale - UCs. **Revue Scientifique de l'Association des Chercheurs et Etudiants Brésiliens en France - Passages de Paris Édition Spéciale**. Paris: GRIB/APEB, n. 5, 2010.

\_\_\_\_\_. **Na rota do camarão**: um estudo antropológico sobre pesca e comércio do camarão em zona costeira. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGCS, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

THOENIG, Jean-Claude; DURAN, Patrice. L'État et la gestion publique territoriale. **Revue Française de Science Politique**, v. 46, n. 4, p. 580-623, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Le retour de l'acteur**: essai de sociologie. Paris: Fayard, 1984.

VALLADARES, G. S. et al. Mapeamento da aptidão agrícola das 82 terras do Estado do Maranhão. Embrapa Monitoramento por Satélite, Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2008. 25p. Disponível em: <http://www.aptidaoma.cnpem.br/conteudo/publicacoes.htm>. Acesso em 5/08/2013

VANIER, Martin. **Territoires, territorialité, territorialisation**: controverses e perspectives. Rennes: Presse Universitaires de Rennes, 2009. (Collection Espaces et Territoires)

VASCONCELOS, Mário; VASCONCELOS, Ana Maria de A. Participação e Desenvolvimento Territorial: Reflexões a partir do Programa Proambiente. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; TEISSERENC, Pierre (Org.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: UFPA/NUMA, 2009.

XAVIER, Arnauld de Sartre; BERDOULAY Vicent. **De politiques territoriales durables? Leçons d'Amazonie**. Montpellier: Editions Quae, NSS – Dialogue, 2011.

### Documentos consultados

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Intitui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília: MMA/SBF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 07 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>>. Brasília, 2015. Acesso em: 07 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Amazônia**: unidades de conservação: auditoria coordenada. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 98.897, de 20 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as **Reservas Extrativistas** e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 – regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o **SNUC**, e dá outras providências. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto de 2 de junho de 2004 - Cria a Reserva Extrativista de Cururupu, nos Municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa ICMBio nº 02, de 18 de setembro de 2007 - disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do **Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista** e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa IBAMA nº 39, de 02 de julho de 2004 – ordenamento da pescaria com zangaria no litoral do estado do Maranhão. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, 5 de julho de 2004, p.81.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 126, de 4 de dezembro de 2014. Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista de Cururupu. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p.121.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 122, de 6 de novembro de 2014. Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Cururupu. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p.87.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 35, de 20 de maio de 2011 - Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu/MA. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p.79.

IBAMA. **Lauda socioeconômico da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu**. São Luís: IBAMA, 2002.

DOSSIE. CRUZ, Thomaz de Melo. **Fazenda de Frechal**. Mirinzal, Maranhao, Junho 1993;

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Agenda 21 Local**: Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil. Fortaleza, 2003. p.13-23.

PROJETO Vida de Negro. **Frechal Terra de Preto**: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN, 1996

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de auditoria sobre as Unidades de Conservação do Bioma Amazônia**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/auditoria\\_tcu\\_uc\\_bioma\\_amazonia\\_2013.pdf](http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/auditoria_tcu_uc_bioma_amazonia_2013.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2013.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – REGISTRO ICONOGRÁFICO



Reunião do Conselho Deliberativo, técnico do ICMBio e membros de Frechal (2011)



Visão das eólicas sobre as dunas na Ilha de Lençóis (Resex de Cururupu, 2011)



Turistas do leste europeu na ilha de Lençóis conduzidos por morador da ilha em passeio de barco

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS

### Questionário - Moradores Resex Cururupu

Entrevistador :

Data:

Questionário N° \_\_\_\_\_

Município:

1. Nome do entrevistado:

2. Sexo:

3. Idade:

4. Estado civil:

5. Nº de membros da família:

6. Local onde nasceu:

7. Tempo que reside na localidade:

8. Atividade/ocupação/trabalho

Pesca

Pesca e vende

Vende

Outro

\_\_\_\_\_

9. Exerce outra atividade? Sim  Qual?

Não

10. Participa de algum programa ou recebe algum auxílio governamental?

Sim  Especificar:

Há quanto tempo ?

Não

11. É associado à colônia de pescadores?

Sim  Há quanto tempo ?

Não

Por quê?

12. É associado ao sindicato dos pescadores?

Sim  Há quanto tempo ?

Não

Por quê?

13. Propriedade dos instrumentos de pesca. Próprio: Sim  Não

Especificar:

14. Destino da produção: Para o próprio consumo:

Sim

Não

15. Vende direto ao consumidor?

Sim

Não

Local:

16. Divide a produção com alguém?

Sim

Não

De que forma?

17. Outro membro participa da renda familiar? Sim

Não

Grau de Parentesco:

18. Existe(m) problema(s) que interferem na(s) atividade(s) de pesca?

Sim  Especificar:

Não

Não sabe

19. Existe(m) conflito(s) relacionados à pesca?

Sim  Especificar:

Não

Não sabe

20. Caso exista, o que deveria ser feito para solucionar esse problema/conflito?

21. Em sua opinião, quem é responsável por esse problema/conflito?

22. Conhece alguma área protegida?

Sim  Qual?

Não

23. Sabe da existência de uma reserva extrativista na localidade?  
 Sim  Não
24. Sabe como foi criada a reserva extrativista?  
 Sim  detalhar: Não
25. Você participou no processo de criação da reserva?  
 Sim  detalhar : Não
26. Você participa nas atividades desenvolvidas pela reserva?  
 Sim  Há quanto tempo ? Não  Por quê?
27. Caso sim, de que forma participa?
28. Como se deu o processo para você participar?
29. Você conhece os objetivos de uma reserva extrativista?  
 Sim  Especificar: Não
30. Você é cadastrado na reserva?  
 Sim  Há quanto tempo? Não  Por quê?
31. Você é membro da associação de moradores da reserva?  
 Sim  Há quanto tempo? Não  Por quê?
32. É filiado a algum partido político?  
 Sim  Qual? Há quanto tempo? Não
33. Em sua opinião quem administra a reserva?
34. Em sua opinião como a reserva deve ser administrada? Por quem?
35. Há regras para se viver na reserva?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
36. Há conflitos relativos a essas regras?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
37. Há resistência na adoção dessas regras?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
38. Existem lideranças na reserva?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
39. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas lideranças?
40. Em sua opinião a reserva contribui para o desenvolvimento do município e da região?  
 Sim  De que forma? Não  Não sabe

41. Em sua opinião a Reserva contribui para o desenvolvimento do estado e do país?  
Sim  De que forma? Não  Não sabe
42. Você sabe o que é o conselho deliberativo da reserva?  
Sim  Especificar: Não
43. Participa do conselho deliberativo?  
Sim  Especificar: Não
44. Conhece o plano de uso/utilização da reserva?  
Sim  Especificar: Não
45. Participou na elaboração do Plano de Uso/Utilização da Reserva?  
Sim  Especificar: Não
46. Conhece aspectos do contrato de concessão de uso?  
Sim  Especificar: Não
47. Você sabe quais Instituições públicas ou privadas atuam na reserva?  
Sim  Especificar: Não
48. Você sabe de que maneira elas atuam na reserva?  
Sim  Especificar: Não
49. Qual a sua relação com essas instituições?
50. Conhece pessoas ligadas a essas instituições?  
Sim  Especificar: Não
51. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas instituições?
52. A respeito das últimas eleições, houve candidatos lançados pela reserva?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
53. A reserva foi mencionada ou discutida pelos candidatos durante as eleições?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
54. Houve candidatos que solicitaram apoio da reserva?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
55. A reserva apoiou algum candidato?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
56. Como você avalia a participação dos membros da reserva durante as eleições?
57. Como você avalia a relação do atual prefeito do município com a reserva?
58. Como você avalia a relação dos vereadores do município com a reserva?

59. Em sua opinião houve mudanças na ilha/praias/comunidade após a criação da Reserva extrativista? Sim  Especificar \_\_\_\_\_ Não  Não sabe

60. Em sua opinião quais os aspectos positivos e negativos da criação da reserva extrativista?

Positivos	Negativos

Não sabe responder

61. Sabe alguma coisa sobre a APA das Reentrâncias Maranhenses?

Sim  O quê? \_\_\_\_\_

Não

62. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos desta APA?

Positivos: \_\_\_\_\_

Negativos: \_\_\_\_\_

Não sabe responder

63. Sabe alguma coisa sobre o Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás?

Sim  O quê? \_\_\_\_\_

Não

64. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos deste polo?

Positivos: \_\_\_\_\_

Negativos: \_\_\_\_\_

Não sabe responder

65. Há alguma questão ou assunto que não foi mencionado e que você gostaria de mencionar/acrescentar?

Sim  Qual? \_\_\_\_\_

Não

Observações: \_\_\_\_\_

## Questionário - Moradores Resex Frechal

Entrevistador : \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Questionário Nº \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

1. Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

2. Sexo: \_\_\_\_\_

3. Idade: \_\_\_\_\_

4. Estado civil: \_\_\_\_\_

5. Nº de membros da família: \_\_\_\_\_

6. Local onde nasceu: \_\_\_\_\_

7. Tempo que reside na localidade: \_\_\_\_\_

8. Atividade/ocupação/trabalho \_\_\_\_\_

Agricultura

Pesca

Agricultura e pesca

Outros

\_\_\_\_\_

9. Exerce outra atividade? Sim  Qual?
10. Destino da produção: Para o próprio consumo: Sim  Não
11. Vende direto ao consumidor? Sim  Não  Local:
12. Divide a produção com alguém? Sim  Não  De que forma?
13. Outro membro participa da renda familiar? Sim  Não  Grau de Parentesco:
14. É membro de alguma associação/sindicato/partido político /movimento?  
Sim  Especificar: Há quanto tempo? Não
15. Participa de algum Programa ou recebe algum auxílio governamental?  
Sim  Especificar: Há quanto tempo? Não
16. Em que ano foi criada a Reserva Extrativista de Frechal?
17. Você participou no processo de criação da reserva?  
Sim  detalhar : Não
18. Em sua opinião quais os fatos mais marcantes da história da reserva?
19. Além da Reserva Extrativista de Frechal você conhece outra reserva extrativista na região?
20. Conhece algo a respeito da história das reservas extrativistas no Brasil?  
Sim  Especificar: Não
21. Você participa nas atividades desenvolvidas pela reserva?  
Sim  Há quanto tempo ? Não  Por quê?
22. Caso sim, de que forma participa?
23. Como se deu o processo para você participar?
24. Você conhece os objetivos de uma reserva extrativista?  
Sim  Especificar: Não
25. Como você contribui para o alcance desses objetivos?
26. Você é cadastrado na reserva?  
Sim  Há quanto tempo ? Não  Por quê?
27. Você é membro da Associação de Moradores da Reserva?  
Sim  Há quanto tempo ? Não  Por quê?
28. É filiado a algum partido político?  
Sim  Qual? Há quanto tempo? Não
29. Em sua opinião quem administra a reserva?
30. Em sua opinião como a reserva deve ser administrada? Por quem?
31. Há regras para se viver na reserva?

- Sim  Especificar: Não  Não sabe
32. Há conflitos relativos a essas regras?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
33. Há resistência na adoção dessas regras?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
34. Existem lideranças na reserva?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
35. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas lideranças?
36. Em sua opinião a reserva contribui para o desenvolvimento do município e da região?  
Sim  De que forma? Não  Não sabe
37. Em sua opinião a reserva contribui para o desenvolvimento do estado e do país?  
Sim  De que forma? Não  Não sabe
38. Você sabe o que é o conselho deliberativo da reserva?  
Sim  Especificar: Não
39. Participa do conselho deliberativo?  
Sim  Especificar: Não
40. Conhece o plano de uso/utilização da reserva?  
Sim  Especificar: Não
41. Participou na elaboração do plano de uso/utilização da reserva?  
Sim  Especificar: Não
42. Conhece aspectos do contrato de concessão de uso?  
Sim  Especificar: Não
43. Você sabe quais as Instituições públicas ou privadas que atuam na reserva ?  
Sim  Especificar: Não
44. Você sabe de que maneira elas atuam na reserva?  
Sim  Especificar: Não
45. Qual a sua relação com essas instituições?
46. Conhece pessoas ligadas a essas instituições?  
Sim  Especificar: Não
47. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas instituições?
48. A respeito das últimas eleições, houve candidatos lançados pela reserva?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
49. A reserva foi mencionada ou discutida pelos candidatos durante as eleições?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
50. Houve candidatos que solicitaram apoio da reserva?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
51. A reserva apoiou algum candidato?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe

52. Como você avalia a participação dos membros da reserva durante as eleições?

53. Como você avalia a relação do atual prefeito do município com a reserva?

54. Como você avalia a relação dos vereadores do município com a reserva?

55. Em sua opinião houve mudanças comunidade após a criação da reserva extrativista? Sim

Especificar  Não  Não sabe

56. Em sua opinião quais os aspectos positivos e negativos da criação da reserva extrativista?

Positivos	Negativos

Não Sabe responder

57. Sabe alguma coisa sobre a APA das Reentrâncias Maranhenses?

Sim  O quê?  Não

58. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos desta APA?

Positivos:  Negativos:  Não sabe responder

59. Sabe alguma coisa sobre o Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás?

Sim  O quê?  Não

60. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos deste polo?

Positivos:  Negativos:  Não sabe responder

61. Há alguma questão ou assunto que não foi mencionado e que você gostaria de mencionar/acrescentar?

Sim  Qual?  Não

Observações:

## Questionário - Prefeitura

Entrevistador : *Gercilene*

Data:

Questionário

Município: *Mirinzal - MA*

1. Nome do entrevistado:

2. Sexo:

3. Idade:

4. Estado civil:

5. Nº de membros da família:

6. Local onde nasceu:

7. Há quanto tempo mora no município?

8. Qual a sua ocupação?

9. Exerce outra ocupação? Sim  Qual? Não  x

10. Faz parte de alguma associação?  
Sim  Qual? Não

11. É filiado a algum partido político?  
Sim  x Qual? Não

12. Existe alguma área protegida nesta região?  
Sim  Qual? Não  x

13. Você conhece essa área, já esteve lá?  
Sim  Em qual ocasião? Não

14. Você sabe quem criou essa área?  
Sim  Especificar Não

15. Em sua opinião, qual a importância do município abrigar uma área protegida?

16. Em sua opinião houve mudança(s) no Município após a criação de áreas protegidas?  
Sim  Quais? Não  Não sabe responder

17. Em sua opinião quais os aspectos positivos e negativos da criação desta área protegida?

Positivos	Negativos

Não sabe responder

18. Qual a relação da prefeitura com a(s) área(s) protegida(s)?

19. Existe parceria entre a prefeitura e a(s) área(s) protegida(s)?  
Sim  Especificar: Não

20. Conhece algo a respeito da história das reservas extrativistas no Brasil?  
Sim  Especificar: Não  x

21. Você sabe quais são as reservas extrativistas existentes no município?  
Sim  x Quais? Frechal, Não   
E na região? Sim  x Quais? Não

22. Em sua opinião a reserva contribui para o desenvolvimento do município e da região?  
Sim  De que forma? Não  Não sabe   
É para contribuir, mas do jeito que está não contribui. Sim, se o enfoque for sustentabilidade econômica.

23. Em sua opinião a Reserva contribui para o desenvolvimento do estado e do país?  
Sim  De que forma?

24. Você conhece os objetivos de uma reserva extrativista?  
Sim  Quais? Não

25. De que maneira a prefeitura participa no alcance desses objetivos?

26. Você participa ou já participou de alguma atividade ligada a reserva extrativista?  
 Sim  Qual? Não
27. Você sabe o que é o conselho deliberativo da reserva?  
 Sim  Especificar: Não
28. A prefeitura participa do conselho deliberativo da reserva?  
 Sim  Como se dá a participação? Não
29. Conhece aspectos do contrato de concessão de uso?  
 Sim  Especificar: Não
30. Quais ações, programas da prefeitura são aplicados/desenvolvidos na reserva?  
 Especificar : Há quanto tempo ?
31. Na sua opinião, quem administra a reserva ?
32. Você sabe quais Instituições públicas ou privadas atuam na reserva?  
 Sim  Especificar: Não
33. Você sabe de que maneira elas atuam na reserva?  
 Sim  Especificar: Não
34. Qual a relação da prefeitura com essas instituições?
35. Conhece pessoas ligadas a essas instituições?  
 Sim  Especificar: Não
36. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas instituições?
37. Existem lideranças na reserva?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
38. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas lideranças?
39. A respeito das últimas eleições, houve candidatos lançados pela reserva?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
40. A reserva foi mencionada ou discutida pelos candidatos durante as eleições?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
41. Houve candidatos que solicitaram apoio da reserva ?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
42. A reserva apoiou algum candidato?  
 Sim  Especificar: Não  Não sabe
43. Como você avalia a participação dos membros da reserva durante as eleições?
44. Como você avalia a relação do atual prefeito do município com a reserva?
45. Como você avalia a relação dos vereadores do município com a reserva?

46. Sabe alguma coisa sobre a APA das Reentrâncias Maranhenses?

Sim  O quê?

Não

47. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos desta APA?

Positivos:

Negativos:

Não sabe responder

48. Sabe alguma coisa sobre o Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás?

Sim  O quê?

Não

49. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos deste polo?

Positivos:

Negativos:

Não sabe responder

50. Há alguma questão ou assunto que não foi mencionado e que você gostaria de mencionar/acrescentar?

Sim  Qual?

Não

Observações:

## Questionário - Morador do município

Entrevistador :

Data:

Questionário Nº \_\_\_\_\_

Município:

1. Nome do entrevistado:

2. Sexo:

3. Idade:

4. Estado civil:

5. Nº de membros da família:

6. Local onde nasceu:

7. Há quanto tempo mora no município?

8. Qual a sua ocupação?

9. Exerce outra ocupação? Sim  Qual?

Não

10. Faz parte de alguma associação? Sim  Qual?

Não

11. É filiado a algum partido político? Sim  Qual?

Não

12. Você sabe informar se existe alguma área protegida nesta região?

Sim  Qual?

Não

13. Você conhece essa área, já esteve lá?

Sim  Em qual ocasião?

Não

14. Você sabe quem criou essa área?

Sim  Especificar:

Não

15. Em sua opinião, qual a importância do município abrigar uma área protegida?

16. Em sua opinião houve mudança(s) no município após a criação de áreas protegidas?

Sim  Quais?Não Não sabe responder 

17. Em sua opinião quais os aspectos positivos e negativos da criação desta(s) área(s) protegida(s)?

Positivos	Negativos

Não sabe responder 

18. Você conhece algo a respeito das reservas extrativistas?

Sim  Especificar:Não 

19. Você sabe quais são as reservas extrativistas existentes no município?

Sim  Quais?Não 20. E na região? Sim  Quais?Não 

21. Você conhece os objetivos de uma reserva extrativista?

Sim  Quais?Não 

22. Você participa ou já participou de alguma atividade ligada à reserva extrativista?

Sim  Qual? De que maneira participou?Não  Por quê?

23. Sabe alguma coisa sobre a APA das Reentrâncias Maranhenses?

Sim  O quê?Não 

24. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos desta APA?

Positivos:

Negativos:

Não sabe responder 

25. Sabe alguma coisa sobre o Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás?

Sim  O quê?Não 

26. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos deste polo?

Positivos:

Negativos:

Não sabe responder 

27. Há alguma questão ou assunto que não foi mencionado e que você gostaria de mencionar/acrescentar?

Sim  Qual?Não 

Observações:

## Questionário - Colônia de pescadores

Entrevistador :

Data:

Questionário N° \_\_\_\_\_

Município:

1. Nome do entrevistado:
2. Sexo:
3. Idade:
4. Estado civil:
5. Local onde nasceu:
6. Tempo que reside na localidade:
7. Atividade/ocupação/trabalho:
8. Exerce outra atividade? Sim  Qual? Não
9. Data de fundação da colônia:
10. Quantidade de pescadores no município:
11. Quantidade de pescadores associados à colônia:
12. Há quanto tempo você atua na colônia?
13. Quais as atribuições da colônia junto aos pescadores?
14. Você conhece outras organizações sociais as quais os pescadores estão vinculados?
15. Qual a importância de cada uma delas p/ os pescadores?
16. Existe(m) conflito(s) relacionados à pesca?  
Sim  Especificar: Não  Não sabe
17. Caso exista, o que deveria ser feito para solucionar esse problema/conflito?
18. Em sua opinião, quais os responsáveis por esse problema/conflito?
19. Conhece alguma área protegida?  
Sim  Qual? Não
20. Conhece algo a respeito da história das reservas extrativistas no Brasil?  
Sim  Especificar: Não

21. Você sabe quais são as reservas extrativistas existentes no município?

Sim  Quais?

Não

E na região ? Sim  Quais?

Não

22. Sabe como foi criada a reserva extrativista no município?

Sim  detalhar:

Não

23. A Colônia participou no processo de criação da reserva?

Sim  detalhar :

Não

24. Você conhece os objetivos de uma reserva extrativista?

Sim  Quais?

Não

25. De que maneira a colônia de pescadores participa no alcance desses objetivos?

26. A colônia participa nas atividades desenvolvidas pela reserva?

Sim  Há quanto tempo ?

Não

Por quê?

27. Caso sim, de que forma participa?

28. Você é cadastrado na reserva?

Sim  Há quanto tempo?

Não

Por quê?

29. Você é membro da associação de moradores da reserva?

Sim  Há quanto tempo ?

Não

Por quê?

30. É filiado a algum partido político?

Sim  Qual? Há quanto tempo?

Não

Por quê?

31. Em sua opinião quem administra a reserva?

32. Em sua opinião como a reserva deve ser administrada? Por quem?

33. Há regras para se viver na reserva?  
Sim  Especificar Não  Não sabe
34. Há conflitos relativos a essas regras?  
Sim  Especificar Não  Não sabe
35. Há resistência na adoção dessas regras?  
Sim  Especificar Não  Não sabe
36. Você sabe o que é o conselho deliberativo da reserva?  
Sim  Especificar Não
37. Participa do conselho?  
Sim  Especificar Não
38. Conhece o plano de uso/utilização da reserva?  
Sim  Especificar Não
39. A colônia participou do processo de elaboração do plano?  
Sim  Especificar Não
40. Conhece aspectos do contrato de concessão de uso?  
Sim  Especificar Não
41. Você sabe quais instituições públicas ou privadas atuam na reserva?  
Sim  Especificar Não
42. Você sabe de que maneira elas atuam na reserva?  
Sim  Especificar Não
43. Qual a relação da colônia com essas instituições?
44. Conhece pessoas ligadas a essas instituições?
45. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas instituições nas reservas?
46. A respeito das últimas eleições, houve candidatos lançados pela colônia?

Sim  Especificar  Não  Não sabe

47. A Colônia apoiou algum candidato?

Sim  Especificar  Não  Não sabe

48. Houve candidatos lançados pela reserva extrativista?

Sim  Especificar  Não  Não sabe

49. A reserva foi mencionada ou discutida pelos candidatos durante as eleições?

Sim  Especificar:  Não  Não sabe

50. Houve candidatos que solicitaram apoio da reserva?

Sim  Especificar:  Não  Não sabe

51. A reserva apoiou algum candidato ?

Sim  Especificar:  Não  Não sabe

52. Como você avalia a participação dos membros da reserva durante as eleições?

53. Como você avalia a relação do atual prefeito do município com a reserva?

54. Como você avalia a relação dos vereadores do município com a reserva?

55. Como você avalia a relação da colônia com a reserva?

56. Em sua opinião houve mudança(s) na ilha/praias/comunidade após a criação da reserva extrativista?

Sim  Especificar  Não  Não sabe

57. Em sua opinião quais os aspectos positivos e negativos da criação da reserva extrativista?

Positivos	Negativos


Não sabe responder

58. Sabe alguma coisa sobre a APA das Reentrâncias Maranhenses?

Sim  O quê?

Não

59. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos desta APA?

Positivos:

Negativos:

Não sabe responder

60. Sabe alguma coisa sobre o Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás?

Sim  O quê?

Não

61. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos deste polo?

Positivos:

Negativos:

Não sabe responder

62. Há alguma questão ou assunto que não foi mencionado e que você gostaria de mencionar/acrescentar?

Sim  Qual?

Não

Observações:

## Questionário - Sindicato dos pescadores

Entrevistador :

Data:

Questionário N<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Município:

1. Nome do entrevistado:

2. Sexo:

3. Idade:

4. Estado civil:

5. Local onde nasceu:

6. Tempo que reside na localidade:

7. Atividade/ocupação/trabalho:

8. Exerce outra atividade? Sim  Qual? Não

9. Data de fundação do sindicato:

10. Quantidade de pescadores no município:

11. Quantidade de pescadores associados ao Sindicato:

12. Há quanto tempo você atua no Sindicato?

13. Quais as atribuições do Sindicato junto aos Pescadores?

14. Você conhece outras organizações sociais as quais os pescadores estão vinculados?

15. Qual a importância de cada uma delas para os pescadores?

16. Existe(m) conflito(s) relacionados à pesca?

Sim  Especificar: Não  Não sabe

17. Caso exista, o que deveria ser feito para solucionar esse problema/conflito?

18. Em sua opinião, quais os responsáveis por esse problema/conflito?

19. Conhece alguma área protegida?

Sim  Qual? Não

20. Conhece algo a respeito da história das reservas extrativistas no Brasil?

Sim  Especificar: Não

21. Você sabe quais são as reservas extrativistas existentes no município?

Sim  Quais? Não

E na região? Sim  Quais? Não

22. Sabe como foi criada a Reserva Extrativista no Município?

Sim  detalhar: Não

23. O Sindicato participou no processo de criação da reserva?

Sim  detalhar :

Não

24. Você conhece os objetivos de uma reserva extrativista?

Sim  Quais?

Não

25. De que maneira o sindicato de pescadores participa no alcance desses objetivos?

26. O sindicato participa nas atividades desenvolvidas pela Reserva?

Sim  Há quanto tempo ?

Não

Por quê?

27. Caso sim, de que forma participa?

29. Você é cadastrado na reserva?

Sim  Há quanto tempo?

Não

Por quê?

30. Você é membro da associação de moradores da reserva?

Sim  Há quanto tempo?

Não

Por quê?

31. É filiado a algum partido político?

Sim  Qual? Há quanto tempo?

Não

Por quê?

32. Em sua opinião quem administra a reserva?

33. Em sua opinião, como a reserva deve ser administrada? Por quem?

34. Há regras para se viver na reserva?

Sim  Especificar

Não

Não sabe

35. Há conflitos relativos a essas regras?

Sim  Especificar

Não

Não sabe

36. Há resistência na adoção dessas regras?

Sim  Especificar

Não

Não sabe

37. Você sabe o que é o conselho deliberativo da reserva?

Sim  Especificar

Não

38. Participa do conselho deliberativo?

Sim  Especificar

Não

39. Conhece o plano de uso/utilização da reserva?

Sim  Especificar

Não

40. O Sindicato participou do processo de elaboração do plano?

Sim  Especificar

Não

41. Conhece aspectos do contrato de concessão de uso?

Sim  Especificar

Não

42. Você sabe quais instituições públicas ou privadas atuam na reserva?

Sim  Especificar

Não

43. Você sabe de que maneira elas atuam na reserva?

Sim  Especificar

Não

44. Qual a relação do sindicato com essas instituições?

45. Conhece pessoas ligadas a essas Instituições?

46. Qual a sua opinião sobre a atuação dessas instituições nas reservas?

47. A respeito das últimas eleições, houve candidatos lançados pelo sindicato?

Sim  Especificar

Não

Não sabe

48. O sindicato apoiou algum candidato?

Sim  Especificar

Não

Não sabe

49. Houve candidatos lançados pela reserva extrativista?

Sim  Especificar

Não

Não sabe

50. A reserva foi mencionada ou discutida pelos candidatos durante as eleições?

Sim  Especificar:

Não

Não sabe

51. Houve candidatos que solicitaram apoio da reserva?

Sim  Especificar: Não  Não sabe

52. A reserva apoiou algum candidato?

Sim  Especificar: Não  Não sabe

53. Como você avalia a participação dos membros da reserva durante as eleições?

54. Como você avalia a relação do atual prefeito do município com a reserva?

55. Como você avalia a relação dos vereadores do município com a reserva?

56. Como você avalia a relação do sindicato com a reserva?

57. Em sua opinião houve mudança(s) na ilha/praias/comunidade após a criação da reserva extrativista?

Sim  Especificar Não  Não sabe

58. Em sua opinião quais os aspectos positivos e negativos da criação da reserva extrativista?

Positivos	Negativos

Não sabe responder

59. Sabe alguma coisa sobre a APA das Reentrâncias Maranhenses?

Sim  O quê? Não

60. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos desta APA?

Positivos: Negativos: Não sabe responder

61. Sabe alguma coisa sobre o Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás?

Sim  O quê?

Não

62. Se a resposta anterior for positiva, quais os aspectos positivos e negativos deste polo?

Positivos:

Negativos:

Não sabe responder

63. Há alguma questão ou assunto que não foi mencionado e que você gostaria de mencionar/acrescentar?

Sim  Qual?

Não

Observações:

**ANEXO**

**DECRETO DE 2 DE JUNHO DE 2004**

Cria a Reserva Extrativista de Cururupu, nos Municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta no Processo IBAMA nº 02012.001064/2001-11,

DECRETA:

Art 1º Fica criada a Reserva Extrativista de Cururupu, nos Municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, Estado do Maranhão, com área aproximada de cento e oitenta e cinco mil e quarenta e seis hectares e quinhentos e noventa e dois centiares de áreas terrestres de manguezais e águas territoriais brasileiras, tendo por base as Folhas MIR-86 e MIR-87, na escala 1:250.000, publicadas pelo DSG, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 44°34'26,36"WGr e 1°46'27,90"S, localizado no limite do terreno de marinha, no limite da Preamar máxima, segue em direção ao Rio Uru e pela margem direita deste, no sentido montante, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 44°37'59,14"WGr e 1°48'50,81"S, localizado em uma bifurcação do Rio Uru; deste, segue por uma reta de azimute 194°49'36", por uma distância de 672,39 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 44°37'4,70"WGr e 1°49'11,98"S, localizado em uma bifurcação do Rio Uru e o limite municipal de Cururupu e Serrano do Maranhão; deste, segue pelo limite municipal de Cururupu, contornando o Rio Uru, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 44°48'23,99"WGr e 1°48'45,97"S, localizado na margem direita do Rio Cururupu com o limite municipal de Cururupu; deste, segue pela margem direita do Rio Cururupu, no sentido montante, por uma distância aproximada de 3.467,05 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 44°49'44,70"WGr e 1°49'15,19"S, localizado na margem direita do Rio Cururupu e limite da zona terrestre de mangue; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 44°51'23,96"WGr e 1°49'18,36"S, localizado no limite da zona terrestre de mangue com o limite da área urbana de Cururupu até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 44°51'23,96"WGr e 1°49'18,36"S, localizado no limite da área urbana de Cururupu com o limite da zona terrestre de mangue; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 44°49'28,59"WGr e 1°41'13,81"S, localizado na margem direita de um rio sem denominação (ou é o Rio Anajatuba), segue pela margem direita deste rio, no sentido montante, por uma distância aproximada de 168,54 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 44°39'34,00"WGr e 1°41'14,46"S, localizado na margem direita de um rio sem denominação com o limite da zona terrestre de mangue; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 44°59'01,84"WGr e 1°38'54,05"S, localizado na foz do Rio Santo Antonio com a margem direita de um rio sem denominação; deste, segue pela margem direita deste rio, no sentido montante, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 44°59'16,67"WGr e 1°38'23,14"S, localizado na margem direita do rio sem denominação, com o limite da zona terrestre de mangue; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 44°56'24,00"WGr e 1°36'45,69"S, localizado na margem

direita de um rio sem denominação, segue pela margem direita deste rio, no sentido montante, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 44°56'26,89"WGr e 1°36'47,90"S, localizado na margem direita de um rio sem denominação com o limite da zona terrestre de mangue; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 45°04'07,98"WGr e 1°36'07,84"S, localizado no limite municipal de Serrano do Maranhão com Apicum-Açú, no rio sem denominação, segue pelo limite municipal, no sentido Norte, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 44°57'54,27"WGr e 1°30'59,60"S, localizado no limite municipal de Serrano do Maranhão com Apicum-Açú, no Canal da Barreira; deste, segue por uma reta de azimute 330°09'19", por uma distância aproximada de 4.314,15 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 44°59'03,76"WGr e 1°28'57,72"S, localizado na Baía de Lençóis; deste, segue por uma reta de azimute 295°21'09", por uma distância aproximada de 4.705,88 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 45°01'21,38"WGr e 1°27'52,10"S, localizado na Baía de Lençóis; deste, segue por uma reta de azimute 336°35'34", por uma distância aproximada de 17.994,89 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 45°05'12,71"WGr e 1°18'54,23"S, localizado no Oceano Atlântico em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma distância aproximada de 113.654,98 metros, em direção ao Sul, por uma linha eqüidistante de duas milhas náuticas da costa, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 44°32'59,39"WGr e 1°45'32,77"S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma reta de azimute 237°48'22", por uma distância aproximada de 3.175,77 metros, até o Ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro de 660.575 metros.

Art 2º A Reserva Extrativista de Cururupu tem por objetivo a proteção dos meios de vida e a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área.

Art 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista de Cururupu, adotando as medidas necessárias para a sua implantação, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

Reserva Extrativista Marinha de Cururupu é oficialmente criada  
18.08.2004